

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

Nº 484 | Ano XVI  
02/05/2016

ISSN 1981-8769  
(impresso)  
ISSN 1981-8793  
(online)



## A volta da barbárie?

**Desemprego,  
terceirização,  
precariedade e  
flexibilidade dos  
contratos e da  
jornada de trabalho**

Clemente Ganz Lúcio: *A dinâmica perversa da economia*

Dari Krein: *A crise como pretexto para reeditar velhos ataques*

Giovanni Alves: *Terceirização - antessala da barbárie social amplificada*

Guido Innocenzo  
Gargano:  
Uma leitura  
da Amoris  
Laetitia

Luís Corrêa Lima:  
Os LGBT, o Papa  
e a Família

Carla Holand Mello:  
O complexo Oriente  
Médio: um breve  
histórico para os  
dias atuais

# A volta da barbárie? Desemprego, terceirização, precariedade e flexibilidade dos contratos e da jornada de trabalho

**P**or ocasião do 1º de Maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, a revista IHU On-Line, desde a sua criação, debateu os mais variados aspectos do mundo do trabalho e da luta da classe trabalhadora. No entanto, nestes quinze da sua existência, nunca o panorama do mundo do trabalho foi tão difícil, complexo e sombrio. Pesquisadores e pesquisadoras que participam desta edição, descrevem um cenário caracterizado pela imposição do princípio do negociado sobre o legislado, aprofundamento da flexibilização do trabalho, das jornadas, dos contratos, desmonte da política de valorização do salário mínimo e ataque à Previdência Social, com o aumento do tempo de contribuição e a diminuição dos benefícios.

**José Dari Krein**, professor no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - Cesit, reflete sobre as desigualdades entre trabalhador e patrão. Para o professor, o empresariado nunca aceitou as conquistas da classe trabalhadora.

**Clemente Ganz Lúcio**, sociólogo e diretor do DIEESE, analisa os índices relativos ao mundo do trabalho no país e defende que o desafio é romper com o círculo vicioso da crise retomando o crescimento com geração de emprego e aumento de renda.

**Giovanni Alves**, cientista social e professor, lança seu olhar sobre as condições de trabalho e entende que o avanço neoli-

beral e capitalista leva o trabalhador para algo pior do que a precarização, definida por ele como um estado de barbárie.

“Se antes era exploração com espoliação, agora é espoliação com exploração”, afirma **Ruy Braga**, cientista social, ao traçar o panorama atual da situação do mundo do trabalho no país.

**Elsa Cristine Bevian**, professora no curso de Direito da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, aborda as questões da saúde e segurança no ambiente laboral e ressalta que lógica de produção imposta pelo capital contamina a vida do trabalhador e provoca adoecimento.

A questão do sofrimento psicológico do trabalhador e da trabalhadora é descrita por **Marcelo Afonso Ribeiro**, psicólogo e coordenador do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho da USP.

Os artigos “Uma leitura da Amoris Laetitia”, de **Guido Innocenzo Gargano**, biblista, professor no Instituto Pontifício Oriental, Roma; “Os LGBT, o Papa e a Família”, de **Luís Corrêa Lima**, professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio, e “O complexo Oriente Médio: um breve histórico para os dias atuais”, de **Carla Holand Mello**, professora no curso de Relações Internacionais da Unisinos, completam a edição.

Foto: Reyner Media/Flickr - Cretive Commons

# IHU ON-LINE

A **IHU On-Line** é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br) e no endereço [www.ihuonline.unisinos.br](http://www.ihuonline.unisinos.br).

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

#### Diretor de Redação

Inácio Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br))

#### Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS  
([ricardom@unisinos.br](mailto:ricardom@unisinos.br))

#### Jornalistas

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS  
([joavvs@unisinos.br](mailto:joavvs@unisinos.br))  
Leslie Chaves - MTB 12.415/RS  
([leslies@unisinos.br](mailto:leslies@unisinos.br))  
Márcia Junges - MTB 9.447/RS  
([mjunges@unisinos.br](mailto:mjunges@unisinos.br))  
Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS  
([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br))

#### Revisão

Carla Bigliardi

#### Projeto Gráfico

Ricardo Machado

#### Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

#### Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Nahiene Alves.

#### Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950  
São Leopoldo / RS  
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br))

# Sumário

## Destaques da Semana

---

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do Tempo
- 10 Jackson Müller e Uwe Schulz: Sinos: casa de todos e morada de ninguém
- 12 Il Ciclo de Saúde e Segurança no Trabalho e IHU Ideias: A crise política e econômica e prognósticos para o futuro do mundo do trabalho
- 14 Salvador Schavelzon: A reconstrução de outro caminho diante do fim de uma forma de fazer política
- 15 Guido Innocenzo Gargano: Uma leitura da Amoris Laetitia
- 22 Luís Corrêa Lima: Os LGBT, o Papa e a Família

## Tema de Capa

---

- 30 Baú da IHU On-Line
- 31 Reportagem: De volta aos Tempos Modernos no mundo do trabalho?
- 34 José Dari Krein: A crise como pretexto para reeditar velhos ataques
- 39 Clemente Ganz Lúcio: A dinâmica perversa da economia
- 44 Giovanni Alves: Terceirização - antessala da barbárie social amplificada
- 50 Ruy Braga: Para muito além da exploração
- 55 Elsa Cristine Bevia: Envenenamento pelo capitalismo
- 60 Marcelo Afonso Ribeiro: O trabalho e suas dimensões estruturadora e opressora: faces da mesma moeda

## IHU em Revista

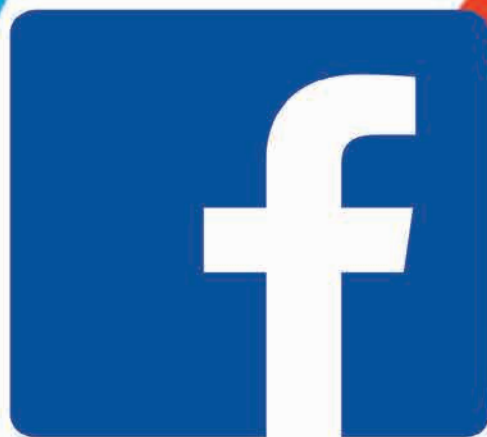
---

- 66 Agenda de Eventos
- 68 #Crítica Internacional - Carla A. R. Holand Mello: O complexo Oriente Médio: um breve histórico para os dias atuais
- 71 Publicações



# **IHU**

*Na Web*



***ihu.unisinos.br***

**IHU** ON-LINE



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

# Destques da Semana

# Destques On-Line

Confira entrevistas publicadas entre os dias 25-04-2016 e 29-04-2016.

## Uso de antimicrobianos na agropecuária e o retorno de doenças reemergentes

Entrevista com Arnildo Korb, graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, mestre em Educação nas Ciências pela Unijuí e doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Atualmente é professor adjunto no curso de Enfermagem da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Publicada em 29-04-2016.

Disponível em <http://bit.ly/26AcxK>

O alerta da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO para o uso excessivo de antimicrobianos na agropecuária faz parte de um "paradoxo", diz Arnildo Korb à IHU On-Line, ao comentar que ao mesmo tempo em que a FAO critica o uso demasiado dessas substâncias, afirma que a "produção mundial de alimentos necessitará dobrar até 2050 devido ao aumento da população mundial".



Fonte imagem: [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

## A admissibilidade do impeachment e o pragmatismo evangélico

Entrevista especial com Magali Cunha, doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio e graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Atualmente é professora da Universidade Metodista de São Paulo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Publicada em 28-04-2016

Disponível em <http://bit.ly/1SUDy9H>

O "pragmatismo" e o "jogo de interesses" se impõem na composição da Frente Parlamentar Evangélica - FPE, que fez campanha "a favor da abertura do processo de impeachment na bancada, revelando até mesmo antes da sessão apoio ao vice-presidente Michel Temer", diz Magali Cunha à IHU On-Line. Segundo ela, depois de a FPE ter apoiado o governo Lula e o primeiro mandato da presidente Dilma, hoje está mais próxima do vice-presidente e já declarou "apoio formal" a um possível governo Temer, "apagando a memória de que estes mesmos religiosos conservadores fizeram campanha contra a chapa de Dilma Rousseff em 2010, acusando-a de 'satanista'".



Fonte imagem: [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

## Processo de impeachment foi grosseiramente forjado

Entrevista com Fábio Konder Comparato, graduado em Direito pela Universidade de São Paulo - USP e doutorado em Direito pela Université Paris 1. É professor Emérito da Faculdade de Direito da USP e Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra, e especialista em Filosofia do Direito, Direitos Humanos e Direito Político.

Publicada em 26-04-2016

Disponível em <http://bit.ly/1r1AWdF>

Segundo Comparato, “a disposição constitucional do art. 85, inciso VI da Constituição Federal, declarando que constitui crime de responsabilidade o ato do Presidente da República que atente contra a lei orçamentária, deve ser completada com o disposto em lei”. O jurista explica que, por enquanto, “todas as definições penais” das leis nº 1.079/1950 e nº 101/2000 “dizem respeito, estritamente, a ‘operações de crédito’ feitas pela União Federal em benefício de terceiros, e as ‘pedaladas fiscais’ nada têm a ver com isso”.



Fonte imagem: [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

## Brasil vive uma mudança epocal ao se despedir da política dos últimos 80 anos

Entrevista com Luiz Werneck Vianna, professor-pesquisador na Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outras obras, A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil (Rio de Janeiro: Revan, 1997); A judicialização da política e das relações sociais no Brasil (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e Democracia e os três poderes no Brasil (Belo Horizonte: UFMG, 2002).

Publicada em 25-04-2016

Disponível em <http://bit.ly/1VEvo5G>

“Uma mudança no espírito do tempo”. É a isso que estamos assistindo em meio à crise política e às posições acirradas em torno da votação do impeachment da presidente Dilma, diz Werneck Vianna à IHU On-Line, na entrevista a seguir concedida por telefone na sexta-feira (22-04-2016). As evidências dessa mudança, assinala, podem ser vistas tanto no debate entre cidadãos, que buscam seus fundamentos na Constituição Federal, que tem sido “o livro de todos”, quanto no exercício dos tribunais.



Fonte imagem: [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)



Ciclo de estudos em EAD  
**P**aixão, **M**orte e **R**essurreição de Jesus Cristo.  
 Uma análise da narrativa de Marcos

14/03 a 08/05/2016

Inscrições e informações

[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)



# Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, entre os dias 25-04-2016 e 29-05-2016, relacionadas a assuntos que tiveram repercussão ao longo da semana.

## Entre a oligarquia e o populismo

“Dentro de algumas semanas teremos, mais uma vez, a oligarquia no poder. Na sua proclamação da República, o Brasil conseguiu rapidamente tecer um pacto de oligarquias locais que transformava a democracia em um regime de fachada”, constata Vladimir Safatle, professor livre-docente do Departamento de filosofia da USP, em artigo publicado por Folha de S. Paulo, 29-04-2016.

Segundo ele, no governo Lula “seu modelo de acordos, de conciliações, de ganhos e paralisias repetiu o que o Brasil conheceu à ocasião da sua primeira incorporação das massas populares ao campo dos atores políticos, principalmente no segundo governo Vargas..

Leia mais em <http://bit.ly/1SUWWQV>

## Sobre o Plano Temer e convulsão social

“O povo vai sangrar”, dizem apoiadores do vice. Com sólido apoio entre parlamentares e blindagem da mídia, ele já faz cálculos para além do golpe. Talvez se esqueça do fator asfalto.

O artigo é de Guilherme Boulos, graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP e especialista em Psicologia e que atualmente coordena o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, publicado por Outras Palavras, 28-04-2016.

Leia mais em <http://bit.ly/1SOQhYu>

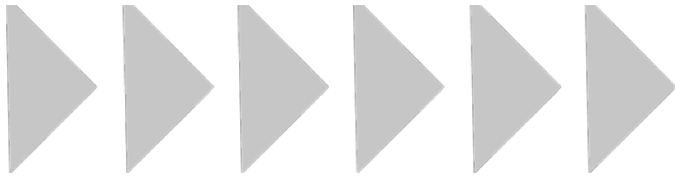
## Pérez Esquivel levou a Dilma o apoio do Papa, segundo jornal argentino

“O Papa Francisco está muito preocupado com o que está acontecendo no Brasil, tudo isto irá trazer consequências negativas para toda a região, teremos um grave retrocesso democrático”. O Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel (na foto, à esquerda de Dilma), conversou com este jornal, após sua audiência com a presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto.

A entrevista é de Darío Pignotti, publicada por Página/12, 29-04-2016. A tradução é do Cepat.

Leia mais em <http://bit.ly/1WCjQyP>





## **A segunda morte das Diretas Já**

“O arranjo social do atraso preconiza uma sociedade submissa ao rentismo, refém da estagnação, prisioneira da defesa da riqueza estéril alimentada pelo fluxo de “hot dollars”. Imobilizados nos pântanos do parasitismo, os bacanas e sabichões acovardam-se diante dos azares da incerteza, avessos aos riscos de construção da nova riqueza”, escreve Luiz Gonzaga Belluzzo, economista, em artigo publicado por CartaCapital, 28-04-2016. Segundo ele, “aí está desvelado, em sua perversidade essencial, o “segredo” das reivindicações antissociais dos vassalos do enriquecimento sem esforço cevado por taxas de juros absurdas. Clamam pelo aumento do desemprego e proclamam a necessidade de mais “sacrifícios”.

Leia mais em <http://bit.ly/1XTrdQ>

## **Data Popular: brasileiro médio não entende narrativa do golpe**

Classes C e D se veem fora da disputa política; para elas impeachment é briga da elite. Enquanto aumenta o número de matérias no exterior com denúncias sobre o golpe em curso no Brasil, parcela significativa do brasileiro médio não compreende a crise política e, menos ainda, a narrativa do golpe. Segundo levantamento realizado pelo Instituto Data Popular, para ¾ da população - sobretudo das camadas C e D - o atual embate é fruto de uma briga de poderes das elites.

A reportagem é de Lilian Mi-lena, publicada por Jornal GGN, 27-04-2016.

Leia mais em <http://bit.ly/1N6h0Av>

## **Amoris aetitia: “É o caos erigido a princípio com um canetaço”.**

### **Entrevista com Robert Spaemann**

Filosofo alemão ataca duramente a Exortação Apostólica Amoris Laetitia do Papa Francisco. Segundo ele, “Crescem a incerteza, a insegurança e a confusão: das Conferências Episcopais até o último pároco na selva”. “Se o papa não está disposto a introduzir correções - conclui -, caberá ao pontificado posterior colocar novamente as coisas no seu lugar oficialmente”.

A leiga Elske Rasmussen, no artigo “Francisco, de dissimulado a condenado. O Papa pode ensinar algo novo ou só eram Vigários de Cristo os de antes?” e o teólogo leigo italiano Christian Albini, no artigo “Uma Igreja sem misericórdia? Uma resposta a Robert Spaemann” respondem aos duros ataques ao Papa Francisco.

Leia mais em <http://bit.ly/1NODLsL>

# Sinos: casa de todos e morada de ninguém

Os professores Jackson Müller e Uwe Schulz debatem a situação ambiental do Rio do Sinos desde a perspectiva do “Cuidado da Casa Comum”



FOTOS: JOÃO VÍTOR SANTOS/IHU

Por João Vitor Santos

Imagine uma casa em que todos podem entrar, usar suas dependências, pegar o que necessitam e ir embora. Agora, imagine que todos façam isso, mas não cuidem dessa casa, fazendo a manutenção e preservando para que não haja um esgotamento de recursos existentes ali. O resultado pode ser uma casa sem vida, dada apenas à espoliação humana. É mais ou menos essa relação que a população da região tem com o Rio do Sinos e sua bacia hidrográfica, relatam os professores da faculdade de Biologia da Unisinos Jackson Müller e Uwe Schulz. Na noite de segunda-feira (25-04), dentro do **Ciclo de atividades. O cuidado de nossa Casa Comum**, eles participaram do debate “A questão ambiental no Vale do Rio dos Sinos”, numa promoção do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. “Temos relatos de problemas ambientais no Rio do Sinos desde a década de 80”, aponta Schulz. “E,

de lá para cá, o que mudou? Nada”, dispara Müller.

O professor Schulz abriu sua fala relacionando a situação do Rio com o que aponta o Papa Francisco na Carta Encíclica *Laudato Si'* - o Cuidado da Casa Comum. Para ele, o documento reforça a necessidade de reflexão sobre o crescimento do uso de recursos naturais de forma indiscriminada. “Não sabemos até onde vai a capacidade de suporte de nosso planeta, e a demanda por recursos naturais só aumenta”, destaca, ao lembrar que 1 milhão e 300 mil pessoas dependem da água do Sinos. Ele surpreende a plateia ao mostrar como nasce o Rio do Sinos, na altura do município de Caraá. “É um local de água limpa e preservado, mas quando chega aqui (na altura de São Leopoldo e Novo Hamburgo) o Rio se torna isso que conhecemos”, pontua.

Schulz ainda alerta que a situação é tão ruim que a água do Sinos sequer se presta a consumo humano. “Essa água é de classe 4. Pela legislação vigente, água com essa classificação não pode ser usada para consumo humano”. Segundo o professor, a maior ameaça é a chamada poluição por matéria orgânica, originária essencialmente pelo não tratamento de redes de esgoto.

## Memória de uma tragédia

O professor Jackson Müller segue na mesma linha. Ele reproduz imagens aéreas que impressionam pela devastação. “Isso não é o encontro do Rio Negro com Solimões. É a sujeira entrando no Rio do Sinos”, ironiza, ao mostrar a água negra de um afluente manchando o Sinos. Müller, que também atuou em órgãos ambientais e hoje pres-

ta consultoria na área, recorda que um grande problema na região era os dejetos industriais. “Mas houve muita pressão para mudar as coisas. E, de certa forma, o setor privado fez a lição de casa. Hoje, nosso grande problema é a falta de saneamento básico. Não enfrentamos esse problema, seguimos vivendo ciclos de problemas continuados por causa do esgoto que vai para o Rio”, analisa.

Müller é contundente ao falar da ação do poder público e da pouca efetividade de suas ações. “Temos órgãos ambientais transformados em cartórios que só emitem licenças, não fiscalizam e avaliam se está sendo cumprido o que é previsto na licença. Temos planos de bacias, mas não temos dinheiro para implementar. Plano sem dinheiro não adianta de nada”, enfatiza. Sem esquecer a responsabilidade de cada um no descarte de resíduos domésticos, o professor lembra que essas ações levam o Rio do Sinos ao rol dos dez mais poluídos do Brasil, “junto com o Caí e o Gravataí, que são nossos vizinhos aqui”.

Esses fatores compuseram o cenário para a maior tragédia ambiental do Rio Grande do Sul. Em 2006, cerca de 100 toneladas de peixes mortos apareceram boiando nas águas do Sinos. Na época, resíduos industriais agravaram o cenário que já estava complicado. “E desde essa tragédia pouco ou nada mudou. No Rio Grande do Sul, temos só 12% de esgoto tratado. As lavouras de arroz avançam sobre os rios. As nascentes, como a do Sinos, são lugares mágicos, mas que estão cada vez mais urbanizados e menos preservados”, analisa.

### Capacidade de reação

É possível se pensar em reação para reverter esse cenário? O professor Uwe Schulz acredita que sim. “Mas o que fazer? É para tentar responder a essa pergunta que atuo junto ao Comitesinos, aliando desenvolvimento social e pesquisa em toda região”, destaca. Ou seja, é envolver a comunidade e produzir outra relação com o Rio. Nesse sentido, o professor apresenta a experiência de projetos desenvol-

vidos como, por exemplo, Projeto Dourado, Projeto Monalisa e Verde Sinos. “São projetos que envolvem as pessoas da região, crianças e comunidades de pescadores”. E esses projetos geram dados e informações, além de recuperar mata ciliar e região de banhados, preservando e recuperando a vida no Rio.

Jackson Müller defende uma postura mais crítica para reverter esse quadro de degradação da Bacia do Sinos. “As pessoas não sabem o que se passa na realidade. Precisamos trabalhar essa informação para que as pessoas possam cobrar atitudes práticas dos governos”, pontua. Para ele, há a emergência de um novo modelo na relação com recursos naturais. “Esse é o grande desafio. Nossa política de águas, por exemplo, é de 1994 e ainda espera regulamentação”. O professor defende ações conjuntas, mas alerta: “sim, precisamos nos unir, mas é momento da revolução individual. É por ela que tudo começa. Precisamos fazer nossa parte, precisamos de pessoas mais atentas mudando suas posturas e cobrando ações”.

## Os painelistas

**Jackson Müller** (na foto, à esquerda) é biólogo, com pós-graduação em Biologia: Bioquímica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Foi diretor e secretário do Meio Ambiente das prefeituras de Estância Velha e Novo Hamburgo, além de chefe da Divisão de Planejamento e Diagnóstico e diretor Técnico da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM. É professor dos cursos de Ciências Biológicas, Gestão Ambiental e Engenharia Ambiental da Unisinos. Também é doutorando em Ecologia pela Unisinos.

**Uwe Horst Schulz** é graduado em Biologia pela Universität Bielefeld (Alemanha), onde fez o doutorado na mesma área. Desde 1996 é professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É autor de *Programa permanente de Educação ambiental da Bacia Sinos: Etapa Formação de multiplicadores, Projeto Dourado* (São Leopoldo: OIKOS, 2008).





# A crise política e econômica e prognósticos para o futuro do mundo do trabalho



FOTO: LESLIE CHAVES/IHU

12

Por Leslie Chaves

O debate promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU na noite da última quinta-feira, 30-04-2016, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, é parte da programação do IHU Ideias e do II Ciclo de Saúde e Segurança no Trabalho na Região do Vale do Rio dos Sinos.

Em sua segunda edição, o Ciclo de Saúde e Segurança no Trabalho se configura como um espaço de informação e formação sobre a realidade do trabalho e dos trabalhadores. Através de aproximações temáticas, os participantes têm a oportunidade de refletir sobre diversos aspectos do mundo do trabalho e trocar experiências a partir de suas vivências. O Ciclo é uma ação do Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos - ObservaSinos, programa do IHU, em parceria com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT - CNM/CUT, Federação dos Trabalhadores Meta-

lúrgicos do RS, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Leopoldo e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST/ Canoas.

## A origem das regras

O sociólogo do DIEESE, Clemente Ganz Lúcio, fez um panorama do contexto econômico e político do Brasil para tratar das questões inerentes ao campo do trabalho. Para o sociólogo, para entendermos com profundidade a situação por que passa o país e como se estrutura a sociedade é necessário ir à raiz das normas que a regem. “Em geral, desconhecemos a trajetória das regras e instrumentos que regem a nossa vida coletiva. Tais regras se originam a partir da capacidade de produção econômica. É isso que está em disputa”, aponta.

De acordo com Lúcio, esse fato ganha importância quando se ana-

lisa o modo como as riquezas se distribuem na sociedade. “No mundo todo fomos capazes de construir uma máquina econômica que tem potencial para produzir para os 7 bilhões de habitantes do planeta, mas apenas ¼ dessa população usufrui desse bem-estar produzido. As regras, leis, partidos, etc., consciente ou inconscientemente fazem parte deste sistema”, explica.

## A financeirização da economia

Para Clemente Ganz Lúcio, uma das principais questões de fundo dos problemas econômicos no país é a canalização de recursos para o mercado financeiro, ou seja, a financeirização da economia. “O sistema está estruturado e é dominado pela organização econômica rentista. A oferta de crédito desconectado da capacidade de produção é lucrativa, mas no mo-



mento de crise esse esquema tende a falir, conforme nós já vimos em 2008”, ressalta.

“Com o espetáculo grotesco à que assistimos no último dia 17, a expectativa é que a população torne-se mais criteriosa ao votar. Também espero que para enfrentarmos essa crise a economia seja voltada para a produção, entretanto não é o que tem acontecido e o sistema financeiro continua no domínio”, constata o sociólogo, que entende que a crise política igualmente é influenciada por esse contexto. “O Brasil tem uma grande riqueza financeira, com capacidade para gerar milhões no mercado financeiro. Assim, o país é disputado por esse mercado, que não aceitará nenhum governo que coloque em risco a sua estratégia”, sublinha.

Lúcio explica que é interessante buscar equilíbrio promovendo a distribuição das riquezas e o desenvolvimento do empresariado e de infraestrutura dentro do país porque “quando a renda é distribuída para as classes menos favorecidas a economia cresce, pois há um incremento do mercado interno. Entretanto, quando a renda fica com as classes mais altas, acaba sendo investida no mercado financeiro, travando a economia, pois não há investimento no mercado interno,

que também foi prejudicado pelas importações, sobretudo de produtos chineses”, analisa.

Os efeitos desse mecanismo são nocivos e estão aparecendo com intensidade agora. “O reatamento desse cenário sobre o mundo do trabalho é monumental, provocando o aumento acelerado do desemprego. O que levamos 10 anos para melhorar, em apenas 1 ano já retrocedemos. Serão tempos difíceis e vamos precisar nos unir para nos recuperarmos”, considera.

## Os debates

Para **Valmir Lode**, metalúrgico e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, além da união dos trabalhadores, para fortalecer as pressões e dar suporte às reivindicações da classe, a saída para enfrentar a crise seria promover reformas estruturais nas leis. “A reforma política, para modificarmos o modo de escolher nossos representantes, e a reforma tributária, para distribuirmos de maneira mais igual as riquezas na sociedade, são as principais mudanças que devem ser feitas para começarmos a melhorar o país. As resistências a se fazer isso são grandes, mas não podemos desanimar. Precisamos conhecer a rea-

lidade e aprender com os debates para continuar lutando”, frisa.

**Cristiane Mainardi**, professora e vice-presidente do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses, questiona de que modo fazer essa mudança. “Como podemos viabilizar as reformas que precisamos no Brasil? O voto facultativo seria uma solução possível, ou vamos acabar o elitizando e aprofundando as desigualdades? São perguntas que ficam no ar. Com certeza teremos muito trabalho pela frente e a cada debate que participo levo um choque com as análises dos dados que temos hoje”, enfatiza.

**Mauri Schorn**, metalúrgico e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sapiranga, liga os riscos da perda de direitos trabalhistas ao modo como o sistema eleitoral brasileiro é organizado. “Alguns dos principais objetivos das manobras políticas que temos visto no Brasil é retirar direitos dos trabalhadores, privatizar grandes empresas, como a Petrobrás, e entregar o pré-sal para o capital estrangeiro. Mas é difícil evitar que isso aconteça, porque os deputados e senadores têm suas campanhas eleitorais financiadas por grandes empresários que têm interesses nessas medidas. Por isso é tão necessária a reforma política”, conclui.

## O conferencista

**Clemente Ganz Lúcio** é sociólogo, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES. Ele é um dos entrevistados nesta mesma edição, no Tema de Capa alusivo ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.



FOTO: SUSANA ROCCA/IHU

## Fique atento

A próxima atividade do II Ciclo de Saúde e Segurança no Trabalho na Região do Vale do Rio dos Sinos acontece no próximo dia 10 de maio, terça-feira, Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. A atividade é a oficina sobre as realidades e as bases de dados do DATASUS, com a professora doutora Veralice Maria Gonçalves, do Ministério da Saúde. ■

## ENTREVISTA

# A reconstrução de outro caminho diante do fim de uma forma de fazer política

Para Salvador Schavelzon, há um fim de ciclo progressista na América Latina que “deve ser situado fora da conjuntura eleitoral, porque o que se derruba é o próprio progressismo como espaço político”

*Por João Vitor Santos | Edição Patricia Fachin | Tradução Juan Luis Hermida*

**A** discussão “de fundo” quando se trata de analisar a situação dos governos progressistas na América Latina consiste em considerar que “junto com o fim” desses governos, “ou de suas narrativas, assistimos também ao fim de uma forma de fazer política”, pontua Salvador Schavelzon em entrevista à **IHU On-Line**, concedida por e-mail. Neste cenário, contudo, “a discussão central” não deve estar limitada a debater se é preciso manter ou não o apoio a um “progressismo em retirada”, mas discutir “como reconstruir ou resistir por outro caminho, entendendo melhor a complexidade do neoliberalismo e os limites de uma visão simplificada de bons e maus, ou de líderes salvadores e de máquinas políticas em que se sustentaram”.

Entre as alternativas políticas para avançar frente à agenda progressista da América Latina, Schavelzon menciona “junho de 2013 no Brasil, a recepção dos manifestantes do TIPNIS na Bolívia, na mobilização pelo Yasuni-ITT no Equador e na mobilização contra a mineração em vários países” como “o que hoje temos para avançar em lutas pelo bem comum, no campo e na cidade”. No Brasil, que se arrasta

diante da crise política, a “dinâmica” de junho, por enquanto, “está ausente”, constata. Mas, caso o impeachment da presidente Dilma se concretize, seria bom que “pudesse ser aberto um momento de pensamento coletivo e criação política conectada com essa verdadeira ruptura do tempo político e abertura de possíveis”, sugere.

**Salvador Schavelzon** é argentino e atualmente leciona na Universidade Federal de São Paulo. É doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre em Sociologia e Antropologia pela UFRJ e graduado em Ciências Antropológicas pela Universidad de Buenos Aires. Sua tese de doutorado, intitulada *A Assembleia Constituinte da Bolívia: Etnografia de um Estado Plurinacional*, foi publicada como livro na Bolívia em 2012, com nova versão editada em 2013, pela Clacso Coediciones. Este livro e outro, sobre Bem Viver e Plurinacionalidade na Bolívia e Equador, estão disponíveis em <http://bit.ly/1TyjJBU>.

A íntegra da entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 27-04-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1pJlss>.

## TEOLOGIA PÚBLICA

# Uma leitura da *Amoris Laetitia*

Por Guido Innocenzo Gargano | Tradução Moisés Sbardelotto

“**A** interpretação autêntica da Exortação parece supor que a *alegria do amor* é a primeira chave de leitura a se ter em mente. Além disso, *alegria/gáudio/canção de louvor/júbilo* constituem uma espécie de *leit motiv* do magistério do Papa Francisco. Ao lado dessa chave de leitura, porém, seria preciso colocar também um princípio que Francisco considera fundamental: *a prioridade do tempo sobre o espaço*, que permite que o papa esclareça que ‘nem todas as discussões doutrinárias, morais ou pastorais devem ser resolvidas através de intervenções magisteriais’”, analisa Guido Innocenzo Gargano.

Guido Innocenzo Gargano é monge camaldulense, professor de Patrologia no Instituto Pontifício Oriental, ensina a história da exegese dos Padres no Pontifício Instituto Bíblico. Entre suas obras publicadas pela editora Edizioni San Paolo, de Milão, Itália, estão: *Il sapore dei Padri della Chiesa nell’esegesi biblica. Introduzione a una lettura sapienziale della Scrittura* (2009); *Clemente e Origene nella Chiesa cristiana alessandrina. Estraneità, dialogo o inculturazione?* (2011); *Sant’Agostino e la Bibbia. Un vescovo legge, studia, vive, spiega le Scritture* (2011), entre outras obras.

Eis o artigo.

Os nove capítulos da Exortação apostólica pós-sinodal sobre o amor na família (LEV 2016)<sup>1</sup> são uma pequena suma sobre a *alegria de amar* a partir da experiência de uma família cristã comum do século XXI, assim como ela foi vivida por um papa que chegou a Roma “do fim do mundo”, mas com um valor acrescido: o de dois *Sínodos dos Bispos*<sup>2</sup> provenientes do mundo inteiro e o de especialistas, enriquecidos por alguns casais cristãos que informaram e formaram Jorge Bergoglio durante alguns meses. Muitos teriam

1 A íntegra do documento está disponível no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, acesse em <http://bit.ly/1NilZOg>. Confira também a edição 483 da IHU On-Line, de 18-04-2016, *Amoris Laetitia* e a ‘ética do possível’. Limites e possibilidades de um documento sobre ‘a família’, hoje, disponível em <http://bit.ly/1W33hxR>. (Nota da IHU On-Line)  
2 **Sínodo da Família**: Em 2013 o papa Francisco convocou o Sínodo sobre a família, intitulado “Sínodo dos Bispos: os desafios pastorais da família no contexto da evangelização”. Na primeira etapa, o Vaticano enviou às dioceses do mundo todo um questionário de 38 perguntas sobre o tema, que serviu como um documento preparatório para a III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Família, que ocorreu em outubro de 2014. Durante a III Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, no Vaticano foi produzido um texto com 46 pontos a serem refletidos pela comunidade católica. Todo esse processo culminou na XIV Assembleia Geral Ordinária, que ocorreu entre 4 e 25 de outubro de 2015, no Vaticano. O discurso do Papa Francisco aos bispos pode ser conferido pelo link <http://bit.ly/1kQWt6o>. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU também vem publicando uma série de materiais acerca do Sínodo que pode ser acessado em [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br). (Nota da IHU On-Line)

desejado que este último grupo pudesse ter sido muito mais consistente, a partir do momento em que se tratava, principalmente, deles. No entanto, Francisco pôde encontrar no material na *Relatio synodi*<sup>3</sup> final um amplo material para refletir antes de compor essa sua Exortação sinodal.

O documento pareceria dirigido, principalmente, para a hierarquia católica e para os “*fiéis leigos*”, mas isso não exclui o desejo que o papa faz a si mesmo e à Igreja de que ele seja lido com simpatia ou curiosidade também por outros *diversamente leigos*, não considerados *fiéis*, mas interessados, mesmo assim, nos mesmos problemas.

A interpretação autêntica da Exortação parece supor que a *alegria do amor* é a primeira chave de leitura a se ter em mente. Além disso, *alegria/gáudio/canção de louvor/júbilo* constituem uma espécie de *leit motiv* do magistério do Papa Francisco. Ao lado dessa chave de leitura, porém, seria preciso colocar também um princípio que Francisco considera fundamental: *a prioridade do tempo sobre o espaço*, que permite que

3 A íntegra da Relatio do Sínodo de 2014, em português, está disponível em <http://bit.ly/1qTbE1v>. E a íntegra da Relatio do Sínodo de 2015, em português, está disponível em <http://bit.ly/1YCT5Jy>. (Nota da IHU On-Line)



***Tudo o que o Papa Francisco escreve na sua Exortação poderia, em suma, a meu ver, ser rastreado nestas suas palavras precisas: ‘Em toda e qualquer circunstância, perante quem tenha dificuldade em viver plenamente a lei de Deus, deve ressoar o convite a percorrer a via caritatis’***

o papa esclareça que “nem todas as discussões doutrinárias, morais ou pastorais devem ser resolvidas através de intervenções magisteriais” (*Premissa* n. 3).

Com essas suas premissas, Francisco limpa o campo de qualquer pretensão de que a definitividade pretendida estar fundamentada no próprio magistério, especificando logo, com solenidade, que, “naturalmente, na Igreja, é necessária uma unidade de doutrina e práxis, mas isso não impede que existam maneiras diferentes de interpretar alguns aspectos da doutrina ou algumas consequências que decorrem dela, até que o Espírito nos conduza à verdade completa” (cf. Jo 16, 13). Uma consequência desse princípio é a necessidade de redescobrir a responsabilidade das Igrejas locais, porque, “em cada país ou região, é possível buscar soluções mais inculturadas” (ibid.). Isso envolve implicitamente um redimensionamento bastante significativo de todos os outros órgãos centrais da Santa Sé, que são dispensados do *dever* de intervir em problemáticas que cabem, de fato, às legítimas Igrejas locais. Novidade de não pouca importância.

Mas o papa também acrescenta, ao que recém disse, a especificidade do contexto do *Ano Jubilar da Misericórdia*, estrela-guia, em sua opinião, das indicações pastorais da Igreja que deverão ser lidas, por isso, sem nunca se esquecer de se referir à *misericórdia sempre, em todo o lugar e para todos* (*Premissa* n. 5).

Alguns elementos do Documento poderiam sintetizar uma espécie de espinha dorsal da Exortação. Como, por exemplo, estes: “abertura às Sagradas Escrituras; atenção ao essencial; constante referência ao ensinamento da Igreja sobre o matrimônio e a família; discernimento pastoral guiado pela misericórdia; espiritualidade; otimismo, que poderíamos resumir naquilo que Francisco diz na sua *Premissa*: as famílias não são um problema, mas, sobretudo, uma oportunidade” (n. 7).

### **Base teológica**

A base teológica fundamental sobre a qual Francesco constrói a família cristã é o mistério de Deus, que se deixa “contemplar como Pai, Filho e Espírito de amor,

do qual a família é reflexo vivo” (n. 11). À luz dessa visão teológica, coloca-se também a perspectiva própria da antropologia cristã que parte, nesse caso específico da família, do relato da criação da mulher (Gn 2), em que se evidencia “a inquietação vivida pelo homem, que busca ‘uma auxiliar semelhante’” e a resposta de Deus que coloca ao seu lado e à sua frente um “tu” humano que tem o rosto de Eva, que “reflete o amor divino”. A mulher, o *primeiro dos bens*, é entendida, nessa perspectiva, como uma *ajuda* adaptada para Adão e sua *coluna de apoio* que se tornará para ele *íntima* a ponto de poder prestar a ela as palavras do Cântico dos Cânticos (2, 16; 6, 3): O meu amado é para mim, e eu, para ele (...). Eu sou para o meu amado, e o meu amado é para mim (n. 12), até ter que constatar que *os dois são uma só carne* (Gn 2, 24) (n. 13).

A ordem dos valores do matrimônio recorda a *Gaudium et spes*<sup>4</sup>, do Concílio Vaticano II<sup>5</sup>, mas também

4 **Gaudium et Spes**: Igreja no mundo atual. Constituição pastoral, a 4ª das Constituições do Concílio do Vaticano II. Trata fundamentalmente das relações entre a igreja e o mundo onde ela está e atua. Trata-se de um documento importante, pois significou e marcou uma virada da Igreja Católica “de dentro” (debruçada sobre si mesma), “para fora” (voltando-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto). Inicialmente, ela constituía o famoso “esquema 13”, assim chamado por ser esse o lugar que ocupava na lista dos documentos estabelecida em 1964. Sofreu várias redações e muitas emendas, acabando por ser votada apenas na quarta e última sessão do Concílio. O Papa Paulo VI, no dia 7 de dezembro de 1965, promulgou esta Constituição. Formada por duas partes, constitui um todo unitário. A primeira parte é mais doutrinária, e a segunda é fundamentalmente pastoral. Sobre a *Gaudium et spes*, confira o n.º 124 da **IHU On-Line**, de 22-11-2004, sobre os 40 anos da *Lumen Gentium*, disponível em <http://bit.ly/9lFZTk>, intitulada *A igreja: 40 anos de Lumen Gentium*. Leia também: *A Gaudium et Spes 50 anos depois e o Papa Francisco como o parceiro de uma igreja global*. Conferência de Massimo Faggioli publicada nas Notícias do Dia, de 21-05-2015, disponível em <http://bit.ly/1JerEBX>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Concílio Vaticano II**: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada



sugere que a ajuda recíproca e a intimidade afetiva são, dentro da realidade original do ser humano, distinguidas em homem e mulher, a própria imagem de Deus impressa no ser humano, que, por isso, permite falar de *uma só carne*, antes ainda que se faça referência à geração dos filhos.

A Palavra de Deus, proposta pela Bíblia, “companheira de viagem para as famílias” (n. 22), encontra na família a sede por excelência da “catequese dos filhos” (n. 16) e, na familiaridade com a Palavra de Deus, os pais obtêm os elementos fundamentais para desempenhar o dever de cumprir com seriedade a sua missão educativa (n. 17), estando bem atentos para *não* considerar os filhos como *uma propriedade* (n. 18), mas sim como uma oportunidade que lhes permite *abrir*, justamente, aos filhos, *o caminho da vida* (ibid.). É impressionante, nesse contexto, a *lectio divina* pessoal de 1Cor 13, hino paulino à caridade, da qual Francisco oferece um ensaio nos nn. 99-119.

## Consciência pessoal e particularidade

Francisco não ignora que a vida de uma família também envolve sofrimento e sangue. De fato, ele se esforça para esclarecer: “*Não tenho a pretensão de apresentar aqui tudo* aquilo que poderia ser dito sobre os vários temas relacionados com a família no contexto atual”, mas apenas “*recolher algumas das contribuições pastorais dos padres sinodais*, acrescentando outras preocupações derivadas da minha própria visão” (n. 31). Os conselhos do Papa Bergoglio, em todo o caso, vão na direção de uma discrição delicada, porque “*não tem sentido limitar-nos a uma denúncia retórica dos males atuais*, como se isso pudesse mudar qualquer coisa. *De nada serve também querer impor normas pela força da autoridade*” (n. 35). Emergem, assim, alguns elementos fundamentais da Exortação de Francisco, que poderíamos identificar na *atenção à consciência pessoal dos fiéis*, que “muitas vezes respondem o melhor que podem ao Evangelho no meio dos seus limites e são capazes de realizar *o seu próprio discernimento* perante situações onde se rompem todos os esquemas” (n. 37), com uma recomendação extremamente importante dirigida aos agentes de pastoral de todas as ordens e graus: “*Somos chamados a*

pelo Concílio Vaticano I. O **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <http://bit.ly/0ze8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, disponível em <http://bit.ly/1cUUZfC>. Em 2015, o **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU promoveu o colóquio O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade. As repercussões do evento podem ser conferidas na **IHU On-Line**, edição 466, de 01-06-2015, disponível em <http://bit.ly/1IfYpJ2> e também em Notícias do Dia no sítio IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

*formar as consciências, não a pretender substituí-las*” (ibid.).<sup>6</sup>

Essa recomendação não remove, de fato, a consciência de que há quem pense que “o enfraquecimento da família como sociedade natural fundada no matrimônio seja algo que beneficia a sociedade” (n. 42); ou que “um matrimônio com as características de exclusividade, indissolubilidade e abertura à vida acaba por aparecer como mais uma proposta antiquada entre muitas outras” (n. 53); nem ignora que “avança, em muitos países, uma desconstrução jurídica da família, que tende a adotar formas baseadas quase exclusivamente no paradigma da autonomia da vontade” (ibid.). No entanto, Francisco considera que a *recuperação* do projeto original de Deus cumprido por Jesus no debate sobre o repúdio concedido por Moisés (cf. Mt 19, 3ss) mantém ainda todo o sabor de um convite a tratar o assunto, precisamente, como uma *recuperação* ou um *itinerário* a ser proposto a quem manifesta ter um *coração endurecido*, sem esquecer que “o verdadeiro significado da misericórdia implica, como ensinava João Paulo II<sup>7</sup>, a restauração da Aliança”, levando em conta que “*a noção do pecado é avivada perante o amor gratuito de Jesus*” (n. 64), deixando transparecer uma espécie de *maturação, justamente gradual*, na própria percepção do pecado como pecado.

E, para não ser mal entendido por ninguém, Francisco especifica: “Deve ficar claro que este não é o ideal que o Evangelho propõe para o matrimônio e a família. Os Padres sinodais afirmaram que o discernimento dos pastores sempre se deve fazer ‘distinguindo adequadamente’ (*Relatio synodi*, 26.45) com um olhar que discirna bem as situações”, até lembrar o lembrete de autoridade de Bento XVI: “Não existem ‘receitas simples’”<sup>8</sup>.

6 Um lembrete de que, para mim, pessoalmente, foi uma feliz confirmação daquilo que eu já tinha solicitado em um artigo meu que tinha levantado muitas reações nos meses que se passaram entre a primeira e a segunda sessões do Sínodo. (Nota do autor). Confira também “Sínodo sobre a família: o debate definha, mas algo se move”, publicado nas Notícias do Dia do Sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, de 08-05-2015, disponível em <http://bit.ly/1UrNOFD>. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Papa João Paulo II** (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana e soberano da Cidade do Vaticano de 16 de Outubro de 1978 até à sua morte. Teve o terceiro maior pontificado documentado da história, reinando por 26 anos, depois dos papas São Pedro, que reinou por cerca de trinta e sete anos, e Pio IX, que reinou por trinta e um anos. Foi o único Papa eslavo e polaco até a sua morte, e o primeiro Papa não italiano desde o neerlandês Papa Adriano VI em 1522. João Paulo II foi aclamado como um dos líderes mais influentes do século XX. Com um pontificado de perfil conservador e centralizador, teve papel fundamental para o fim do comunismo na Polónia e talvez em toda a Europa, bem como significante na melhora das relações da Igreja Católica com o judaísmo, Islã, Igreja Ortodoxa, religiões orientais e a Comunhão Anglicana. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Isso também me dá muita alegria, porque eu já tinha referido, em um artigo meu que tinha causado mais de uma reação ressentida, a necessidade de distinguir sempre entre *skopós* e *telos* na interpretação das palavras de Jesus. Isso, na minha opinião, resultava de uma exegese atenta da mesma passagem do evangelista Mateus, citado agora pelo papa. E eu tentava dizer que tal distinção implica, de fato, uma consequente *atenção à gradualidade* que, na minha interpretação, Jesus tinha reconhecido a Moisés, do qual não pretendia revogar nada. Atitude que lhe permitia fazer referência à *dureza do seu coração* (Mt

Ainda mais marcante, a esse propósito, é o pensamento de Francisco quando escreve: “os batizados que se divorciaram e voltaram a se casar civilmente não só não devem se sentir excomungados, mas podem viver e amadurecer como membros vivos da Igreja, sentindo-a como uma mãe que sempre os acolhe, cuida afetuosamente deles e encoraja-os no caminho” (n. 299). Ou quando, citando a *Relatio finalis*<sup>9</sup> (n. 51), defende que “o grau de responsabilidade não é igual em todos os casos, e podem existir fatores que limitem a capacidade de decisão. Por isso, ao mesmo tempo que se exprime com clareza a doutrina, há que evitar juízos que não tenham em conta a complexidade das diferentes situações, e é preciso estar atentos ao modo como as pessoas vivem e sofrem por causa da sua condição” (n. 79). Uma convicção que Francisco defende repondo o ensino sempre válido de São Tomás de Aquino<sup>10</sup>, que, depois de ter definido a união conjugal como “a amizade maior” (n. 123), acrescenta que é “uma amizade que inclui as características próprias da paixão, mas sempre orientada para uma união cada vez mais firme e intensa” (n. 125)<sup>11</sup>.

## Positividade da sexualidade

A referência à *positividade da sexualidade* é uma característica que conecta Francisco ao magistério de São João Paulo II, citado explicitamente e justamente sobre esse assunto, diversas vezes. Bergoglio também reitera a convicção cristã segundo a qual “o próprio Deus criou a sexualidade, que é um presente maravilhoso para as suas criaturas” (n. 150) e que “o erotismo aparece como uma manifestação especificamente humana da sexualidade”, a partir do momento em que “nele se pode encontrar o ‘significado esponal do corpo e a autêntica dignidade do dom’” (n. 151). De fato, na união conjugal, “o erotismo mais saudável, embora esteja ligado a uma busca de prazer, supõe a admiração e, por isso, pode humanizar os impulsos” (ibid.).

\* \* \*

19, 8), sem, por isso, renunciar a reiterar que *aquilo que Deus uniu, o homem não separe* (Mt 19, 6b). (Nota do autor)

9 Relatório Final do Sínodo dos Bispos, versão em português disponível em <http://bit.ly/1YCT5Jy>. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **São Tomás de Aquino** (1225-1274): padre dominicano, teólogo, distinto expoente da escolástica, proclamado santo e cognominado *Doctor Communis* ou *Doctor Angelicus* pela Igreja Católica. Seu maior mérito foi a síntese do cristianismo com a visão aristotélica do mundo, introduzindo o aristotelismo, sendo redescoberto na Idade Média, na escolástica anterior. Em suas duas “*Summae*”, sistematizou o conhecimento teológico e filosófico de sua época: são elas a *Summa Theologiae* e a *Summa Contra Gentiles*. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Nesse contexto, que remete ao título da sua *Exortação*, a alegria do amor (n. 126), Francisco desorienta a todos com uma referência temporânea e simpática ao filme *A festa de Babette*, que revela implicitamente um toque de positividade também em relação às mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa, que não esperaríamos (n. 129).

## Um breve *excursus* sobre matrimônio e virgindade

Francisco oferece uma brevíssima síntese, não desprovida de um certo interesse, nos números 158-162 da sua Exortação sobre duas problemáticas aparentemente marginais, que parecem nada superadas no debate da Igreja Católica contemporânea: a *primeira* refere-se à reproposição, de vez em quando, da questão do *matrimônio dos padres*; a *segunda* refere-se à *crise*, já diante dos olhos de todos, da *Vida Consagrada*. O Papa Francisco não propõe nada de definitivo sobre esses dois assuntos, mas as escassas linhas que ele escreve sobre eles poderiam ser um ponto de partida implícito - como acontece muitas vezes nos documentos do Magistério - de pronunciamentos bem diferentemente desafiadores a se esperar em um futuro mais ou menos distante.

Ouso pensar que essas pouquíssimas linhas podem esconder surpresas. Obviamente, não saberia dizer em qual direção. No entanto, o fato é que - parece que pela primeira vez - faz-se referência, em um documento solene da Igreja Católica, à exemplaridade e à ajuda preciosa que, em problemáticas como a da educação e formação dos seminaristas e dos padres, podem vir da “experiência da longa tradição oriental dos *sacerdotes casados*” (n. 202), já presente nas Igrejas Católicas em plena comunhão com Roma. E o fato é igualmente que Francisco retorna para certas convicções, concebidas quase como definitivas, que consideravam e ainda consideram *o estado da Vida Consagrada* como superior ao *estado matrimonial*.

Especialmente a propósito desta última problemática, a Exortação do Papa Francisco (especialmente nos nn. 160-161) parece um verdadeiro convite a repensar teologicamente a comparação entre *Vida Consagrada* e *Vida Matrimonial*. De fato, explicitando um lembrete catequético de São João Paulo II, Francisco repete com certa solenidade: “Se, considerando uma certa tradição teológica, se fala do estado de perfeição (*status perfectionis*), não é por motivo da continência mesma, mas a propósito do conjunto da vida fundada sobre os conselhos evangélicos”. Depois declara: “Uma pessoa casada pode viver a caridade em um grau altíssimo. E assim ‘chega àquela perfeição que nasce da caridade, mediante a fidelidade ao espírito dos referidos conselhos’” [n. 160].

Daí o esclarecimento adicional que convida a colocar o conjunto da problemática no nível da *simbolicidade*.

Escreve o papa literalmente: “A virgindade tem o *valor simbólico* do amor que não necessita de possuir o outro, refletindo assim a liberdade do Reino dos Céus. É *um convite para os esposos* viverem o seu amor conjugal na perspectiva do amor definitivo a Cristo, como um caminho comum rumo à plenitude do Reino. Por sua vez, o amor dos esposos apresenta outros *valores simbólicos*: por um lado, é um peculiar *reflexo da Trindade*, porque a Trindade é unidade plena na qual existe também a distinção. Além disso, a família é um *si-*

nal cristológico, porque mostra a proximidade de Deus que compartilha a vida do ser humano unindo-Se a ele na encarnação, na cruz e na ressurreição: cada cônjuge torna-se 'uma só carne' com o outro e oferece-se a si mesmo para partilhar tudo com ele até ao fim.

Enquanto a *virgindade é um sinal 'escatológico'* de Cristo ressuscitado, *o matrimônio é um sinal 'histórico'* para nós que caminhamos na terra, um sinal de Cristo terreno que aceitou unir-Se a nós e Se deu até ao derramamento do seu sangue. A virgindade e o matrimônio são e devem ser - conclui Francisco - *modalidades diferentes de amar*, porque - e aqui retorna de novo o ensinamento de São João Paulo II, trazido, desta vez, de uma encíclica (*Redemptor hominis*<sup>12</sup>) - 'o homem não pode viver sem amor. Ele permanece para si próprio um ser incompreensível, e a sua vida é destituída de sentido, se não lhe for revelado o amor'" [n. 161].

\* \* \*

## Perspectivas pastorais

Dedicando-se mais explicitamente a *algumas perspectivas pastorais*, o papa insiste na necessidade de desenvolver *novas vias* pastorais, mas, também neste caso, volta àquilo que ele deixou claro desde o início, isto é, que ele pretende permanecer nas propostas gerais, deixando às diversas comunidades a tarefa de elaborar propostas mais práticas e eficazes (n. 199), não sem lembrar, de novo, a necessidade de cuidar especialmente da "formação da consciência" e enfatizando o respeito pelo "*centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade*" [n. 222], e admitindo que "há casos em que a separação é inevitável e, às vezes, pode se tornar até moralmente necessária" (n. 241), revelando, nesses argumentos, um respeito extremo, de sua parte, pelo ensinamento dos seus antecessores<sup>13</sup>.

O Papa Bergoglio, talvez graças também à sua familiaridade com os *Exercícios*<sup>14</sup> de Santo

12 *Redemptor hominis* (em português "o Redentor do homem"): primeira encíclica escrita pelo Papa João Paulo II. Estabelece um modelo para seu pontificado em sua exploração dos problemas humanos contemporâneos e, especialmente, suas soluções propostas encontrados em uma compreensão mais profunda da pessoa humana. A encíclica foi promulgada em 4 de março de 1979, menos de cinco meses após a sua instalação como papa. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Ele cita, por exemplo, a *Humanae vitae* de Paulo VI e a *Familiaris consortio* de João Paulo II e, obviamente, o Concílio Vaticano II e a *Gaudium et spes* em particular. (Nota do autor)

14 **Exercícios Espirituais** (LOYOLA, Inácio de. Exercícios espirituais. 6ª. ed. São Paulo: Loyola, 1997): criados por Santo Inácio de Loyola

Inácio<sup>15</sup>, insiste muito no *discernimento*, mas, depois, é muito decisivo ao chamar todos a considerar o sofrimento daqueles que sofreram injustamente a *separação, o divórcio ou o abandono* (n. 242), sem jamais esquecer a preciosidade do perdão, "um caminho que a graça torna possível" (ibid.), o conforto da Eucaristia (cf. ibid.), mas também a corresponsabilidade de todos os membros da comunidade cristã, que não deverá

deixar sozinhos os pais divorciados que vivem uma nova união, especialmente com a ajuda que pode dar no acompanhamento solicitado pela educação das crianças. "Aliás, como poderíamos recomendar a esses pais que façam todo o possível por educar os seus filhos na vida cristã, dando-lhes o exemplo de uma fé convicta e praticada, se os mantivéssemos à distância da vida da comunidade, como se estivessem excomungados?" (n. 246).

## Casamentos mistos e homossexualidade

Na mesma linha, voltada a dar testemunho credível da própria fé, o papa recorda os casos das complexas situações de casamentos mistos de todos os tipos, e das "pessoas com tendência homossexual" (n. 250), em relação às quais deverá ficar evidente que "a Igreja conforma o seu comportamento ao do Senhor Jesus que, em um amor sem fronteiras, Se ofereceu por todas as pessoas sem exceção"

(ibid. Cf. *Misericordiae vultus*<sup>16</sup>, 12). Também não falta um pensamento delicado também para as situações de luto, que dilaceram muitas vezes as famílias, em todos os seus componentes, muito mais do que parece. Tudo, porém, e parece ser realmente esta a preocupação de fundo de toda a Exortação, sem esquecer

la a fim de ajudar os outros em seu crescimento espiritual. Consistem em um modo e um roteiro para ajudar as pessoas a perceber e acolher a íntima ação de Deus em suas vidas, e acolhê-la em uma dinâmica de uma participação cada vez mais efetiva na Vida e na Missão de Jesus Cristo. Sobre os Exercícios Espirituais, confira ainda "Os Exercícios Espirituais em tempos de Wikipédia: como uma partitura musical", publicado nas Notícias do Dia de 29-04-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/26Ko64j>. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Inácio de Loyola** (1491-1556): fundador da Companhia de Jesus, a Ordem dos Jesuítas, cuja missão é o serviço da fé, a promoção da justiça, o diálogo inter-religioso e cultural. A Ordem teve grande importância na Reforma Católica. Para saber mais sobre Loyola, acesse a edição 186 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/1IBwk2U>. Foi canonizado em 12 de março de 1622 pelo Papa Gregório XV. Festeja-se seu dia em 31 de Julho. (Nota da **IHU On-Line**)

16 *Misericordiae Vultus*: bula pontifícia, documento expedido pela Santa Sé e que institui o Jubileu Extraordinário da Misericórdia. A íntegra do documento pode ser lida, em português, através do link <http://bit.ly/1rqOmAh>. (Nota da **IHU On-Line**)

“  
**Os nove capítulos da Exortação apostólica pós-sinodal sobre o amor na família (LEV 2016) são uma pequena suma sobre a alegria de amar a partir da experiência de uma família cristã comum do século XXI**



jamais que “os valores também se realizam de forma imperfeita e em diferentes graus” (n. 272).

Daí as suas deduções: “Quando se propõe os valores, é preciso fazê-lo pouco a pouco, avançar de maneira diferente segundo a idade e as possibilidades concretas das pessoas, sem pretender aplicar metodologias rígidas e imutáveis. (...) É necessário um processo gradual” (n. 273). Francisco insiste: “A liberdade efetiva, real, é limitada e condicionada. Não é uma pura capacidade de escolher o bem, com total espontaneidade” (ibid.). E explica: “Nem sempre se faz uma distinção adequada entre ato ‘voluntário’ e ato ‘livre’” (ibid.). Por exemplo: “Uma educação que negligencie a sensibilidade pela doença humana torna árido o coração. E deixa os jovens ‘anestesiados’ em relação ao sofrimento do próximo, incapazes de se confrontar com o sofrimento e de viver a experiência do limite” (n. 277).

Não menos insidioso, segundo Francisco, é o uso excessivo das mídias de massa, que ele define como uma espécie de “autismo tecnológico” que expõe mais facilmente os jovens “às manipulações daqueles que procuram entrar na sua intimidade com interesses egoístas” (n. 278). Assim, conclui: “É preciso não enganar os jovens, levando-os a confundir os planos: a atração ‘cria, por um momento, a ilusão da união, mas, sem amor, tal união deixa os desconhecidos tão separados como antes” (n. 284). Não há nada a dizer. Aqui Francisco demonstra ter sido um educador refinado que pretende pôr à disposição de toda a Igreja os frutos da sua experiência. E até mesmo as suas leituras! De fato, ele chega a aconselhar o livro *A arte de amar*, de Erich Fromm<sup>17</sup>, um judeu psicanalista contemporâneo do qual provavelmente ele se serviu não só para entender melhor os outros, mas também a si mesmo. Ele não se contentou apenas com o Evangelho! Uma indicação de método nada óbvia, nessas coisas, por parte de um papa.

## Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade

O discurso de Francisco ligado à arte de *Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade* é certamente aquele que pôde acender mais a curiosidade dos jornalistas e, obviamente, da opinião pública recebida e difundida pelos próprios jornalistas. É determinante, porém, ler esse capítulo justamente aqui onde está colocado, ao término de uma reflexão muito circunstanciada sobre a *alegria de amar*. O *incipit* desses pensamentos que se sobrepõem insistentemente um após o outro tem a forma de uma introdução solene tomada emprestada da *Relatio synodi* (n. 25), lida no contexto do Ano Jubilar da Misericórdia (n. 291): “Iluminada pelo olhar de Cristo, a Igreja dirige-se com amor àqueles que participam na sua vida de modo incompleto, reconhecendo que a graça de Deus também atua nas suas vidas, dando-lhes a coragem para fazer o bem, cuidar com

amor um do outro e estar ao serviço da comunidade onde vivem e trabalham” (ibid.).

Retorna a insistência na “chamada *lei da gradualidade*”<sup>18</sup> de São João Paulo II (n. 295), explicada ulteriormente. De fato, “não é uma *gradualidade da lei*, mas uma *gradualidade no exercício prudencial dos atos livres* em sujeitos que não estão em condições de compreender, apreciar ou praticar plenamente as exigências objetivas da lei. Com efeito, também a *lei é dom de Deus, que indica o caminho*; um dom para todos sem exceção, que se pode viver com a força da graça” (ibid.). Portanto, a lei nos torna conscientes do objetivo buscado, mesmo que esse mesmo objetivo ainda não foi alcançado<sup>19</sup>.

Na realidade, essa definição da lei entendida como *dom de Deus que indica o caminho* pertence, de fato, ao que os Padres da Igreja entendiam quando falavam de *Cânone* ou mesmo de *Dogma*, entendendo-os como orientação de vida, isto é, como ajuda indispensável para alcançar a meta pretendida por Deus, mas não como a própria meta já alcançada. De fato, eles estavam bem conscientes de que, assim como a “*littera*” das Escrituras inspirada levava a, mas não se identificava totalmente com, o “*spiritus*” dela que é a Palavra de Deus, assim também toda codificação escrita de uma lei ou de uma “*norma*” devia ser entendida, dentro da Igreja, do mesmo modo.

## Marginalizar e reintegrar

Em tal contexto, recebe mais luz também tudo aquilo que Francisco declara constatando que “*duas lógicas* percorrem toda a história da Igreja: *marginalizar e reintegrar*” (n. 296, cf. *Relatio finalis* 51). O caminho da misericórdia e da integração, que é a de Jesus, é também o caminho da Igreja, e ele consiste em “*não condenar eternamente ninguém*”, mas “*derramar a misericórdia de Deus sobre todas as pessoas que a pedem com coração sincero* (...)”. Porque a caridade verdadeira é sempre imerecida, incondicional e gratuita. Por isso, “temos de evitar juízos que não tenham em conta a complexidade das diversas situações, e é necessário es-

18 Confira o artigo “Lei da gradualidade: convivendo com o imperfeito”, publicado nas Notícias do Dia de 05-11-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1Z2J7RL>. (Nota da IHU On-Line)

19 Também neste caso eu renovo a minha alegria que me referia na nota 3. Porém, Francisco não se atreve sequer aqui a indicar o texto de Mt 19, 8 em que Jesus declarava: “Moisés permitiu que vocês repudiassem as suas mulheres, porque vocês são duros de coração. Mas não foi assim desde o início”. Provavelmente, ele o omite porque o contexto preciso em que ele está falando não se refere propriamente aos “casais separados e recasados” depois de um “repúdio” ou “divórcio”, mas simplesmente aos casais que vivem “um matrimônio apenas civil”, em “simples convivência” ou em “união de fato”. É difícil, porém, pensar que a orientação pastoral sugerida pelo papa não deriva também do texto de Mateus em que emerge a diferença entre o que a “lei de Moisés” pôde permitir e aquela que, ao contrário, era a intenção de Deus Criador desde o início, com a consequência de dar à “dureza de coração” uma interpretação tal que permitisse vê-la tranquilamente em conexão com o que o papa indica como “*sujeitos que não estão em condições de compreender, apreciar ou praticar plenamente as exigências objetivas da lei*” (n. 295). (Nota do autor)

17 São Paulo: Martins Fontes, 2ed. 2015. (Nota da IHU On-Line)



tar atentos ao modo em que as pessoas vivem e sofrem por causa da sua condição” (ibid.). Francisco continua: “Trata-se de integrar a todos, deve-se ajudar cada um a encontrar a sua própria maneira de participar na comunidade eclesial, para que se sinta objeto de uma misericórdia ‘imerecida, incondicional e gratuita’”.

“Ninguém pode ser condenado para sempre, porque esta não é a lógica do Evangelho!” (n. 297). E o papa especifica: “Não me refiro só aos divorciados que vivem em uma nova união, mas a todos, seja qual for a situação em que se encontrem” (ibid.). Depois, acrescenta: “É compreensível que se não devia esperar do Sínodo ou desta Exortação uma nova normativa geral de tipo canônico, aplicável a todos os casos. (...) o grau de responsabilidade não é igual em todos os casos (*Relatio finalis* 51), as consequências ou efeitos de uma norma não devem necessariamente ser sempre os mesmos”, acrescentando em nota: “E também não devem ser sempre os mesmos na aplicação da disciplina sacramental”. Portanto, nesse âmbito, são os presbíteros que devem “acompanhar as pessoas interessadas pelo caminho do discernimento segundo a doutrina da Igreja e as orientações do bispo” (n. 300).

### O exercício de exame de consciência

É nesse ponto que Francisco recorda a todos os interessados a tradicional necessidade, presente desde sempre na Igreja e motivada pela autoridade de São Tomás de Aquino, de fazer um sincero “exame de consciência”. O papa escreve: “Uma reflexão sincera pode reforçar a confiança na misericórdia de Deus que não é negada a ninguém (*Relatio finalis* 85). Trata-se de um itinerário de *acompanhamento e discernimento que orienta esses fiéis na tomada de consciência da sua situação diante de Deus*” (ibid.). E lembra: “Tomás de Aquino reconhecia que alguém pode ter a graça e a caridade, mas é incapaz de exercitar bem alguma das virtudes, pelo que, embora possua todas as virtudes morais infusas, não manifesta com clareza a existência de alguma delas, porque a prática exterior dessa virtude está dificultada” (n. 301).

Referindo-se, depois, a um texto do Catecismo da Igreja Católica, ele recorda ainda que “a imputabilidade e responsabilidade de um ato podem ser diminuídas, e até anuladas, pela ignorância, a inadvertência, a violência, o medo, os hábitos, as afeições desordenadas e outros fatores psíquicos ou sociais”. E conclui: “Por esta razão, um juízo negativo sobre uma situação

objetiva não implica um juízo sobre a imputabilidade ou a culpabilidade da pessoa envolvida” (n. 302). “É mesquinho deter-se a considerar apenas se o agir de uma pessoa corresponde ou não a uma lei ou norma geral, porque isto não basta para discernir e assegurar uma plena fidelidade a Deus na existência concreta de um ser humano” (n. 304). Tomás de Aquino ensinava: “Embora nos princípios gerais tenhamos o caráter

necessário, todavia, à medida que se abordam os casos particulares, aumenta a indeterminação” (ibid.). Uma citação que pareceria ser quase a de um físico nuclear. Mas se trata de um texto da *Summa Theologiae*<sup>20</sup> de São Tomás (I-II, q. 94, art. 4). O papa acrescenta em nota que o próprio São Tomás concluía: “Se existir apenas um dos dois conhecimentos (o geral e o particular), é preferível que este seja o conhecimento da realidade particular”! (n. 304, nota 348). Daí uma advertência muito precisa que pode ser lida em nota (n. 305, nota 351): “Aos sacerdotes, eu lembro que o confessor não deve ser uma câmara de tortura, mas o lugar da misericórdia do Senhor”<sup>21</sup>.

Tudo o que o Papa Francisco escreve na sua Exortação poderia, em suma, a meu ver, ser rastreado nestas suas palavras precisas: “Em toda e qualquer circunstância, perante quem tenha dificuldade em viver plenamente a lei de Deus, deve ressoar o convite a percorrer a *via caritatis*” (n. 306). Sugestão que já tínhamos lido na *Evangelii gaudium* em que Francisco tinha escrito: “Sem diminuir o valor do ideal

evangélico, é preciso acompanhar, com misericórdia e paciência, as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que se vão construindo dia após dia, dando lugar à misericórdia do Senhor que nos incentiva a praticar o bem possível” (n. 308). ■

**20 Suma Teológica** (São Paulo: Loyola, 2005): é o título da obra básica de São Tomás de Aquino, frade, teólogo e santo da Igreja Católica, um corpo de doutrina que se constitui numa das bases da dogmática do catolicismo e considerada uma das principais obras filosóficas da escolástica. Foi escrita entre os anos de 1265 a 1273. Nesta obra Aquino trata da natureza de Deus, das questões morais e da natureza de Jesus. (Nota da IHU On-Line)

**21** De novo, sinto-me confortado com aquilo que eu tinha aprendido desde os anos da minha formação em teologia moral e que eu tinha sintetizado em alguns dos meus discursos anteriores ao Sínodo, trazendo as seguintes máximas aprendidas de memória durante os debates conciliares e retomadas nas lições acadêmicas dos meus mestres no Anselmianum: “*paenitentem credendum est*”; “*quieta non movere*” e “*de internis non iudicat ecclesia*”, que, em português, se traduzem: “Deve-se crer no penitente”; “Não se deve perturbar uma consciência serena”; “A Igreja não julga o que pertence à interioridade” (isto é, à relação com Deus na consciência do indivíduo). (Nota do autor)

“**O documento pareceria dirigido, principalmente, para a hierarquia católica e para os “fiéis leigos”, mas isso não exclui o desejo que o papa faz a si mesmo e à Igreja de que ele seja lido com simpatia ou curiosidade também por outros diversamente leigos**”

## TEOLOGIA PÚBLICA

# Os LGBT, o Papa e a Família

Por Luís Corrêa Lima

“O Sínodo traz indicações muito relevantes sobre a situação eclesial, os consensos e as divergências existentes entre os bispos, que são muito importantes para o discernimento do papa. Os relatórios produzidos desde a convocação deste Sínodo apontaram claramente nesta direção: não mudar a doutrina sobre a família, fundada sobre a união exclusiva e indissolúvel entre um homem e uma mulher, mas ao mesmo tempo acolher sem condenar as pessoas que vivem em outras configurações familiares. O valor deste processo, mais do que os textos, é o debate aberto na Igreja sobre temas de sexualidade e família como nunca se viu nas últimas décadas”, analisa Luís Corrêa Lima.

Luís Corrêa Lima é padre jesuíta e professor do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio.

Eis o artigo.

## 1. O pontificado de Francisco e o Sínodo

Francisco iniciou o seu pontificado com um firme propósito de renovação pastoral na Igreja Católica. Ele a convoca a ir às “periferias existenciais”, ao encontro dos que sofrem com as diversas formas de injustiças, conflitos e carências. O papa critica uma Igreja ensimesmada, entrincheirada em “estruturas caducas incapazes de acolhimento” e fechada aos novos caminhos que Deus lhe apresenta (FRANCISCO, 2013a). Esta abertura pastoral contemplou também os LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), que constituem uma população com crescente visibilização. Quando o papa retornou do Brasil a Roma, disse algo que teve muita repercussão: “Se uma pessoa é gay, procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para a julgar? [...] Não se devem marginalizar estas pessoas por isso” (FRANCISCO, 2013b). Esta declaração inédita na boca de um papa teve desdobramentos.

Nesse mesmo ano, ele convocou o Sínodo dos Bispos para tratar da família e seus desafios atuais, dando início a um período rico e criativo. A mensagem cristã no campo da sexualidade e da família tem uma grandeza e uma beleza inegáveis, mas também problemas e questionamentos inevitáveis. Em certos pontos, há uma notável disparidade entre o ensinamento da Igreja e vida da maioria dos fiéis. No primeiro questionário preparatório do Sínodo, enviado a todas as dioceses católicas do mundo, perguntava-se, entre muitas outras coisas, que atenção pastoral se pode dar às pessoas que escolheram viver em uniões do mesmo sexo e, caso adotem crianças, o que fazer para lhes transmitir a fé. Entre 2014 e 2015, foram realizadas duas

assembleias com três semanas de duração cada uma. Ocorreram muitos debates e entrevistas, produziram-se amplos relatórios, com uma notável repercussão na mídia. O Sínodo é uma instituição consultiva, bem como os seus relatórios e proposições. Após a sua realização, o papa publica uma exortação pós-sinodal, que é o ensinamento oficial da Igreja a respeito dos temas tratados. Neste caso, é o documento *Amoris Laetitia*, sobre o amor na família.

Mesmo sendo apenas consultivo, o Sínodo traz indicações muito relevantes sobre a situação eclesial, os consensos e as divergências existentes entre os bispos, que são muito importantes para o discernimento do papa. Os relatórios produzidos desde a convocação deste Sínodo apontaram claramente nesta direção: não mudar a doutrina sobre a família, fundada sobre a união exclusiva e indissolúvel entre um homem e uma mulher, mas ao mesmo tempo acolher sem condenar as pessoas que vivem em outras configurações familiares. O valor deste processo, mais do que os textos, é o debate aberto na Igreja sobre temas de sexualidade e família como nunca se viu nas últimas décadas. Isto ajuda a formar uma opinião pública que favorece a pastoral, a reflexão teológica e a recepção criativa da exortação pós-sinodal.

Na preparação da segunda assembleia, foram enviadas às dioceses perguntas sobre a atenção às famílias que têm “pessoas com tendência homossexual”, e sobre como cuidar destas pessoas à luz do Evangelho e propor-lhes as exigências da vontade de Deus sobre a sua situação. As dioceses alemãs e suíças responderam criticamente. Com base nas ciências humanas e na medicina, a orientação sexual é uma disposição inalterável e não escolhida pelo indivíduo. Por isso,

falar simplesmente de “tendência homossexual” provocou irritação e foi percebido como uma expressão discriminatória (CEA, 2015, n. 40). A maior parte dos fiéis considera justo o desejo de pessoas homossexuais de terem relacionamentos amorosos e formarem uniões. A exigência de que vivam em abstinência sexual foi considerada injusta e desumana. É inaceitável que homossexuais sejam considerados apenas como destinatários de uma pastoral, vistos como pessoas doentes ou precisando de ajuda. Deseja-se que sejam tratados com respeito e que seja apreciada a sua participação na Igreja. A impossibilidade de qualquer tipo de analogia entre o matrimônio (heterossexual) e a união homossexual, afirmada no primeiro relatório sinodal, não é aceita. Deseja-se que a Igreja reconheça, estime e abençoe as uniões homossexuais, ajudando os membros destas uniões a viverem valores importantes que têm, sim, analogia com o matrimônio (CES, 2015, n. 40).

Os questionários sinodais também foram respondidos por Juan Masiá, jesuíta radicado na Japão e pesquisador de bioética. Para ele, é necessário promover a acolhida de pessoas e de uniões homossexuais, bem como de famílias assim constituídas, na vida cotidiana e sacramental das comunidades eclesiais, sem discriminação. Deve-se reconhecer respeitosamente a legislação civil sobre as uniões homossexuais. É necessária uma revisão da hermenêutica bíblica, moral e teológica sobre a sexualidade à luz das ciências humanas, especialmente sobre a sexualidade pluriforme e as exigências educativas para uma convivência inclusiva. Não se pode afirmar taxativamente como ensinamento da Igreja a impossibilidade de analogia, mesmo remota, entre uniões homossexuais e o desígnio de Deus sobre o matrimônio. Seria presunçoso possuir o conhecimento certo e definitivo deste suposto desígnio divino (MASIÁ, 2015).

Mesmo com estas contribuições questionadoras, prevaleceram no Relatório Final do Sínodo os ensinamentos tradicionais da Igreja sobre a família fundada na união heterossexual e indissolúvel, juntamente com um olhar de misericórdia e uma busca de acolhimento dos que não vivem neste modelo. No encerramento da última assembleia sinodal, o papa fez um balanço bem realista das divergências entre os bispos:

Aquilo que parece normal para um bispo de um continente, pode resultar estranho, quase um escândalo - quase! -, para o bispo doutro continente; aquilo que se considera violação de um direito numa sociedade, pode ser preceito óbvio e intocável noutra; aquilo que para alguns é liberdade de consciência, para outros pode ser só confusão. Na realidade, as culturas são muito diferentes entre si e cada princípio geral [...] se quiser ser observado e aplicado, precisa ser inculturado (FRANCISCO, 2015c).

Muitos bispos, bem como a maioria dos fiéis de suas respectivas dioceses, não concordam com as posições dos alemães, dos suíços e do jesuíta radicado no Ja-

pão. As exortações pós-sinodais são elaboradas a partir dos consensos alcançados nas assembleias sinodais. E, neste aspecto, a Exortação *Amoris Laetitia* não é diferente. O magistério da Igreja em nível universal deve levar em conta os diferentes contextos dos Continentes e dos países. A tarefa de articular convergências e chegar a um denominador comum é complexa e difícil.

O papa Bento XVI certa vez relatou a missão que recebeu quando era cardeal, no tempo de João Paulo II, de coordenar o trabalho dos bispos para a elaboração do Catecismo da Igreja Católica. O livro deveria mostrar em que a Igreja hoje crê e como se pode crer razoavelmente. Ele confessa que ficou assustado com esta missão e duvidou que isso fosse exequível. Como é que pessoas vivendo em diferentes Continentes, não apenas geográficos, mas também intelectuais e espirituais, poderiam chegar a um texto com coesão interna e compreensível em todos os Continentes? Ele considera um prodígio o cumprimento desta missão (BENTO XVI, 2012). Diante da complexidade de se obter consensos e ao mesmo tempo de se respeitar as diferenças, o magistério tende a ser cauteloso nas inovações. A evolução das ciências, o senso dos fiéis e a teologia podem ajudar a Igreja a amadurecer seu juízo, mas isto leva tempo e este amadurecimento não é homogêneo. Porém, as igrejas locais, suas iniciativas apostólicas e a reflexão teológica podem avançar mais, criando um ambiente eclesial favorável para mudanças futuras de maior alcance.

## 2. A *Amoris Laetitia* (AL)

A Exortação do papa sobre a família é uma ampla dissertação, partindo da premissa de que a alegria do amor vivido nas famílias é também o júbilo da Igreja (AL 1). Muitas situações e questões contemporâneas são contempladas, lançando luzes sobre a vida familiar concreta. A Exortação está longe de ser um texto doutrinado abstrato e frio. A grande novidade está na forte sensibilidade pastoral, com matizes muito cuidadosos na aplicação da doutrina. Para o papa, nem todas as discussões doutrinárias, morais e pastorais devem ser resolvidas com intervenção do magistério. Naturalmente, é necessária na Igreja uma unidade de doutrina e práxis, mas isto não impede que haja diferentes maneiras de interpretar alguns aspectos da doutrina ou algumas consequências que dela decorrem. Em cada país ou região, pode-se buscar soluções mais inculturadas, atentas às tradições e aos desafios locais (AL 3).

Francisco faz um contundente alerta contra o moralismo que muitas vezes reina em ambientes cristãos e na hierarquia da Igreja Católica, visando fomentar o devido respeito à consciência e à autonomia dos fiéis: “nos custa dar espaço à consciência dos fiéis, que muitas vezes respondem o melhor que podem ao Evangelho no meio dos seus limites, e são capazes de realizar o seu próprio discernimento perante situações onde se rompem todos os esquemas. Somos chamados a formar as consciências, não a pretender substituí-las” (AL 37).



Nesta mesma direção, a formação moral das novas gerações deve se realizar de forma indutiva, de modo que um filho possa chegar a descobrir por si mesmo a importância de determinados valores, princípios e normas, em vez de impô-los como verdades indiscutíveis (AL 264).

Um dos desafios levantados é o das diversas formas de “uma ideologia, genericamente chamada gender (gênero), que nega a diferença e a reciprocidade natural de homem e mulher”. Afirma-se que ela promove uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radicalmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher. Não se deve ignorar que o sexo biológico (sex) e o papel sociocultural do sexo (gender) podem se distinguir, mas não se separar (AL 56).

A questão da homossexualidade é colocada lembrando que a Igreja deve assumir o comportamento de Jesus. Ele se oferece a todos sem exceção, com um amor sem fronteiras. Às famílias que têm filhos homossexuais, reafirma-se que cada pessoa, independentemente da própria orientação sexual, deve ser acolhida e respeitada na sua dignidade, evitando-se toda discriminação injusta, agressão e violência. Um respeitoso acompanhamento deve ser assegurado, para que quantos manifestam a tendência homossexual disponham da ajuda necessária para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus em sua vida. Porém, os projetos de equiparação das uniões homossexuais ao matrimônio são rejeitados por não haver comparação entre tais uniões e o designio divino sobre o matrimônio e a família (AL 250-251). A acolhida de pessoas homossexuais, já ensinada no Catecismo (n.3528), é trazida para o contexto das famílias com filhos homossexuais, onde isto é mais urgente. A oposição feita à equiparação das uniões homossexuais ao matrimônio, majoritariamente expressa no Sínodo, é reiterada na Exortação.

Em toda e qualquer circunstância, perante quem tenha dificuldade de viver plenamente a lei de Deus, deve ressoar o convite para percorrer o caminho do amor. A caridade fraterna é a primeira lei dos cristãos, conforme o mandamento de Jesus: “amai-vos uns aos outros, como eu vos amo” (Jo 15,12). Ela constitui a plenitude da lei (Gal 5,14). Sem diminuir o ideal evangélico, deve-se acompanhar com misericórdia e paciência as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que se constroem dia a dia. A misericórdia do Senhor nos incentiva a realizar o bem possível (AL 306 e 308).

Não se pode dizer que todos os que estão numa situação chamada “irregular” vivem em estado de pecado mortal, privados da graça santificante. Um pastor não pode estar satisfeito apenas com a aplicação da lei moral aos que vivem nesta situação, como se fossem pedras atiradas contra a vida das pessoas. Por causa de condicionamentos ou de fatores atenuantes, pode-se viver na graça de Deus, amar e também crescer na vida da graça e da caridade, recebendo para isso a ajuda da Igreja que inclui os sacramentos. Por isso,

deve-se lembrar aos sacerdotes que o confessionário, onde comumente se ministra o sacramento da penitência, não é uma sala de tortura, mas o lugar da misericórdia do Senhor. E a Eucaristia não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alívio aos que necessitam (AL 301, 305 e nota 351).

A questão do acesso aos sacramentos pelos que vivem em situação “irregular”, sobretudo os divorciados recasados, foi bastante polêmica desde a convocação do Sínodo. Há décadas que fiéis, pastores e teólogos buscam uma solução para isto. O papa não dá uma solução taxativa e abrangente, mas abre caminho aos pastores para que, no acompanhamento dos fiéis e no respeito ao seu discernimento, possam ministrar-lhes os sacramentos. As considerações sobre os fiéis em situação “irregular” também se aplicam aos que vivem em outras configurações familiares.

### 3. Em busca de caminhos

Como o próprio papa alertou, as culturas são muito diferentes entre si, e cada princípio geral precisa ser inculturado para ser observado e aplicado, com a devida atenção às tradições e aos desafios locais. E os fiéis, obedecendo à própria consciência, muitas vezes respondem o melhor que podem ao Evangelho no meio dos seus limites, com discernimento perante situações onde se rompem todos os esquemas. As conferências episcopais trazem contribuições importantes a esta inculturação e à pastoral, que são fruto de reflexões e práticas contextualizadas em diferentes realidades, com suas tradições e desafios.

A Exortação anterior do papa Francisco, *Evangelii Gaudium*, faz menção a um documento dos bispos franceses (EG, nota 60) reafirmando a doutrina da Igreja a respeito do matrimônio. Mas os bispos vão além. Eles repudiam a “homofobia”, empregando explicitamente este termo, e felicitam a evolução do direito que hoje condena toda discriminação e incitação ao ódio em razão da orientação sexual. Eles reconhecem que muitas vezes não é fácil para a pessoa homossexual assumir sua condição, pois os preconceitos são duradouros e as mentalidades só mudam lentamente, inclusive nas comunidades e nas famílias católicas. Estas são chamadas a acolher toda a pessoa como filha de Deus, qualquer que seja a sua situação. E numa união durável entre pessoas do mesmo sexo, para além do aspecto meramente sexual, a Igreja estima o valor da solidariedade, da ligação sincera, da atenção e do cuidado com o outro (CEF, 2012). Mesmo que não se equiparem ao matrimônio, são reconhecidos valores positivos nas uniões homoafetivas.

Outra menção do papa (EG nota 59) é um documento dos bispos norte-americanos sobre o ministério junto a pessoas homossexuais, com diretrizes para a assistência pastoral. Os bispos abordaram a questão do batismo de crianças criadas por uniões do mesmo sexo. Eles não aprovam a adoção de crianças por estas uniões. No entanto, aceitam que elas sejam batizadas se houver



o propósito de que sejam educadas na fé da Igreja Católica (USCCB, 2006). Os bispos suíços, por sua vez, trataram da bênção de pessoas homossexuais. Eles afirmam que estas pessoas podem ser abençoadas, mas não a contração de uma união homossexual para não haver semelhança com o matrimônio sacramental (CES, 2002, nº3). Com isto, algumas possibilidades se abrem. No Ritual de Bênçãos da Igreja, por exemplo, há bênção de uma residência, com orações pelos que nela residem, bênção do local de trabalho e bênçãos para diversas circunstâncias. Portanto, pode-se abençoar pessoas homossexuais sem contrariar as normas da Igreja.

No Brasil, os bispos contemplaram este tema num documento sobre a renovação pastoral das paróquias. Eles tratam das novas situações familiares com realismo e abertura, incluindo as uniões do mesmo sexo. Os bispos reconhecem que nas paróquias participam pessoas unidas sem o vínculo sacramental e outras em segunda união. Há também as que vivem sozinhas sustentando os filhos, avós que criam netos e tios que sustentam sobrinhos. Há crianças adotadas por pessoas solteiras ou do mesmo sexo, que vivem em união estável. Eles exortam a Igreja, família de Cristo, a acolher com amor todos os seus filhos. Conservando o ensinamento cristão sobre a família, é necessário usar de misericórdia. Consta-se que muitos se afastaram e continuam se afastando das comunidades porque se sentiram rejeitados, porque a primeira orientação que receberam consistia em proibições e não em viver a fé em meio à dificuldade. Na renovação paroquial, deve haver conversão pastoral para não se esvaziar a Boa Nova anunciada pela Igreja e, ao mesmo tempo, não deixar de se atender às novas situações da vida familiar. "Acolher, orientar e incluir" nas comunidades os que vivem em outras configurações familiares são desafios inadiáveis (CNBB, 2014, nº217-218).

A tarefa de inculturar princípios gerais em diferentes contextos, bem como a de ajudar os fiéis a formarem sua consciência, deve ser assumida pela teologia. O papa exorta os teólogos a prosseguirem no caminho do Concílio Vaticano II, de releitura do Evangelho na perspectiva da cultura contemporânea. Estudar e ensinar teologia deve significar "viver em uma fronteira", na qual o Evangelho encontra as necessidades das pessoas às quais é anunciado de maneira compreensível e significativa. Deve-se evitar uma teologia que se esgote em disputas acadêmicas ou que contemple a humanidade a partir de um castelo de cristal. Ela deve acompanhar os processos culturais e sociais, especialmente as transições difíceis, assumindo os conflitos que afetam a todos. Os bons teólogos, como os bons pastores, devem ter "cheiro de povo e de rua", e com sua reflexão derramar "óleo e vinho nas feridas dos homens", como o bom samaritano do Evangelho (FRANCISCO, 2015a).

Para o papa, o teólogo deve enfrentar o trabalho árduo de distinguir a mensagem de vida da sua forma de transmissão, de seus elementos culturais nos quais em

um determinado tempo ela foi codificada. Não fazer este exercício de discernimento leva inevitavelmente a trair o conteúdo da mensagem. Faz com que a Boa Nova, verdadeiro sentido do Evangelho, deixe de ser nova e deixe de ser boa, tornando-se uma palavra estéril, vazia de toda sua força criadora, curadora e ressuscitadora. Assim se coloca em perigo a fé das pessoas de nosso tempo. A doutrina cristã não deve ser um sistema fechado, privado de dinâmicas capazes de gerar interrogações, dúvidas e questionamentos. Pelo contrário, ela tem rosto, corpo e carne, que se chama Jesus Cristo. É sua vida que é oferecida de geração em geração a todos os seres humanos, em todas as partes do mundo (FRANCISCO, 2015b).

A releitura do Evangelho na perspectiva da cultura contemporânea passa pelos estudos de gênero, que envolvem a diferença e a reciprocidade entre homem e mulher. Convém fazer alguns esclarecimentos e considerações. O termo "teoria de gênero", do qual derivam as suspeitas de "ideologia de gênero", é uma má tradução do inglês *gender theory*, pois neste caso *theory* não significa teoria, mas o conjunto de estudos teóricos. Os estudos de gênero são bastante heterogêneos. Às vezes eles se entrelaçam, mas outras vezes correm em paralelo sem se encontrar. Não há uma teoria unificadora contendo uma explicação abrangente. O que há é um acordo geral em considerar os complexos comportamentos, direta ou indiretamente concernentes à esfera sexual, como fruto de dimensões diferentes, não totalmente independentes e por sua vez complexas: o sexo anatômico, a identidade e o papel de gênero, e a orientação sexual. Não há uma coerência necessária entre o sexo anatômico, a percepção da própria identidade como masculina ou feminina, o desejo e a prática sexual. Na diversidade bio-psíquica de homem e mulher, há indivíduos heterossexuais e homossexuais, bem como indivíduos cis-gêneros e transgêneros, que se identificam ou não com o sexo a eles atribuído ao nascerem.

Há uma perspectiva cristã de gênero propondo não renunciar à diferença entre homem e mulher e à sua importância fundamental, que tem raiz no sexo biológico e constitui o arquétipo do qual se origina a humanidade. Que não se pense nos processos sociais e culturais prescindindo inteiramente do componente biológico, da estrutura genética e neuronal do sujeito humano. Mas também que se evidencie o papel da cultura e das estruturas sociais, reconhecendo-se o mérito dos estudos de gênero em captar a relevância das vivências pessoais na definição da identidade de gênero. Isto contribui para a superação de preconceitos causadores de graves discriminações, que levaram e ainda levam à marginalização dos LGBT (PIANA, 2015).

#### 4. Exemplos

A renovação pastoral promovida pelo papa também conta com gestos surpreendentes. No início de 2015,

Francisco recebeu em sua casa a visita do transexual espanhol Diego Neria e de sua companheira Macarena. A história de Diego é emblemática da condição transexual, do preconceito feroz e do seu enfrentamento. Ele nasceu com corpo de mulher, mas desde criança sentia-se homem. No Natal, escrevia aos reis magos pedindo como presente tornar-se menino. Ao crescer, resignou-se à sua condição. “Minha prisão era meu próprio corpo, porque não correspondia absolutamente ao que minha alma sentia”, confessa. Diego escondia esta realidade o quanto podia. Sua mãe pediu-lhe que não mudasse o seu corpo enquanto ela vivesse. E ele acabou este desejo até a morte dela. Quando ela morreu, Diego tinha 39 anos. Um ano depois, ele começou o processo transexualizador. Na igreja que frequentava, despertou a indignação das pessoas: “como se atreve a entrar aqui na sua condição? Você não é digno”. Certa vez, chegou a ouvir de um padre em plena rua: “você é filha do diabo”! Mas felizmente teve o apoio do bispo de sua diocese, que lhe reconfortou e lhe animou. Diego se encorajou a escrever ao papa Francisco e a pedir um encontro com ele. O papa o recebeu e o abraçou no Vaticano, na presença da sua companheira. Hoje, Diego Neria é um homem em paz (HERNÁNDEZ, 2015).



Yayo Grassi, seu companheiro e o papa Francisco  
Fonte: <http://bit.ly/1OQNnSk>

No Brasil, começam a ser batizadas crianças filhas de uniões homoafetiva. Um batismo de gêmeos (na foto) ocorreu no Santuário do Cristo Redentor no Corcovado, Rio de Janeiro, em 2014. O padre Omar Raposo, que fez a celebração, declarou: “O batismo é para todos. A Igreja não nega o batismo a ninguém. Ao contrário, é mandato de Cristo que todos sejam batizados” (MACEDO, 2014). Assim a Igreja assume o comportamento de Jesus Cristo, que se oferece a todos sem exceção, com um amor sem fronteiras alcançando os que vivem em outras configurações familiares. A expressão maior deste amor acolhedor e inclusivo é o batismo das crianças.



Macarena, papa Francisco e Diego  
Fonte: [periodistadigital.com](http://periodistadigital.com)

Outros encontros com LGBT ocorreram, como uma visita a um presídio na Itália em que o papa teve uma refeição à mesa na companhia de presos transexuais. Nos Estados Unidos, Francisco recebeu na nunciatura apostólica o seu antigo aluno e amigo gay Yayo Grassi, e o companheiro dele. Grassi já tinha apresentado o seu companheiro ao papa dois anos antes. Este relacionamento nunca foi problema na amizade entre Grassi e o papa (GRASSI, 2015). Gestos como estes valem mais que mil palavras. Se todas as famílias que têm filhos ou parentes LGBT seguissem o exemplo do papa Francisco, recebendo-os em casa com seus companheiros, muitos problemas e dramas humanos seriam resolvidos.

## 5. Considerações finais



Foto: Álbum de família



Foto: Maira Coelho /  
Agência O Dia

O pontificado de Francisco iniciou com um firme propósito de renovação pastoral da Igreja, voltando-se às periferias existenciais, criticando com consistência uma Igreja ensimesmada, entrincheirada em estruturas caducas incapazes de acolhimento e fechada aos novos caminhos que Deus lhe apresenta. O Sínodo dos Bispos sobre a família, com perguntas questionadoras, e a Exortação Pós-sinodal inovadora são passos muito importantes neste caminho. Cabe aos fiéis terem a coragem de obedecer à própria consciência e responder sem medo ao Evangelho em situações onde os esquemas se rompem. Cabe aos pastores buscarem criativamente as formas de inculturação dos princípios gerais, atentos às tradições e aos desafios locais. Cabe aos teólogos viverem na fronteira, assumindo com vigor os conflitos que afetam a todos.

O caminho da renovação pastoral é longo pois muitas estruturas caducas estão fortemente arraigadas na

mente e na prática de várias comunidades eclesiais, em muitos ambientes. Certa vez, o papa deu um conselho precioso: “é melhor ficar longe dos sacerdotes rígidos, eles mordem” (FRANCISCO, 2015d). Não são só os sacerdotes rígidos que causam dano a tantas pessoas, mas também alguns movimentos religiosos e fiéis rigoristas. O papa Bento XVI já havia afirmado com lucidez que o cristianismo não é um conjunto de proibições, mas uma opção positiva. E acrescentou que é muito importante evidenciar isso novamente, porque essa consciência hoje quase desapareceu completamente (BENTO XVI, 2006). É muito bom que os papas reconheçam esse problema, pois há no cristianismo uma tradição multissecular de insistência na proibição, no pecado, na culpa, na ameaça de condenação e no medo. A historiografia fala de uma “pastoral do medo”, que com veemência culpabiliza as pessoas e as ameaça de condenação eterna para obter a sua conversão. Isto não se restringe ao passado, mas inunda o presente e devasta muitas pessoas, sobretudo os LGBT.

O ponto de partida do ensinamento cristão deve ser sempre o seu conteúdo positivo que é Boa Nova. O testemunho e a pregação de Francisco são primorosos quanto a isto, incluindo a *Amoris Laetitia* que começa com a alegria do amor vivido nas famílias. Mas os frutos são virão se as práticas e a pregações rigoristas forem neutralizadas, se todos forem devidamente alertados a ficarem longe delas. Os que sintonizam com o papa, onde quer que estejam, têm um papel imprescindível nesta grandiosa tarefa. A alegria do amor familiar deve inundar também os que vivem nas diversas configurações familiares. ■

## Bibliografia

BENTO XVI. Entrevista de Bento XVI em previsão de sua viagem à Baviera (I). 16/8/2006. <zenit.org>.

\_\_\_\_\_. Carta. In: Catecismo jovem da Igreja Católica. 2012.

CEA (CONFERENCIA EPISCOPAL ALEMANA). Respuestas de la conferencia episcopal alemana... . 2015. <dbk.de>.

CEF (CONFÉRENCE DES ÉVÊQUES DE FRANCE). Elargir le mariage aux personnes de même sexe? Ouvrons le débat! 2012. <eglise.catholique.fr>.

CES (CONFÉRENCE DES ÉVÊQUES SUISSES). Note pastorale 10. 2002. <eveques.ch>.

\_\_\_\_\_. Rapport de l’Eglise catholique de Suisse... . 2015. <eveques.ch>.

CNBB. Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. 2014.

FRANCISCO. Solenidade de pentecostes. Homilia. 19/5/2013a.

\_\_\_\_\_. Encontro com os jornalistas durante o voo de regresso. 28/7/2013b.

\_\_\_\_\_. Carta. 3/3/2015a.

\_\_\_\_\_. Mensagem. 1-3/9/2015b.

\_\_\_\_\_. Discurso. 24/10/2015c.

\_\_\_\_\_. Discurso. 20/11/2015d.

GRASSI, Y. Em Francisco, não há espaço para a homofobia. 6/10/2015. <ihu.unisinos.br>.

HERNÁNDEZ, A. B. El bendito encuentro entre Francisco y Diego. 26/1/2015. <hoy.es>.

MACEDO, R. Igreja abençoa filhos biológicos de casal gay. 20/11/2014. <odia.ig.com.br>.

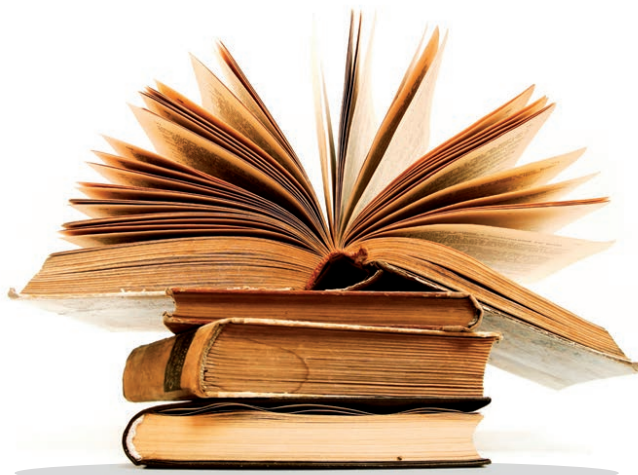
MASIÁ, J. Sexualidad pluriforme y pastoral inclusiva. 2015. <periodistadigital.com>.

PIANA, G. Sexo e gênero: para além da alternativa. 16/7/2014. <ihu.unisinos.br>.

USCCB. Ministry to persons with a homosexual inclination: guidelines for pastoral care. 2006. <usccb.org>.

### Cadernos Teologia Pública

Cadernos Teologia Pública divulga artigos que apresentam a contribuição da teologia com os debates que se desenvolvem na esfera pública da sociedade e na universidade, com abertura ao diálogo com as ciências, com a cultura e com as religiões.







@\_ihu



TWEETS  
91,4 ml

SEGUNDO  
1.932

SEGUIDORES  
10,9 ml

CURTIDAS  
51

LISTAS  
9

[Seguir](#)



[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)



**IHU** ON-LINE



INSTITUT  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

# Tema de Capa

# Baú da IHU On-Line

Confira as edições da IHU On-Line já publicadas com temas relacionadas ao mundo do trabalho

- *Terceirização e a acumulação flexível*, número 464, de 27-04-2015, disponível em <http://bit.ly/10au2b5>
- *Governos Lula e Dilma e o mundo do trabalho doze anos depois*, número 441, de 28-04-2014, disponível em <http://bit.ly/1NXjGLD>
- *A organização do mundo do trabalho e a modelagem de novas subjetividades*, número 416, de 29-04-2013, disponível em <http://bit.ly/1TpS0ku>
- *As mutações do mundo do trabalho. Desafios e perspectivas*, número 390, de 30-04-2012, disponível em <http://bit.ly/1Wtft9i>
- *Biocapitalismo e trabalho. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação*, número 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>
- *O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes*, número 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/9ZMEXs>
- *O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado*, número 291, de 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/aJl0Bi>
- *O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios*, número 256, de 28-04-2008, disponível em <http://bit.ly/bHjG51>
- *O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho*, número 216, de 23-04-2007, disponível em <http://bit.ly/b7yjJN>
- *Mais inovação tecnológica e... piores condições de trabalho. Um paradoxo!*, número 188, de 10-07-2006, disponível em <http://bit.ly/9Xl3hj>
- *Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio*, número 177, de 24-04-2006, disponível em <http://bit.ly/9hpxec>
- *As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho*, número 161, de 24-10-2005, disponível em <http://bit.ly/cPi0xB>
- *A crise da sociedade do trabalho*, número 98, de 26-04-2004, disponível em <http://bit.ly/9fGZ4W>
- *Economia Solidária e a crise do mundo do trabalho*, número 66, de 30-06-2003, disponível em <http://bit.ly/9BUpp7>
- *1º de maio: trabalho e memória*, número 57, de 28-04-2003, disponível em <http://bit.ly/c1Vjpb>



Acesse em:  
<http://bit.ly/1VEwUou>

Acesse em:  
<http://bit.ly/1p4Tatn>

Acesse em:  
<http://bit.ly/1rnf24W>

## REPORTAGEM

# De volta aos Tempos Modernos no mundo do trabalho?

Por Leslie Chaves

**E**m 1936 Charles Chaplin já denunciava a opressão provocada pelo processo de industrialização da sociedade. No filme *Tempos Modernos* (Estados Unidos, 1936), em que é roteirista, diretor e ator, Chaplin viveu o lendário personagem "O Vagabundo", que tenta sobreviver em meio ao domínio das máquinas sobre os humanos, às extenuantes rotinas laborais, ao sistema de trabalho fordista alienante e às mazelas sociais, elementos fomentados pelo sistema capitalista.

Nos dias de hoje, a forte crítica de Chaplin não perece e se atualiza na prevalência do capital sobre o bem comum, seja da sociedade ou do ambiente. Assim, em nome da crise econômica pela qual passa o mundo e o Brasil, a lógica financeira orienta as medidas implementadas pelos diversos setores da organização social para enfrentamento dos desequilíbrios da economia. Os reflexos dessas ações recaem primeiro sobre a base, com o avanço acelerado dos índices de desemprego, o risco da extinção de direitos trabalhistas, a crescente precarização do trabalho e a manutenção e aumento das desigualdades sociais, a consequência mais perene desses problemas. Entre os brasileiros, ainda acrescenta-se a tudo isso a crise política instalada no país, que agrava o sentimento de incerteza quanto aos próximos acontecimentos.

A IHU On-Line conversou com alguns trabalhadores e trabalhadoras sobre como esse contexto está sendo percebido e sentido na rotina de suas áreas.

**Confira os depoimentos.**

## **Cristiane Maria Mainardi – professora, Vice-Presidente do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL**

Considero um dos principais problemas do mundo do trabalho nos dias de hoje o retorno dos ideais neoliberais do estado mínimo que vêm surgindo nos países gerando mudanças no mercado de trabalho, nas condições de trabalho, na qualificação dos trabalhadores e na garantia dos direitos trabalhistas. Isso vai refletir na qualidade dos serviços prestados e na saúde do trabalhador. Em relação à educação brasileira, o grande problema é o baixo investimento neste setor público.

A educação é atingida diretamente pela crise econômica,

seja pela desvalorização salarial do profissional, pelas condições de trabalho e pela falta de investimento na área. A precarização na educação é um problema que vem se agravando e que vai na contramão da qualidade na educação, perpassa o serviço terceirizado, sala de aulas lotadas, infraestrutura precária, segurança no trabalho, saúde do trabalhador, sucateamento da educação, etc. O trabalho docente vem vivenciando graves problemas com os baixos salários, condições de trabalho ruins e desvalorização profissio-



FOTOS: LESLIE CHAVES/IHU

nal. Neste sentido, os professores estão cada vez mais desenvolvendo doenças relativas ao trabalho, pois geralmente são obrigados a fazer carga horária excessiva para poder ter um salário digno, chegando a se dividir em três turnos de trabalho.

Também há falta de vontade política de se investir em educação. Evoluímos com os vários programas de governo voltados à educação, mas ainda há muito a avançar no que tange à valorização profissional. Temos a Lei 11.738/2008, que regulamentou o piso salarial profes-

sional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Mas essa lei, além de não ser respeitada por muitos gestores públicos, fica aquém da faixa salarial de outros profissionais com a mesma formação. Esse cenário se traduz em precarização da educação.

## Valdemir Ferreira Pereira – Metalúrgico e dirigente sindical em São Leopoldo

O sistema capitalista impõe uma metodologia de atingir produção através de metas, é o que acontece na maioria das indústrias do setor metalúrgico. Com isso os trabalhadores são sujeitos a vários itens que compõem um método de trabalho, e entre essas etapas estão o controle de insumos, de funcionários, de produção e de custo. Toda essa carga de trabalho acaba absorvendo o trabalhador, restando pouco tempo para que ele se dedique à família, à qualificação ou ao lazer. A empresa acaba canalizando a atenção do trabalhador em uma única direção: o trabalho. Assim, essa pessoa acaba não enxergando o que acontece ao redor.

Estamos vivenciando sérios problemas hoje, como o desem-

prego e a terceirização, que alguns desses trabalhadores compreendem, mas muitas vezes têm medo do desemprego e preferem não se envolver nas lutas, outros não sabem sequer o que significa o PL 4330. O que mais procuramos fazer nas fábricas é explicar como funciona esse projeto de lei e quais são as implicações dele para o nosso trabalho. Sobre essa questão da terceirização, ainda há outro problema grave no mundo da metalurgia, que são os acidentes de trabalho. Muitas vezes, a empresa para a qual eles estão prestando o serviço diretamente não quer assumir a responsabilidade pelo acidente e a empresa “mãe” passa a ter essa obrigação, mas o que acaba acontecendo na maioria dos casos é um jogo de “empurra-empurra”. Se a terceirização se massificar,



com certeza o trabalhador será muito prejudicado. Precisamos nos unir para que isso não aconteça e para que as empresas não reduzam benefícios e folha de pagamento como estratégia para enfrentar a crise.

## Genilson Vargas da Rosa – Metalúrgico e dirigente sindical em São Leopoldo

Na crise econômica que vivemos, um dos maiores problemas é o medo do desemprego, que gera uma tensão que se soma ao estresse diário que já temos por trabalharmos sob pressão. Essa situação aumenta o risco de acidentes, traz uma preocupação exagerada com a produção, que muitas vezes ultrapassa nossa capacidade de trabalho, nos expõe a uma cobrança intensa em tempo integral, a qual acaba envolvendo também os colegas, pois os resultados são cobrados por setor, e não individualmente. Essa situação causa

uma estafa tanto física quanto psicológica.

Já acompanhei muitos casos de trabalhadores que se afastaram do serviço por diversas doenças, principalmente por problemas emocionais, a maior parte provocada pelo contexto de crise e pela pressão da empresa para aumentar a produção e à custa de manter o emprego. A política que as empresas têm adotado é “fazer mais, com menos”, isto é, produzir mais com menos empregados.





## Sirlei de Moura Vieira – Metalúrgica e dirigente sindical em São Leopoldo

Um dos maiores problemas que tenho percebido são as relações entre os colegas de empresa. Nosso trabalho é realizado através de etapas, porém como foram demitidos muitos funcionários, uma pessoa só acaba tendo que realizar várias etapas seguidas, na mesma

carga horária. Essa situação sobrecarrega os empregados e uma das consequências é o aumento do risco de acidentes de trabalho, porque uma pessoa precisa desempenhar com agilidade muitas funções na linha de produção e no setor.



## Elias Luiz Tramontim – Metalúrgico e dirigente sindical em São Leopoldo

Esse é um momento recessivo, mas vemos muitas empresas se aproveitando dessa situação de crise para fazer enxugamentos, porque nem todas estão com baixa de demanda de produção. Conversando com os trabalhadores nas fábricas, tenho visto que a preocupação é muito grande com o desemprego. Muitos empregados já relataram que estão havendo rumores nos corredores das empresas sobre a existência de listas com

nomes de pessoas a serem demitidas, mas com a vigência de acordos coletivos. Isso gera um clima muito tenso, que não é exclusividade da nossa região, está acontecendo em todo o país. O pior é que no momento não temos uma política que vá resolver de imediato a situação econômica. Enquanto a grave crise política não se resolver no Brasil, os trabalhadores é que vão pagando a conta.



## Angélica do Nascimento – Industriária do setor calçadista e dirigente sindical em Novo Hamburgo

Esse contexto de crise se expressa para nós no medo dos trabalhadores em perder seus empregos, se sujeitando a ambientes precários no local de trabalho. Pra nós do setor calçadista, o grande problema também

são as empresas que não produzem sua marca própria, e terceirizam esse serviço para outras. Sem sombra de dúvida é uma questão séria, pois estamos sempre à mercê da empresa "mãe". Sem contar que os trabalhadores

são os mais prejudicados quando essa organização não tem êxito e fecha as portas, muitas vezes porque não está cumprindo com suas obrigações, como o depósito do fundo de garantia e o pagamento do INSS. ■

Brasil e novo desenvolvimentismo na obra de Bresser-Pereira



**Prof. Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira (FGV)**

09 de maio (segunda-feira) | 19h30

Informações e inscrições: [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

ECONOMIA BRASILEIRA:  
Onde estamos e para onde vamos?  
Um debate com os intérpretes do Brasil

UNISINOS  
UNIVERSIDADE DO VALE DO SACRAMENTO

# A crise como pretexto para reeditar velhos ataques

Para José Dari Krein, a pauta que quer rever direitos trabalhistas precarizando a atividade profissional não é nova. Porém, em meio a crises, emerge com o embuste de tábua de salvação

Por Leslie Chaves | Edição João Vitor Santos

**I**magine uma mágoa mal resolvida no passado. Toda vez que há um atrito entre as partes, essa mágoa vem à tona. A analogia serve para compreender a relação entre o empresário e o trabalhador. O professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - Cesit, da Unicamp, José Dari Krein entende que as conquistas dos empregados nunca foram engolidas pelos patrões. O problema, segundo ele, é que em momentos de crise se vê a oportunidade de voltar atrás e revoogar conquistas e avanços do mundo do trabalho. "A atual crise política e econômica está sendo utilizada como pretexto pelas entidades patronais para impulsionar a sua agenda de reformas trabalhistas", analisa. Para ele, "é uma agenda velha, que começou a ser introduzida no governo Fernando Henrique Cardoso".

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Dari destaca que os empresários "até o momento, não conseguiram tudo o que queriam". E, mesmo em um governo dito progressista como o do Partido dos Trabalhadores, as ameaças seguem iminentes. "Assim que os sinais da crise começaram a aparecer e a ofensiva contra Dilma ganhou força na sociedade e nos meios de comunicação, também houve uma enxurrada de novas proposições de alteração de aspectos econômicos,

sociais e trabalhistas prejudiciais aos trabalhadores".

Segundo o professor, entre 2003 e 2014 foram introduzidas 23 medidas chamadas flexibilizadoras, "tais como a prioridade do crédito para sistema financeiro em detrimento do trabalhador, o crédito consignado, a lei da previdência, alterações no abono salarial e no seguro-desemprego etc.", explica. Entretanto, no mesmo período, houve outras 15 medidas que ampliaram a proteção social, "tais como a política de valorização do salário-mínimo, a ampliação do direito das domésticas, o fim dos incentivos para contratação temporária, o estágio etc. Alguns pontos ficaram no embate sem aprovação no arcabouço legal, como a prevalência do negociado sobre o legislado, a terceirização etc.", completa. Ou seja, é sempre um jogo de avanços e muitos retrocessos. Para ele, a questão de fundo é o desejo de "jogar a CLT no lixo, colocar em risco as conquistas dos trabalhadores".

**José Dari Krein** é graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR, tem mestrado e doutorado em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, onde atualmente é professor no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - Cesit.

**Confira a entrevista.**



## ***A crise está sendo utilizada pelas entidades patronais, apoiada em analistas pró-mercado, para colocar na agenda uma reforma trabalhista***

**IHU On-Line - Como avalia a situação do mercado de trabalho neste contexto de instabilidade política e econômica? Quais foram as principais transformações que ocorreram nesse campo nos últimos 10 anos?**

**José Dari Krein** - Impressiona a velocidade da deterioração dos indicadores do mercado de trabalho no Brasil a partir de 2015, expressa especialmente no crescimento do desemprego e na queda dos assalariados formais (1,8 milhão nos últimos 12 meses, segundo o Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS). A atual crise econômica está significando uma inflexão na tendência que vinha desde 2004 de crescimento do assalariamento, da formalização e elevação dos salários em termos reais. É uma interrupção de um processo que poderia, caso continuasse, vislumbrar uma melhor estruturação do mercado de trabalho, ainda que esse processo anterior tenha se concentrado em geração de postos de trabalho de baixos salários.

Por exemplo, uma baixa taxa de desemprego proporciona um maior poder de barganha aos trabalhadores e aos sindicatos. A geração de emprego, a política de valorização do salário-mínimo, as negociações salariais com aumento salarial foram importantes para promover a inclusão social de segmentos expressivos da população. No entanto, emprego formal não é sinônimo de emprego de qualidade. O processo de flexibilização, que cria insegurança aos trabalhadores, continuou avançando, como mostra o

forte crescimento da terceirização. A questão é que esse processo teve uma reversão, e as perspectivas do mercado de trabalho não são nada animadoras, levando em consideração as políticas de propostas de ajuste da economia na atualidade.

Além disso, a crise está sendo utilizada pelas entidades patronais, apoiada em analistas pró-mercado, para colocar na agenda uma reforma trabalhista. Essa agenda é de absoluta desconstrução de direitos e de eliminação dos parcos avanços conseguidos no país.

**IHU On-Line - Pesquisas indicam que, principalmente nos últimos 10 anos, houve uma movimentação da pirâmide de classes econômicas brasileira, com a ascensão de pessoas às classes consideradas médias (A, B e C), e a saída de milhões do patamar de extrema pobreza. O que significa para a organização social do país tal processo de mobilidade econômica? De que modo esse fenômeno pode ser afetado pela crise econômica e pelo desemprego?**

**José Dari Krein** - As características do capitalismo contemporâneo, globalizado e financeirizado são adversas aos mecanismos clássicos de distribuição de renda, pois tende a fragilizar as políticas sociais de caráter universal, o papel do Estado e os sindicatos, assim como implementar uma agenda pró mercado e que promova reformas tributárias concentradoras de renda. O Brasil está dentro deste contexto de globalização, internacionalização da produção, sob o domínio

da acumulação financeira desde os anos 1990. Nos anos 2000, o Brasil e alguns outros países latino-americanos aproveitaram o *boom de commodities* e implementaram políticas que dinamizaram o mercado interno, por meio de transferências de renda e elevação do salário-mínimo, sem, no entanto, realizar alterações estruturais na organização da economia.

Os países latino-americanos que apostaram na Aliança do Pacífico<sup>1</sup> também tiveram crescimento econômico, mas com resultados sociais muito mais modestos, tais como na Colômbia. É um processo que durou entre 2004 e 2013. O seu esgotamento está realizado com a incapacidade do governo de encaminhar uma política de sustentação do crescimento econômico e do avanço das posições conservadoras na sociedade que foram ganhando força para implementar a sua agenda conservadora. A partir de então há um processo de reversão do quadro, especialmente pelo crescimento do desemprego e a fragilização das finanças públicas. A perspectiva é bastante temerária, pois tudo indica que viveremos um período de regressão social.

**IHU On-Line - Qual o papel do mundo do trabalho na diminuição das desigualdades?**

**José Dari Krein** - Os indicadores mostram que houve uma diminuição das desigualdades entre os rendimentos do trabalho. A riqueza continuou se concentrando e o acesso aos serviços sociais também permaneceu muito desigual. Ou seja, apesar da pequena melhora, o Brasil continua sendo um país profundamente desigual. O principal avanço foi reduzir o número da pobreza e incluir no consumo muitos segmentos populacionais

<sup>1</sup> **Aliança do Pacífico** (em espanhol: Alianza del Pacífico): é um bloco comercial latino-americano criado formalmente em 6 de junho de 2012 no Chile, mais especificamente no Observatório Paranal em Antofagasta, durante a 4ª Cúpula da organização. Os membros-fundadores foram Chile, Colômbia, México e Peru. A Costa Rica incorporou-se ao grupo em 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

excluídos. É uma política tímida considerando a realidade nacional, mas mesmo assim gerou ondas de manifestações, pois a sociedade brasileira é historicamente e estruturalmente desigual, em que uma parte expressiva da classe média não se conforma com a redução da desigualdade, como pode ser observado na ampliação dos direitos das empregadas domésticas.

O incremento da renda ocorreu entre os mais ricos e entre os que se encontram na base da pirâmide social. Mesmo assim, é algo importante do ponto de vista da sociedade. Essa diminuição apresenta relação direta com o comportamento do mercado de trabalho, geração de emprego, política de elevação do salário-mínimo, ampliação ao acesso à educação e ganhos reais nas negociações coletivas (ação sindical). A diminuição mais acentuada da desigualdade depende de outras políticas mais substantivas, e entre as principais está uma reforma tributária (a estrutura tributária é muito regressiva no caso brasileiro) e o oferecimento de serviços públicos universais e de qualidade. A flexibilização das relações de trabalho também tende a agravar a desigualdade social, pois permite maior espaço para a acumulação do capital.

**IHU On-Line - De acordo com dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, pela primeira vez desde 1992, simultaneamente a renda do trabalho dos brasileiros diminuiu e a desigualdade aumentou. O que a combinação desses dados significa para a organização da sociedade brasileira?**

**José Dari Krein -** É a reversão do processo anterior e reafirmação do padrão histórico brasileiro de ser um país calcado na desigualdade. Uma parte importante da base social pró- impeachment advém de segmentos que não toleram constituir uma sociedade mais igual, assim como a não resolução da crise econômica e política é o fator de explicação da reversão dos

indicadores de renda e do aumento da desigualdade. Na crise, os pobres, os trabalhadores são os primeiros a ter a sua condição de vida sacrificada.

**IHU On-Line - De que modo a precarização do trabalho, agravada pela crise econômica e por medidas governamentais, como o PL 4330<sup>2</sup> entre outras, contribui para o agravamento das desigualdades?**

**José Dari Krein -** A desigualdade cresceu fortemente nos anos recentes no mundo. Os dados mostram que entre o pós-guerra até o final dos anos 1970, os ganhos de produtividade e os salários cresceram de forma similar. Após 1980,

“

***As características do capitalismo contemporâneo, globalizado e financeirizado são adversas aos mecanismos clássicos de distribuição de renda***

sob a hegemonia das políticas neoliberais, as diferenças sociais se acentuam, os salários praticamente não cresceram e os rendimentos

**2 Projeto de Lei 4330/2004 ou PL 4330:** prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade de determinada empresa, sem estabelecer limites ao tipo de serviço que pode ser alvo de terceirização. Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que rege a terceirização no Brasil, proíbe a contratação para atividades-fim das empresas, mas não define o que pode ser considerado fim ou meio. O PL tramita há nove anos na Câmara dos Deputados e está previsto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no dia 13 de agosto. (Nota da **IHU On-Line**)

financeiros explodiram, com a concepção de estruturar a economia e a vida social a partir de mecanismo de mercado.

Portanto, as políticas de flexibilização e de redução da proteção social tendem a agravar a insegurança do trabalhador, ampliar a precariedade e a desigualdade. A proposta de liberalização total da terceirização (PLS 30/2015 ou PL 4330/2004) tende a produzir maior precariedade do trabalho e, conseqüentemente, contribuir para ampliar a desigualdade social. Os estudos acadêmicos mostram que terceirização é sinônimo de maior precarização do trabalho. O presente projeto de lei não cria nenhum novo direito, mas dá um imenso poder às empresas para pressionar os trabalhadores a reduzir direitos. Tudo pode ser terceirizado, o que significa menos direitos, menores salários e benefícios sociais. Isto significa que a aprovação do projeto da liberalização da terceirização é uma transferência direta de renda em favor do capital em detrimento do trabalho. Na forma como o projeto saiu da Câmara dos deputados, é uma volta à regulação do trabalho pré-1930.

**IHU On-Line - A partir do contexto econômico e político do país neste momento, que riscos correm os direitos sociais garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e pelo sistema previdenciário?**

**José Dari Krein -** A atual crise política e econômica está sendo utilizada como pretexto pelas entidades patronais para impulsionar a sua agenda de reformas trabalhistas e de proteção social. É uma agenda velha, que começou a ser introduzida no governo Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990, e todas as mudanças legislativas foram na direção de flexibilizar os elementos centrais da relação de emprego e de fragilizar as instituições públicas responsáveis pela efetivação dos direitos trabalhistas. Desde então, as entidades patronais estão pressionando para



uma total desconstrução das regras inscritas no nosso arcabouço legal institucional. Até o momento não conseguiram tudo o que queriam.

Segundo nosso levantamento, foram introduzidas 23 medidas flexibilizadoras entre 2003 e 2014, tais como a prioridade do crédito para sistema financeiro em detrimento do trabalhador, o crédito consignado, a lei da previdência, alterações no abono salarial e no seguro-desemprego etc. Mas, também foram implementadas 15 medidas que ampliaram a proteção social no mesmo período, tais como a política de valorização do salário-mínimo, a ampliação do direito das domésticas, o fim dos incentivos para contratação temporária, o estágio etc. Alguns pontos ficaram no embate sem aprovação no arcabouço legal, como a prevalência do negociado sobre o legislado, a terceirização etc. São aspectos centrais que significam jogar a CLT no lixo, colocar em risco as conquistas dos trabalhadores. Esta agenda da flexibilização total voou com força na atual crise.

### Algumas das ameaças

Para exemplificar, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP elenca 55 propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional que ameaçam direitos dos trabalhadores. Destas, 32 foram apresentadas entre 2013 e 2015. Ou seja, assim que os sinais da crise começaram a aparecer e a ofensiva contra Dilma ganhou força na sociedade e nos meios de comunicação, também houve uma enxurrada de novas proposições de alteração de aspectos econômicos, sociais e trabalhistas prejudiciais aos trabalhadores. Portanto, apesar de ser uma pauta requeitada das ideias de flexibilização que vem desde os anos 1990, há uma grande ofensiva nos anos recentes na perspectiva de desconstruir direitos e fragilizar a regulação pública.

Exemplos de novas iniciativas são a redução da idade mínima para 14 anos, a proibição dos sindicalistas

de participarem de fórum públicos, a redefinição do conceito de trabalho análogo à escravidão etc. Os setores empresariais e conservadores começaram a apresentar a sua pauta mais retrógrada sem nenhum constrangimento, como pôde ser observado na imprensa nas últimas

“

**Apesar da pequena melhora, o Brasil continua sendo um país profundamente desigual**

semanas. Tudo indica que haverá uma grande ofensiva, mas também avalio que haverá resistência na sociedade a esta agenda.

A análise se baseia em dois elementos:

1) a grande resistência ocorrida em 2015 ao projeto de regulamentação da terceirização, mostrando que a sociedade não aceita qualquer proposta que signifique precarização da vida social;

2) na unidade de grande parte da esquerda construída no movimento pela defesa da democracia. A crise também leva a uma maior politização da sociedade. Também é quase um consenso entre os analistas que haverá uma crescente repressão e perseguição aos movimentos populares, em particular aos sindicatos. Viveremos “tempos interessantes”, como dizia o historiador Hobsbawm<sup>3</sup>.

3 **Eric John Ernest Hobsbawm** (1917 – 2012): foi um historiador marxista britânico reconhecido como um importante nome da intelectualidade do século XX. Ao longo de toda a sua vida, Hobsbawm foi membro do Partido Comunista Britânico. Um de seus interesses foi o desenvolvimento das tradições. Seu trabalho é um estudo da construção dessas tradições no contexto do Estado-nação. Argumentou que muitas vezes as tradições são inventadas por elites nacionais para jus-

**IHU On-Line - Caso o impeachment da presidente Dilma Rousseff seja aprovado, que mudanças podem ocorrer no mundo do trabalho a partir de um possível governo de Michel Temer?**

**José Dari Krein** - No cenário de impeachment, o quadro se agrava enormemente. Por um lado, a carta de intenção de Temer foi apresentada no documento “Uma Ponte para o Futuro”<sup>4</sup>. Nesse documento, afirma de forma cristalina o propósito de retirar direitos. Antes de enumerar algumas propostas, adota como base de informação na comparação com outros países o Relatório Global de Competitividade 2015-2016, do Fórum Econômico Mundial. É um documento que coleta informações a partir dos empresários. Constrói um diagnóstico enviesado.

Entre outras pérolas, o documento propõe: 1) “acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação”; 2) fim de todas as indexações; 3) fim da política do salário-mínimo e sua vinculação com os benefícios da seguridade social; 4) prevalência do negociado sobre o legislado; 5) reforma previdenciária.

Essas propostas significam uma desconstrução muito expressiva de direitos e proposições dos segmentos mais vulneráveis ou que estão na base da sociedade brasileira. Por exemplo, os aposentados são atacados diretamente três vezes:

tificar a existência e importância de suas respectivas nações. (Nota da IHU On-Line)

4 **Uma Ponte para o Futuro**: documento lançado pelo PMDB em outubro de 2015, uma espécie de programa de governo. Para o partido, as medidas contidas no documento são as melhores propostas para tirar o país da crise. Com a iminência do impeachment de Dilma Rousseff e da possibilidade de Michel Temer, vice-presidente da República e presidente nacional do PMDB, “Uma Ponte para o Futuro” é tido como norte para um eventual governo peemedebista. O Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou na seção Notícias do Dia, no seu sítio, diversas análises acerca dessas propostas. Entre elas “Ponte para o futuro: uma análise das consequências das 30 propostas do documento do PMDB”, disponível em <http://bit.ly/1NzYIrn>. (Nota da IHU On-Line)

1) fim da correção das aposentadorias pela inflação passada; 2) diminuição do piso, com a redução do valor e a desvinculação do salário-mínimo; 3) reforma da previdência.

### “Uma ponte para o retrocesso”

Além disso, todos os assalariados poderão ter direitos menores. Portanto, é um documento que apresenta uma “uma ponte para o retrocesso”. O que está ruim pode piorar. Por outro lado, é até assustador como as forças apoiadoras do golpe estão propagando as suas propostas conservadoras, sem nenhuma veleidade. Por exemplo, o setor empresarial industrial apresentou a proposta de introduzir no Brasil a possibilidade de o trabalhador negociar individualmente a sua relação de emprego com o empregador. O setor agrícola propõe que tenha o direito de criar um exército no campo para combater os movimentos sociais.

É impressionante como as propostas são apresentadas sem nenhum pudor e nenhuma comprovação empírica, mas a partir de

uma visão ideológica e de explícito interesse de classe. Por exemplo, não existe comprovação de que reduzindo direitos se cria emprego, mas todas as principais entidades empresariais e os profissionais defensores da globalização financeira, do mercado autorregulado, acreditam que sim.

### IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

**José Dari Krein** - Tudo indica que a ofensiva virá, mas também haverá resistência e luta. O que deixa o futuro em aberto. Novos movimentos de contestação estão ocorrendo na sociedade, com um índice de mobilização bastante acentuada se comparado com os últimos 15 anos no Brasil.

Há também movimento de resistência importante em outras partes, como, por exemplo, na França<sup>5</sup>: o Governo está tentando

5 Confira o artigo “A França luta em Noites Despertadas”, publicado nas Notícias do Dia de 12-04-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1NiAdPG>, e o “Pergunto-me se o Podemos não é um contra-exemplo, isso que não devemos fazer: voltar ao marco eleitoral”. Entrevista com Frédéric Lordon, publicada nas

realizar uma reforma com retirada de direitos e está encontrando forte resistência na sociedade, especialmente da juventude. No caso brasileiro, os sindicatos tendem a ficar em uma posição mais defensiva no enfrentamento dos problemas diretos da relação do emprego, dado o crescente desemprego, mas poderá ter uma função protagonista de organizar a resistência na sociedade. É uma janela de oportunidade para se conectar com uma sociedade em que os sinais de descrença, de descontentamento e de inconformismo se tornam mais forte e presente nas pessoas, especialmente em segmentos que não estão organizados de forma tradicional, como são as mobilizações sociais, tais como de jovens ocupando as escolas etc. Também é expressão de uma crise mais profunda o surgimento de movimentos fascistas e conservadores. Portanto, vivemos um período de sinais contraditórios e de forte disputa social. ■

Notícias do Dia de 15-04-2016, disponível em <http://bit.ly/1rcSwLE>. Ainda sobre o tema, confira mais textos publicados pelo sítio do IHU. Acesse em <http://bit.ly/24iwoSa>. (Nota da IHU On-Line)

## LEIA MAIS...

- *PL 4330: Submissão absoluta dos trabalhadores aos designios do capital*. Entrevista com José Dari Krein, publicada nas **Notícias do Dia** de 29-04-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1WXR5Nx>.
- *Formalização e flexibilização - avanços e retrocessos no mundo do trabalho*. Entrevista com José Dari Krein, publicada na revista **IHU On-Line** número 441, de 28-04-2014, disponível em <http://bit.ly/1QFAeaT>.
- *O esgotamento de um modelo de desenvolvimento e da globalização neoliberal*. Entrevista com José Dari Krein, publicada na revista **IHU On-Line** número 291, de 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/26BKWL8>.
- *Sindicatos: “um movimento com sinais trocados”*. Entrevista com José Dari Krein, publicada na revista **IHU On-Line** número 390, de 30-04-2012, disponível <http://bit.ly/24q38oZ>.
- *“Classe média, renda e crédito são sinônimos do capitalismo”*. Entrevista com José Dari Krein, publicada na revista **IHU On-Line** número 352, de 29-11-2010, disponível <http://bit.ly/1SPtUSN>.
- *Por uma redução abrupta da jornada de trabalho*. Entrevista especial com José Dari Krein, publicada nas **Notícias do Dia** de 01-06-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1SPu3pj>.

# A dinâmica perversa da economia

Para Clemente Ganz Lúcio, o desafio do Brasil é retomar o crescimento com geração de emprego e aumento de renda, rompendo com o círculo vicioso da crise

Por Leslie Chaves

**A**s turbulências do mercado internacional aliadas às adversidades enfrentadas pela economia brasileira, que resultaram em redução da capacidade de consumo e produção do mercado interno, têm gerado reflexos em efeito cascata em diversos setores da organização social do país. Tal ciclo é descrito por Clemente Ganz Lúcio como a dinâmica perversa da economia, que, segundo o sociólogo, se intensificou no ano passado e agora coloca em risco os avanços já conquistados.

“Observamos uma mudança radical na dinâmica econômica em 2015, pois passamos de uma economia que gerava empregos, para uma economia que encerra postos de trabalho; de uma economia que permitia o crescimento dos salários, para uma economia que passa a reduzir o valor médio da remuneração do trabalho. Nós iniciamos 2016 com a continuidade desse movimento, que se agrava num período em que normalmente o desemprego cresce, que é nos primeiros meses de cada ano. Porém, neste ano isso se deu de forma mais

acentuada, criando um círculo vicioso no qual o mercado interno perde força e acaba alimentando os índices de desemprego”, ressalta o sociólogo, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**.

Ao longo da entrevista, Lúcio faz uma análise dos índices da economia brasileira em perspectiva com os acontecimentos políticos mais recentes, como a disputa acirrada das últimas eleições, as investigações da operação Lava Jato e o andamento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Como desafio para o futuro, o professor aponta a necessidade de encontrar uma forma de conciliar crescimento econômico com políticas de desenvolvimento social, a partir da geração de emprego e renda.

**Clemente Ganz Lúcio** é sociólogo, diretor técnico do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line - Que avaliação o senhor faz da situação do mercado de trabalho neste contexto de instabilidade política e econômica do país? Quais foram as principais transformações que ocorreram nesse campo nos últimos 10 anos?**

**Clemente Ganz Lúcio** - Primeiro vou pensar nos últimos 10 anos, conforme você propôs. Nós tivemos uma mudança importante no mer-

cado de trabalho brasileiro nesse período, que foi marcado por um aumento expressivo da geração de postos de trabalho. O Brasil praticamente dobrou a força de trabalho assalariada, especialmente os postos de trabalho com carteira assinada. Houve uma expansão em todo o território nacional, mas o aumento da formalização foi mais vigoroso nas regiões Norte e Nordeste.

Simultaneamente à expansão no mercado de trabalho, tivemos o fortalecimento da atividade sindical, e as negociações coletivas encontraram um ambiente mais dinâmico, promovendo aumentos salariais e políticas específicas, como a valorização do salário mínimo, que criaram condições para uma valorização da base salarial de toda a economia. Isso tudo repercutiu po-

“

## *O processo eleitoral muito disputado e dividido propiciou que a tensão política gerasse uma segunda onda de crise*

sitivamente no mercado interno, ampliando, portanto, sua capacidade de sustentar uma dinâmica econômica favorável, parte dela também amparada pelas demais transferências de renda e pela habilidade que o Estado brasileiro teve de impulsionar uma retomada de investimentos.

Esses fatores refletiram positivamente na economia brasileira, que ainda aproveitou as oportunidades do mercado externo, exportando e ampliando sua pauta exportadora, favorecendo, desse modo, um movimento positivo, que influenciou favoravelmente todo o mercado de trabalho. Esse é o contexto desses últimos 10 anos, no qual os direitos, além de terem sido preservados, muitas vezes também foram ampliados, seja pela atividade sindical, seja por aquilo que se regulamentou no próprio setor legislativo no Congresso Nacional.

### **A virada econômica**

Esse quadro sofre uma adversidade muito grande agora, especificamente em 2015 e 2016, período no qual o rebatimento da crise internacional cria severas restrições à participação da economia brasileira na economia mundial. A agenda exportadora brasileira de commodities tem uma redução - principalmente no preço - com a diminuição do nível da atividade da economia global repercutindo sobre o setor. Ao mesmo tempo, essas economias externas voltam-se para o mercado interno brasileiro, procurando participação mais intensa. Assim, acirra-se a concorrência, fazendo

com que, muitas vezes, seja desmobilizada a capacidade produtiva interna, atendida por uma agenda importadora muito forte, a qual complica a capacidade produtiva brasileira no atendimento da demanda que o mercado interno vinha realizando.

Ao mesmo tempo, o Brasil sofre uma série de outras dificuldades internas, como, por exemplo, o rebatimento do combate à corrupção, porém nesses últimos 10 anos foi desenvolvida mais de uma dezena de novas legislações que aprimoraram a capacidade do Estado de atuar nessa luta. Esse combate tem crescido gradativamente e, mais recentemente, a Operação Lava Jato tem acentuado tais ações, entretanto elas também têm um reflexo sobre o nível da atividade produtiva.

O combate à corrupção tem travado o setor da construção e o setor de obras públicas, setor esse que é responsável por uma parte muito forte da dinâmica econômica brasileira. Outra questão foi o enfrentamento que o governo fez à crise internacional, muitas vezes com políticas cuja eficácia não foi a inicialmente imaginada, sobretudo no que se refere às desonerações. Se elas, em algum momento, permitiram que o mercado interno pudesse reagir rapidamente, por outro lado não promoveram aquilo que se esperava também, que era uma retomada do investimento produtivo. Esse fator, combinado com a Operação Lava Jato e com a fragilidade fiscal do Estado brasileiro, tem criado dificuldades

para sustentar uma economia mais vigorosa.

### **A perversa dinâmica do desemprego**

Mais recentemente, em particular a partir de 2015, o enfrentamento político de um processo eleitoral muito disputado e dividido propiciou que a tensão política gerasse uma segunda onda de crise, trazendo para a economia mais insegurança e mais dificuldade. Aliado a esse contexto, está a péssima taxa de crescimento econômico, que foi baixa em 2014 e negativa em 2015. Tais situações incidem sobre o mercado de trabalho, queimando postos de emprego e deixando de gerar novas vagas, repercutindo no aumento do desemprego. Outro reflexo resultante desse fluxo é a queda salarial. A inflação relativamente mais alta e a dinâmica perversa do desemprego provocam a redução do salário médio, porque os poucos postos de trabalho que surgem passam a oferecer salários inferiores àqueles que estavam sendo praticados anteriormente.

O efeito desse ciclo é extremamente desfavorável à manutenção do emprego e do salário, enfraquecendo o nível de atividade do mercado interno com a redução do poder de compra dos trabalhadores. Esse quadro está na contramão daquilo que vimos nos últimos 10 anos, que foi uma economia mais pujante pelo fortalecimento do emprego e do salário. Agora se desmobiliza a capacidade produtiva, há queima de postos de trabalho e arroxo salarial, provocando um retrocesso.

**IHU On-Line - Há estimativas de que até o final de 2016 haja 12 milhões de desempregados no Brasil. Qual o significado desse dado para a situação social do país?**

**Clemente Ganz Lúcio -** Se nós chegarmos a ter um contingente de 12 milhões de trabalhadores de-



sempregados, teremos aumentado em quatro ou cinco milhões esse contingente na economia brasileira. Para que ocorra uma redução gradativa desse contingente, é necessário que a economia cresça e gere emprego, e não é o que se observa nesse curto período de 2015 a 2016. A estimativa do crescimento do desemprego em 2016, e talvez em parte de 2017, especialmente no primeiro semestre, faz com que essa expectativa de 12 milhões, e até um pouco mais, de desempregados possa ser uma perspectiva muito concreta, infelizmente.

Em 2016 a economia não terá capacidade de reverter a distribuição de postos de trabalho que se observou anteriormente, fazendo, provavelmente, com que o desemprego continue crescendo nos próximos meses ou semestre. Esse contingente ampliado de desempregados enfraquece o mercado interno e sua capacidade de fomentar a atividade do setor produtivo. Isso é muito ruim para a economia, para o emprego, para o salário e para as políticas de redução das desigualdades econômicas e sociais. É um cenário negativo porque desmobiliza e destrói conquistas importantes realizadas pelos trabalhadores nesses últimos anos.

**IHU On-Line - Quando começaram a se agravar os índices de desemprego no país? Quais foram os primeiros sinais de retração do mercado de trabalho?**

**Clemente Ganz Lúcio** - A sinalização econômica para as dificuldades que o Brasil está passando começaram a aparecer, principalmente, no segundo semestre de 2014 e no primeiro semestre de 2015. É nesse momento que se percebe que a política econômica brasileira não vinha atendendo à expectativa da retomada do investimento, o elemento essencial para sustentar uma trajetória de crescimento. No início de 2015, a política econômica do governo de restrição fiscal e, por consequência, um ajuste combinado com o aumento

da taxa de juros básica da economia foram duas grandes pisadas no freio da economia, que já vinha reduzindo seu nível de atividade.

O resultado é praticamente a paralisação desta economia que já vinha dando sinais de desaceleração.

“

## ***O rebatimento da crise internacional cria severas restrições à participação da economia brasileira na economia mundial***

Em 2015 essa estagnação gera uma paralisia ainda maior, notadamente pela crise política, o que faz com que a retração na atividade econômica seja rapidamente percebida e os indicadores do desemprego avancem com velocidade ao longo do ano. Desse modo, observamos uma mudança radical na dinâmica econômica em 2015, pois passamos de uma economia que gerava empregos, para uma economia que encerra postos de trabalho; de uma economia que permitia o crescimento dos salários, para uma economia que passa a reduzir o valor médio da remuneração do trabalho.

Iniciamos 2016 com a continuidade desse movimento, que se agrava num período em que normalmente o desemprego cresce, que é nos primeiros meses de cada ano. Porém, neste ano isso se deu de forma mais acentuada, criando um círculo vicioso no qual o mercado interno perde força e acaba alimentando os índices de desemprego.

**IHU On-Line - De acordo com dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**

**- PNAD, pela primeira vez desde 1992, simultaneamente a renda do trabalho dos brasileiros diminuiu e a desigualdade aumentou. O que a combinação desses dados significa para o contexto econômico do país?**

**Clemente Ganz Lúcio** - Quando se tem um contingente menor de pessoas ocupadas e, ao mesmo tempo, a redução dos salários, o efeito desses dois movimentos é a redução da massa salarial, que é a soma dos salários pagos na economia. Isto é, quanto mais pessoas trabalhando, maior a massa salarial, e se essas pessoas ganham salários ou remunerações melhores, a soma de mais emprego e mais salários aumenta a massa salarial. Uma massa salarial que cresce faz com que a capacidade de consumo interno cresça e a tendência é o aumento da capacidade produtiva.

Portanto, as empresas estariam se preparando para atender uma capacidade de demanda, uma capacidade de consumo que cresce. Se a atividade produtiva não cresce, nós acabamos importando mais. Logo, se o nosso mercado tem uma capacidade de consumo maior e não atendemos isso com a produção interna, o que acontece é que a capacidade importadora se realiza e assim passamos a consumir produtos importados. Foi o que aconteceu em parte na economia brasileira com a importação de produtos manufaturados. A nossa indústria não teve capacidade de concorrer com os preços praticados nas economias em desenvolvimento, sobretudo na China, e o câmbio na economia brasileira não favorecia a produção, mas sim a importação.

Na conjuntura que vivemos estamos sentindo a dificuldade que o mercado interno passa a ter no momento em que menos pessoas estão trabalhando e o salário está diminuindo. Com a diminuição da capacidade de consumo, as empresas percebem que terão uma demanda menor para atender e,

assim, reduzem a sua capacidade de produção. Ao reduzir a capacidade de produção, também se reduz o emprego. Amplia-se o que a economia chama de capacidade ociosa, ou seja, as empresas têm uma planta industrial estruturada para atender um volume de produção, e se a economia não demanda, a empresa diminui a sua oferta e mantém sua capacidade ociosa, que para os trabalhadores repercute em demissão.

**IHU On-Line - Pesquisas indicam que, principalmente nos últimos 10 anos, houve uma movimentação na pirâmide de classes econômicas brasileira, com a ascensão de pessoas às classes consideradas médias (A, B e C), e a saída de milhões do patamar de extrema pobreza. De que modo esse fenômeno tem sido afetado pela crise econômica e pelo desemprego?**

**Clemente Ganz Lúcio** - A redução da desigualdade que se observou no Brasil foi resultado de uma dinâmica favorável de geração de emprego e aumento de salários. Ou seja, é reflexo da redução do desemprego combinada com uma política salarial favorável, com a valorização do salário mínimo, que teve um crescimento real acima de 70%, e com o rebatimento dessa medida sobre a base salarial da economia e da aposentadoria. Esse arranjo é responsável por dois terços da redução da desigualdade. O outro um terço é consequência das políticas distributivas de renda, como o Bolsa Família, da vinculação do benefício da Previdência ao salário mínimo, e de outras políticas nas áreas da saúde e educação, que têm impactos extremamente positivos para a redução das desigualdades, que teve uma velocidade até então não vista em nossa sociedade.

No momento em que entramos na crise, esse andamento é interrompido pelo desemprego e arroxo salarial. Só as políticas de transferência de renda não são suficientes para promover a redução

da desigualdade, como aquela que observamos. Em 2015 alguns índices mostram que não só estagnou-se o nível de desigualdade, como em relação a alguns fatores essa desigualdade tende a começar a se acentuar, especialmente porque aqueles que são primeiramente afetados são os trabalhadores em ocupações mais precárias. Em geral são trabalhadores que, depois de décadas em uma situação de pobreza e muita vulnerabilidade, conseguiram ascender a um posto de trabalho que lhes permitiu uma mobilidade social positiva.

Agora podemos observar que, com a recessão econômica, esses trabalhadores podem regredir a uma situação anterior, na qual a ausência de emprego e de uma ren-

“  
***Agora se desmobiliza a capacidade produtiva, há queima de postos de trabalho e arroxo salarial, provocando um retrocesso***

da regular os coloca novamente em uma situação de precariedade e de fragilização, que é característica em uma situação de desigualdade. Com isso, milhares de trabalhadores poderão voltar a uma situação que tinham superado nos últimos dez anos.

**IHU On-Line - Caso o impeachment da presidente Dilma seja aprovado, que mudanças podem ocorrer no mundo do trabalho a partir de um possível governo Temer, que está se articulando e vem de um partido que tem em**

**seu histórico medidas como o acordo Agenda Brasil?**

**Clemente Ganz Lúcio** - Primeiro é fundamental termos claro que a dimensão política da crise é muito importante, ou seja, a crise econômica de 2015 e 2016 é fortemente induzida pela crise política, porque gera um nível de instabilidade que trava a economia e os investimentos e isso reduz a capacidade de enfrentar as restrições ao crescimento da maneira que se esperava. Não há nenhuma sinalização de que tenhamos essa crise superada ao longo deste ano; pelo contrário, o embate político deve perdurar nos próximos meses, mesmo que o Senado venha a aceitar a abertura do processo de impeachment, tendo 180 dias para o julgamento.

Portanto, não haverá uma solução rápida para essa crise, o que traz dificuldades adicionais para a própria economia. De todo modo, confirmado ou não o impeachment, o governo deverá tomar uma iniciativa para retomar o crescimento econômico, é isso que esperam os trabalhadores, o empresariado e toda a sociedade brasileira. A retomada do crescimento econômico exige uma série de medidas que não são consenso, pois há diferentes maneiras de se interpretar esse desafio. Nós do mundo sindical acreditamos que a retomada do crescimento deve ser fortemente orientada pelo investimento e pela geração de emprego, com crescimento da renda.

Há aqueles que acham que essa retomada do crescimento deve ser orientada por outras perspectivas. Especialmente os neoliberais acreditam que a economia se recuperará se tivermos a orientação de um grande ajuste fiscal e um processo de transferência de ativos públicos para o setor privado. Eu penso o contrário, que nós precisamos e devemos ter um Estado forte, uma capacidade forte de investimento estatal, com ativos públicos capazes de mobilizarem a iniciativa privada para investimentos públicos e privados.

São escolhas que precisarão ser feitas e não serão fáceis, porque a saída dessa crise exigirá medidas que precisarão ser articuladas com respaldo político no Congresso Nacional e exigirão dos empresários e dos trabalhadores um nível de comprometimento e de convergência política. Isso não é fácil de ser construído no ambiente político adverso do momento. Desse modo, será exigida das instituições uma capacidade e uma serenidade muito grande para que possamos transitar de um nível de recessão pesado da economia brasileira para uma perspectiva de retomada de crescimento.

As medidas propostas, tanto aquelas encaminhadas pela presidente Dilma, quanto aquelas que aparecem no debate público como proposições do partido do vice-presidente Michel Temer apresentadas no documento “Uma ponte para o futuro”<sup>1</sup>, podem afetar direitos trabalhistas, o mercado interno e promover impactos sobre empre-

**1 Uma Ponte para o Futuro:** documento lançado pelo PMDB em outubro de 2015, uma espécie de programa de governo. Para o partido, as medidas contidas no documento são as melhores propostas para tirar o país da crise. Com a iminência do impeachment de Dilma Rousseff e da possibilidade de Michel Temer, vice-presidente da República e presidente nacional do PMDB, assumir a Presidência, “Uma Ponte para o Futuro” é tido como norte para um eventual governo peemedebista. O Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou nas ‘Notícias do Dia’, no seu sítio, diversas análises acerca dessas propostas. Entre elas “Ponte para o futuro: uma análise das consequências das 30 propostas do documento do PMDB”, disponível em <http://bit.ly/1NzYIrn>. (Nota da IHU On-Line)

gos e salários, o que pode aumentar o nível de adversidade que os trabalhadores já enfrentam com a crise. Tudo isso cria um ambiente político extremamente instável, no qual os trabalhadores provavelmente enfrentarão uma agenda desfavorável. Lista que promete

“

### ***Em 2016 a economia não terá capacidade de reverter a distribuição de postos de trabalho***

ser longa, pois no próprio Congresso Nacional há uma série de propostas profundamente negativas do setor empresarial para o campo do trabalho, na qual a redução dos direitos ou a flexibilização das condições de trabalho podem elevar o nível de precarização do trabalho, do emprego e do próprio salário.

**IHU On-Line - Quais os desafios que se apresentam ao mundo do trabalho hoje, considerando o risco da perda de garantias trabalhistas, o aumento da terceirização, a precarização e o crescente desemprego?**

**Clemente Ganz Lúcio -** Por um lado, criar capacidade para en-

frentar o período de recessão econômica; portanto, resistir ao desemprego e ao arroxio salarial. Resistir significa tentar proteger o emprego e dar, pelo menos, o mínimo de proteção ao desempregado. Por outro lado, o desafio é atuar vigorosamente para a retomada do crescimento econômico com políticas capazes de gerar, no emprego e no rendimento do trabalho, uma dinâmica favorável ao avanço da economia.

Isso não é simples de ser feito, pelo contrário, é enormemente complexo combinar uma política econômica capaz de dar este sentido ao desenvolvimento. Portanto, reduzir a taxa básica de juros, promover investimento produtivo e gerar capacidade fiscal para o Estado realizar investimentos são todas medidas muito difíceis de ser operadas no quadro econômico e político atual. Esse contexto exigirá por parte dos trabalhadores uma unidade muito grande na identificação em torno desses objetivos centrais. Além disso, exigirá do trabalho político sindical nas relações com o setor empresarial, com o governo e com o próprio Congresso, uma capacidade de mobilização, de pressão e de negociação para que de fato a dinâmica que observamos nos últimos 10 anos volte a prevalecer na estratégia econômica brasileira: geração de emprego, aumento do salário e redução da desigualdade como metas permanentes do nosso desenvolvimento. ■

## LEIA MAIS...

- *Impor limites para as terceirizações é o que está em jogo.* Entrevista especial com Clemente Ganz Lúcio publicada nas **Notícias do Dia**, de 05-05-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1Kaz9Qt>.
- *Aumento da produtividade e a manutenção de postos de trabalho.* Entrevista especial com Clemente Ganz Lúcio publicada na revista **IHU On-Line**, nº 390, de 30-04-2012, disponível em <http://bit.ly/26y0505>.
- *Por um pacto mundial do emprego.* Entrevista especial com Clemente Ganz Lúcio publicada na revista **IHU On-Line**, nº 291, de 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/1UjNEQB>.

# Terceirização – antessala da barbárie social amplificada

O fracasso do neodesenvolvimentismo, o avanço neoliberal e capitalista leva o trabalhador para algo pior do que a precarização, entendida por Giovanni Alves como um estado de barbárie

Por Leslie Chaves | Edição João Vitor Santos

“O Brasil é hoje um território privilegiado para observarmos a barbárie social que caracteriza o capitalismo global no século XXI”. É assim que o professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Giovanni Alves, apreende o mundo do trabalho brasileiro hoje. Para ele, o que se vive é, sim, fruto de movimentos conjunturais. Entretanto, é também o mais alto grau das consequências do fracasso do neodesenvolvimentismo empregado no Brasil por governos ditos progressistas. “Depois de dez anos de governos neodesenvolvimentistas, com a economia brasileira crescendo e resultados positivos nos indicadores sociais do mercado de trabalho - taxa de desemprego e índice de formalização salarial -, assistimos hoje a uma regressão social de largo espectro”, diagnostica.

Na entrevista, concedida por e-mail à IHU On-Line, Alves aprofunda a análise de que na mesma proporção em que esse novo desenvolvimentismo afunda, o espírito capitalista avança sobre o mundo do trabalho. Para ele, isso fica claro se observarmos os ataques aos direitos dos trabalhadores ocorridos nos últimos anos. É o caso da chamada PEC da Terceirização, que para o professor

é a mais terrível forma de degradação do trabalho. “Terceirização ampla, geral e irrestrita é a antessala da barbárie social amplificada e intensificada no Brasil do século XXI”, dispara.

Além de analisar outras propostas, como a flexibilização do conceito de trabalho escravo, a imposição da primazia de acordo entre patrão e empregado sobre a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Alves ainda revela outras faces do fracasso neodesenvolvimentista.

Giovanni Alves é professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, no campus de Marília. Livre-docente em teoria Sociológica, é mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. É autor de, entre outras obras, *Dimensões da precarização do trabalho - Ensaio de sociologia do trabalho* (Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2013). Agora em maio, está lançando o livro *A Tragédia de Prometeu: A degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório* (São Paulo: Praxis, 2016).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Como avalia a situação do mercado de trabalho neste contexto de instabilidade política e econômica? Quais foram as principais transformações**

**que ocorreram nesse campo nos últimos 10 anos?**

**Giovanni Alves -** O mercado de trabalho no Brasil se encontra numa profunda crise. Depois de

dez anos de governos neodesenvolvimentistas, com a economia brasileira crescendo e resultados positivos nos indicadores sociais do mercado de trabalho - taxa de desemprego e índice de formalização





## *O desenlace da crise política por meio do golpe parlamentar-jurídico que derrubou o governo Dilma em 2016, não deve destravar, de imediato, a recessão da economia brasileira*

salarial -, assistimos hoje a uma regressão social de largo espectro. Na verdade, desde 2014, quando a economia brasileira desacelerou, e depois, em 2015, entrou em profunda recessão, o mercado de trabalho começou a degradar-se, principalmente na indústria e depois no comércio e serviços.

O desemprego é a forma mais terrível de degradação do mercado de trabalho, principalmente no Brasil, onde não existe historicamente uma rede de proteção social eficaz contra os efeitos danosos do desemprego. O desempregado é uma pessoa desamparada, à mercê da irracionalidade social que proliferou nas metrópoles.

O mercado de trabalho é atrelado ao desempenho da economia. Quando a economia cresce, indústria, comércio e serviços contratam e o aumento da massa salarial provoca efeito virtuoso no ciclo ascendente da economia. Quando a economia cai, ocorre o inverso - aumentam as demissões e comprime-se a massa salarial, aprofundando-se o estresse da economia. Apenas a retomada do crescimento da economia é capaz de recompor o mercado do trabalho, propiciando o aumento dos rendimentos do trabalho e o aumento do consumo de massa capaz de animar os negócios e as contratações de assalariados.

### **Efeitos dos ajustes neoliberais**

A política de ajuste neoliberal adotada pelo governo Dilma, logo que tomou posse em 2015, levou

o País a uma profunda recessão da economia. O ajuste fiscal, com o contingenciamento de investimentos públicos, e o aumento dos juros da taxa Selic pelo Banco Central contribuíram para a estagnação da economia brasileira. As políticas neoliberais adotadas pelo ministro Joaquim Levy<sup>1</sup> debilitaram a demanda efetiva da economia, aprofundando a queda da arrecadação fiscal e o aumento da dívida pública.

Assim, o mercado de trabalho começou a se degradar efetivamente a partir da recessão de 2015. É claro que o cenário externo é um cenário de crise: a desaceleração da China, a brusca queda dos preços das commodities, a recessão nas economias da União Europeia e o crescimento medíocre da economia dos Estados Unidos compõem um panorama de instabilidade financeira e crise do capitalismo global que se abate sobre nossa economia - pelo menos desde 2014.

### **A questão política**

Entretanto, o aprofundamento da crise política com a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, refém do Congresso Nacional de maioria de direita conservadora, e paralisada

<sup>1</sup> **Joaquim Levy** (1961): engenheiro e economista brasileiro, foi ministro da Fazenda do Brasil no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. É PhD em economia pela Universidade de Chicago (1992), mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (1987) e graduado em Engenharia naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi secretário do Tesouro Nacional (2003-2006) e Ministro da Fazenda (2015). (Nota da **IHU On-Line**)

pela oposição neoliberal, sedenta para derrubar seu governo, mobilizando para isso a grande imprensa e o Poder Judiciário, contribuiu também para a estagnação da economia brasileira. Dois anos de profunda recessão da economia brasileira pode levar o país a recuar nos indicadores sociais do mercado de trabalho.

O desenlace da crise política por meio do golpe parlamentar-jurídico que derrubou o governo Dilma em 2016 não deve destravar, de imediato, a recessão da economia brasileira. Pelo contrário, ele deve sinalizar o aprofundamento da crise social, pois, mais uma vez, é provável que a classe trabalhadora e o povo brasileiro devam ser onerados pela retomada do processo de acumulação capitalista no Brasil.

### **Informalidade e rotatividade**

Em 2016, aumenta-se não apenas os índices de desemprego aberto nas regiões metropolitanas, mas a informalidade e a rotatividade da força de trabalho, traços estruturais da economia brasileira que persistiram na era do neodesenvolvimentismo. A taxa de formalização do mercado de trabalho aumentou nos governos Lula e Dilma. Mas com a crise da economia brasileira, ele voltou a cair, crescendo o espectro da informalidade laboral, um dado preocupante do mercado de trabalho, ao lado do desemprego aberto.

Ao mesmo tempo, a rotatividade da força de trabalho persistiu no mercado laboral como estratégia dos empresários de rebaixarem salários. Mesmo na era do neodesenvolvimentismo a taxa de rotatividade laboral se manteve em patamares elevados. O salário-mínimo nos governos Lula e Dilma aumentou em termos reais, recuperando seu poder de compra. Entretanto, a profunda crise do capitalismo brasileiro, com o orçamento público capturado pelas forças sociais rentistas, especulativa e parasitária no seio do empresariado na-

cional, deve provocar uma reação voraz do empresariado nacional às conquistas sociais da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

**IHU On-Line - Como se expressa a precarização do trabalho atualmente? Quais são os elementos principais que apontam essa situação?**

**Giovanni Alves** - A precarização do trabalho nas condições da crise do capitalismo brasileiro na última metade da década de 2010 se apresenta constituída de modo global pela ampliação da nova precariedade salarial e pela precarização das condições de existência social do trabalho vivo. Em síntese, deve-se aprofundar no Brasil aquilo que denominamos de degradação da pessoa humana-que-trabalha. Estamos lançando em 2016 o livro *A Tragédia de Prometeu: A degradação da pessoa humana-que-trabalha*, no qual discutimos o complexo da precarização do trabalho em suas múltiplas dimensões.

A nova precariedade salarial é a ampliação das formas de contratação precária, que deve aumentar caso seja aprovado o Projeto de Lei - PL 4330, que trata da terceirização irrestrita, no Congresso Nacional ou tiver parecer favorável dos ministros do Supremo Tribunal Federal - STF. A nova precariedade salarial é a nova forma de ser do mercado de trabalho nas condições históricas da acumulação flexível.

Entretanto, a precarização do trabalho implica também a disseminação do trabalho flexível por meio das remunerações flexíveis vinculadas a metas de produção. Cada vez mais, as organizações públicas ou privadas vinculam a forma-salário a metas de produtividade, contribuindo para o estresse da pessoa-que-trabalha. A precarização do trabalho se expressa também na jornada de trabalho flexível onde a pessoa-que-trabalha reduz seu tempo de vida a tempo de trabalho. Os locais de trabalho reestruturados, tanto no setor privado como no setor público, incorporam novos métodos de gestão de cariz toyotista acoplados às novas

tecnologias informacionais que intensificam o trabalho.

## Degradação das condições de existência social do trabalho

A "captura" da subjetividade do trabalho vivo tornou-se objetivo crucial das novas técnicas de gestão das pessoas, mesmo que adquiram a forma perversa de assédio moral organizacional. Mas a degradação do trabalho vivo implica não apenas mudanças nos locais de trabalho reestruturados. Ela diz respeito também a mudanças no *modo de vida* e na dinâmica da reprodução social das pessoas-que-trabalham.

“

**Apenas a retomada do crescimento da economia é capaz de recompor o mercado do trabalho**

A sociedade brasileira é um exemplo candente da degradação das condições de existência social do trabalho vivo nas regiões metropolitanas ocorrido principalmente nos últimos quinze anos. Por exemplo, não se resolveram problemas da profunda crise urbana que estressa as pessoas-que-trabalham no plano da circulação social (o aumento do tempo de trajeto de casa para o local de trabalho nas grandes cidades). Utilizamos o conceito de modo de vida *just-in-time* para caracterizar o cotidiano dos assalariados flexíveis estáveis ou precários. Enfim, identificamos um conjunto de novos fenômenos sociais - "vida reduzida", crise de sentido humano, carecimentos radicais, etc. - que compõem o novo e precário mundo do trabalho no Brasil do século XXI.

O efeito social é o aumento dos adoecimentos laborais - depres-

são, estresse, síndrome do pânico, burn-out<sup>2</sup>, etc. - que "explodiram" na era do neodesenvolvimentismo. Como sociólogo, devemos observar não apenas a dimensão da macroeconomia do trabalho ou a dimensão da morfologia social do trabalho, mas também a dimensão do metabolismo social onde, por conta do choque de capitalismo que o Brasil sofreu nos últimos quinze anos, está permeado de formas de estranhamento social. O Brasil é hoje um território privilegiado para observarmos a barbárie social que caracteriza o capitalismo global no século XXI.

**IHU On-Line - Que impactos o PL 4330<sup>3</sup> tem causado no mundo do trabalho?**

**Giovanni Alves** - Caso o PL 4330 seja aprovado pelo Senado da República e promulgado pela Presidência da República, a nova precariedade salarial deve adquirir um patamar superior, pois deve aumentar os contratos salariais precários. A terceirização no setor privado deve ocorrer não apenas nas atividades-meio, mas também nas atividades-fim. Portanto, deve se tornar ampla e irrestrita.

Um detalhe: a terceirização pode ser implantada hoje nas atividades-fim do setor público no Brasil, demonstrando assim a vigência do Estado neoliberal no Brasil, mesmo na era do neodesenvolvimentismo. Apesar de o setor público ter sido ampliado com novas contratações de trabalhadores públicos nos go-

<sup>2</sup> **Síndrome de Burnout:** é um distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso, definido por Herbert J. Freudenberger como "(...) um estado de esgotamento físico e mental cuja causa está intimamente ligada à vida profissional". (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>3</sup> **Projeto de Lei 4330/2004 ou PL 4330:** prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade de determinada empresa, sem estabelecer limites ao tipo de serviço que pode ser alvo de terceirização. Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que rege a terceirização no Brasil, proíbe a contratação para atividades-fim das empresas, mas não define o que pode ser considerado fim ou meio. O PL tramita há nove anos na Câmara dos Deputados e está previsto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no dia 13 de agosto. (Nota da **IHU On-Line**)

vernos Lula e Dilma, ampliou-se a precarização do estatuto salarial dos trabalhadores públicos. A crise do orçamento público e a lógica da gestão privada - o choque de gestão - introjetada na administração pública, "privatizou", por dentro, o serviço público. Em nome da eficiência da administração pública, implantou-se uma nova precariedade salarial que reduz a instância pública à privada no sentido do conteúdo da organização e controle do processo de trabalho. Existe uma invisibilidade social da precarização do trabalho público.

A terceirização é um recurso de agudização da precarização do trabalho, tendo em vista que o trabalhador terceirizado trabalha três horas a mais; ganha (em média) 25% a menos e fica 3,1 anos a menos no emprego. Além disso, a cada 10 acidentes de trabalho, 8 são em empresas terceirizadas. Portanto, a terceirização ampla, geral e irrestrita é a antessala da barbárie social amplificada e intensificada no Brasil do século XXI.

**IHU On-Line - O cenário de precarização do trabalho, acentuado pela crise econômica e por medidas governamentais, pode ser acentuado pelos altos índices de desemprego? Por quê? De que modo?**

**Giovanni Alves** - O desemprego é o pior flagelo para o mundo social do trabalho. Caso a economia brasileira não retome o crescimento, ele deve aumentar de maneira significativa nas regiões metropolitanas. O desemprego é a forma perversa da descartabilidade humana no mundo do capital. No Brasil, país privilegiado da barbárie social do século XXI, o desemprego adquiriu um caráter destrutivo, porque somos carentes de proteção social. Em pouco tempo, nos tornamos uma sociedade capitalista industrial voraz no consumo da força de trabalho. Nos governos Lula e Dilma buscou-se construir um Estado-Providência capaz minimamente de proteger os pobres e desempregados. Entretanto, a crise do neodesenvolvimentismo e a

ofensiva neoliberal ameaçam destruir o mínimo de proteção social que se construiu no Brasil desde a Constituição de 1988 e ampliou-se nos governos petistas.

“

## ***O desemprego é a forma perversa da descartabilidade humana no mundo do capital***

### **De desempregado a criminoso**

Um dado: o Brasil é hoje o 4º país em população penitenciária. Até dezembro de 2014 o Brasil tinha 622 mil presos, com 40% aguardando condenação. É um dado preocupante da exclusão social (e falta de celeridade da justiça) que deve aumentar, pois existe um vínculo sociológico entre desemprego e criminalidade social. Não é a classe média ou os ricos que estão encarcerados, mas sim os pobres, pretos e desempregados.

Outra coisa: a população penitenciária não entra no cálculo do índice de desemprego nas regiões metropolitanas. Mesmo na era do neodesenvolvimentismo, ela cresceu, em termos absolutos, expondo a persistência secular da exclusão social no Brasil. Numa situação de regressão social por conta de governos neoliberais, deve-se elevar os indicadores de exclusão social e exploração laboral precária.

### **O foco nas finanças**

Governos neoliberais não têm compromisso com o crescimento da economia, mas sim com os interesses das finanças. Não podemos esquecer que o governo Dilma perdeu o apoio do empresariado quando, em 2012, começou a reduzir

as taxas de juros no país. A maior parte do empresariado brasileiro é rentista e não se interessa pelo crescimento da economia brasileira. O Brasil não pode crescer mantendo as taxas de juros no patamar imoral que temos hoje. Portanto, as perspectivas de estagnação da economia ou crescimento medíocre incapaz de absorver a força de trabalho disponível são deveras elevadas no caso de governos neoliberais.

**IHU On-Line - O que é a categoria do precariado? Mais trabalhadores podem passar a ser incluídos nesse grupo?**

**Giovanni Alves** - Para mim, o precariado é a camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social. Eu não utilizo o conceito de precariado como significado de trabalhadores precários em geral, mas sim uma camada social de trabalhadores precários, isto é, os jovens-adultos trabalhadores precários altamente escolarizados.

No Brasil, aumentou-se nos últimos dez anos a quantidade de proletários que estudam nas universidades públicas ou privadas, por conta do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES (muitos deles estudam e trabalham - a maioria em situação de trabalho e vida precária); outro contingente de jovens proletários, recém-formados com diploma de curso superior, encontra-se desempregado, pressionando o mercado de trabalho visando realizar seu sonho profissional; e outros, ainda, são jovens empregados assalariados altamente escolarizados do novo e precário mundo do trabalho.

Numa análise da série de dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME do IBGE de 2002 a 2016, percebemos que, em janeiro de 2016, a População em Idade Ativa - PIA passou para 45,3 milhões de pessoas, sendo 13,6 milhões (30,1%) com menos de 8 anos de estudo, 8 milhões (17,6%) com 8 a 10 anos de estudo e 23,7 milhões de pessoas



(52,3%) com 11 anos ou mais de estudo. Portanto, a estatística social indica que na era do neodesenvolvimentismo (2003-2015), houve uma melhoria significativa no grau de escolaridade da população em idade ativa das regiões metropolitanas. A população mais escolarizada, que era menos de um terço do total em 2002, passou a ser mais da metade em 2016.

Nesse período, o mercado de trabalho mais dinâmico por conta do crescimento da economia absorveu a jovem população mais escolarizada - mesmo em ocupações precárias. Entretanto, com a crise do neodesenvolvimentismo a partir de 2013, tivemos aumento do desemprego entre a camada média da juventude altamente escolarizada (o que explica a insatisfação da juventude precária nas manifestações de protestos dos jovens das principais cidades brasileiras em junho de 2013).

## Vigência do precariado no Brasil

Os dados da PME do IBGE nos mostram outros dados bem interessantes. Por exemplo: entre março de 2002 e dezembro de 2014, o número de pessoas desempregadas nas regiões metropolitanas caiu de um total de 2,6 milhões para 1,1 milhão de desempregados. Mas o mais significativo foi que, rompendo com uma tendência histórica, o desemprego caiu mais entre a população menos escolarizada e caiu menos entre a população com 11 anos ou mais de estudo. Isto é, o diploma não foi garantia contra o desemprego. Eis a vigência do precariado no Brasil. Em dezembro de 2014 havia 690 mil pessoas desempregadas com 11 anos e mais de estudo (64,2%), 239 mil pessoas desempregadas com 8 a 10 anos de estudo (22,3%) e apenas 145 mil pessoas desempregadas com menos de 8 anos de estudo (13,5%).

Entretanto, surpreendentemente, a estagnação de 2015 afetou negativamente, em maior proporção, as pessoas mais escolarizadas. Entre dezembro de 2014 e

janeiro de 2016 o número de pessoas desempregadas que tinham 11 ou mais anos de estudo passou de 690 mil (64,2%) para 1,2 milhão (65,3%), enquanto as pessoas com 8 a 10 anos de estudo que estavam desempregadas passou de 239 mil (22,3%) para 406 mil (21,6%) e as pessoas que tinham menos de 8 anos de estudo e estavam desempregadas passou de 145 mil (13,5%), em dezembro de 2014, para 246 mil (13,1%) em janeiro de 2016.

Provavelmente, o recebimento de programas sociais, como o Bolsa Família, contribuiu para reduzir o desemprego entre a população menos escolarizada. Mas chama a atenção que não existe nenhum programa social capaz de mitigar o desemprego entre a população

“

***Não existe nenhum programa social capaz de mitigar o desemprego entre a população mais educada***

mais educada, especialmente entre os jovens com maiores níveis de escolaridade. Eis a raiz da insatisfação social do precariado. São estes jovens desempregados que não enxergam perspectivas para o investimento que fizeram em educação e que agora engrossam a multidão do precariado.

**IHU On-Line - Quais os principais riscos a que está exposta a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT com as políticas econômicas que têm sido implementadas no país?**

**Giovanni Alves** - A CLT nos próximos anos deve ser exposta ao risco do aprofundamento da flexibilização da legislação trabalhista

(flexibilização é eufemismo para precarização laboral). Nunca antes na história deste País, a CLT passou por tantos atos de degradação de direitos trabalhistas. Por exemplo, a Lei da Terceirização, o PL 4330 e que está no Senado como PLC 30/2015, do deputado Sandro Mabel, que permite a terceirização sem limites. A perspectiva é que o Senado deve retirar a atividade-fim. O risco é o texto voltar à Câmara, onde há muitos parlamentares eleitos com recursos de empresários que pressionam pela aprovação da matéria.

Temos também o PLS 432/13 de Flexibilização do Conceito do Trabalho Escravo, proposto pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que desconfigura e ameniza o conceito de trabalho escravo. Outra ofensiva patronal é a redução da idade de trabalho (PEC 18/2011), do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), que autoriza o trabalho de regime parcial a partir dos 14 anos. Mas o que mais preocupa é a prevalência do negociado sobre o legislado, ou seja, só vale o que estiver na CLT se acordo ou convenção coletiva não dispuser em sentido diferente.

Em 2015, a Comissão Mista que tratou da MP 680, relativa ao Programa de Proteção ao Emprego, aprovou uma emenda do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) ao texto da MP, prevendo a prevalência do negociado sobre o legislado. O texto, que será votado pelo plenário da Câmara e, se aprovado pelo plenário do Senado, representará o maior retrocesso já havido nas relações de trabalho, porque flexibiliza e cria condições para precarizar os direitos dos trabalhadores, especialmente em momento de retração da atividade econômica. A emenda tem conteúdo equivalente ao de dois outros projetos de governos neoliberais: Collor e FHC, que tentaram desmontar o Direito do Trabalho mediante a flexibilização da CLT, sob o argumento de valorização da negociação coletiva.

**IHU On-Line - A diminuição dos empregos formais no país pode ser considerada um dos primeiros**



### sinais do arrefecimento do processo de diminuição das desigualdades no país?

**Giovanni Alves** - Sim. A ampliação da informalidade é o espectro do aumento da nossa miséria social caracterizada não apenas pela alta desigualdade social, marca distintiva do Brasil no cenário mundial, mas a crescente concentração de renda. A informalização do mercado de trabalho representa superexploração da força de trabalho, outra marca distintiva do capitalismo retardatário no Brasil. O processo de combate às desigualdades sociais deve se arrefecer também caso um governo neoliberal reduza ou extinga programas sociais de combate à pobreza absoluta ou pobreza extrema.

Por exemplo, a redução do universo de abrangência do Programa Bolsa-Família ou mesmo do Programa Minha Casa Minha Vida deve arrefecer o processo de diminuição das desigualdades sociais no Brasil que ocorre há pelo menos dez anos. Um governo neoliberal deve reduzir o gasto público com programas sociais. Num país como o Brasil isso é um crime de lesa-pátria, pois o processo histórico nos mostrou da necessidade urgente de combate à desigualdade social no Século XXI, e isso só se faz com gasto público, o que exige a disputa pelo orçamento público, hoje capturado pelos interesses do capital

financeiro. Outro modo de manter e aprofundar a desigualdade social é mudar a Constituição Federal de 1988, alterando vinculações orçamentárias com Saúde e Educação. É outro crime de lesa-pátria que a direita neoliberal e conservadora quer implantar no País.

### IHU On-Line - Quais os desafios que se apresentam ao mundo do trabalho hoje?

**Giovanni Alves** - O maior desafio ao mundo do trabalho hoje é reconstruir a capacidade de resistência e luta social, sindical e política contra a nova ofensiva neoliberal e conservadora na última metade da década de 2010. Trata-se não apenas de um problema brasileiro, mas um desafio continental. Hoje a ofensiva neoliberal é uma ofensiva continental. A direita ganhou na Argentina pelo voto. Incapaz de ganhar pelo voto no Brasil, utilizaram o golpe parlamentar-jurídico-midiático (o golpe de Estado no sentido ampliado de sociedade política e sociedade civil). A classe trabalhadora - e todos nós somos trabalhadores! - deve também encarar a luta pela hegemonia cultural, uma tarefa árdua, quase hercúlea, na medida em que a sociedade brasileira é uma das sociedades capitalistas mais manipuladas do mundo, por conta do controle autocrático exercido pelos meios de comunicação de massa de viés liberal.

A luta para a tomada do Poder do Estado brasileiro implica disputar a sociedade política e a sociedade civil. O PT nunca se interessou em disputar o poder do Estado, mas apenas em ganhar eleições, ocupar cargos e acomodar-se nele. A disputa pelo Poder não é disputa por governo. É pelo governo, mas não apenas. Exige visão estratégica e organização e formação de base numa perspectiva de classe. Formação de quadros e disseminação de amplos movimentos culturais e sociais capazes de animar mudanças sociais que enfrentem a herança autocrática da Casa Grande e Senzala e possam construir um Brasil democrático e popular.

### IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

**Giovanni Alves** - Desejo convidar todos a participar do *X Seminário do Trabalho - Trabalho, Crise e Políticas Sociais na América Latina*, que deve se realizar na UNESP-Campus de Marília, de 23 a 26 de maio de 2016. Trata-se de um evento internacional onde vamos discutir as problemáticas do mundo do trabalho nas condições históricas da nova ofensiva neoliberal na América Latina. Caso tenham interesse, podem acessar a página da Rede de Estudos do Trabalho - RET<sup>4</sup>. ■

4 [www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org). (nota do entrevistado)

## LEIA MAIS...

- *PL 4330: o tiro de misericórdia na regulação do trabalho brasileiro*. Entrevista com Giovanni Alves, publicada na revista **IHU On-Line**, número 464, de 27-04-2015, disponível em <http://bit.ly/1r10xi0>.
- *Manifestações. A crise do neodesenvolvimentismo e a disputa de classes*. Entrevista com Giovanni Alves, publicada na revista **IHU On-Line**, número 461, de 23-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1Wt5fWu>.
- *Ser-mercadoria num momento histórico de crise radical da forma-mercadoria*. Entrevista com Giovanni Alves, publicada na revista **IHU On-Line**, número 416, de 29-04-2013, disponível em <http://bit.ly/239TWmc>.
- *Precariado: a espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras*. Artigo de Giovanni Alves, publicado nos **Cadernos IHU ideias** "#VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras", número 191 de 2013, disponível em <http://bit.ly/1NDdpKa>.

# Para muito além da exploração

Para Ruy Braga, a relação entre empregador e empregado já é de espoliação e deve ainda se aprofundar diante da crise pela qual passa o Brasil

Por Leslie Chaves | Edição João Vitor Santos

A palavra *exploração* é associada à ideia de extração, quando se retira algo, um recurso natural, por exemplo, sem contrapartida. No mundo do trabalho se diz que há exploração quando o empregado tem sua força produtiva capturada para além das condições mínimas de remuneração e proteção para aquela atividade. O professor Ruy Braga, especialista em Sociologia do Trabalho, insere uma nova ideia nessa relação entre contratante e contratado. Se o trabalhador tem direitos e estes não são respeitados, há de fato uma exploração. Porém, para o professor, quando esses direitos são capturados, revogados, há uma outra relação: a de *espoliação*. “Os estados e as empresas exigem que os direitos dos trabalhadores sejam eliminados o máximo possível, que haja um aprofundamento da mercantilização de todos os serviços”, explica Braga.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, o professor analisa o recrudescimento da precarização do trabalho diante do atual momento pelo qual passa o país. “Se antes era exploração com espoliação, agora é espoliação com exploração”, dispara. Para ele, o que se tem hoje é a concretização de um modelo que se estabelece nos anos 2000. “É um modelo apoiado no que podemos chamar de acumulação baseada na exploração da força de trabalho assalariado, com o aporte das estratégias sociais de acumulação que se vinculam ao que podemos

chamar de ‘espoliação social’”, explica. E, num cenário de crises econômicas e políticas, a falácia do peso dos direitos trabalhistas ganha corpo. Para sair da crise, os cortes são postos como inevitáveis.

“Basicamente o que os empresários desejam é substituir ou eliminar a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT”, analisa o professor, que ainda aborda neste bate-papo o papel dos sindicatos hoje, depois de anos de um governo dito de esquerda.

**Ruy Gomes Braga Neto** é especialista em Sociologia do Trabalho e leciona no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, onde coordenou o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - Cenedic. Graduado em Ciências Sociais, possui mestrado em Sociologia e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Braga publicou artigos e ensaios em diversos periódicos especializados, entre eles *Força social, trabalho e ocupações* (Revista Brasileira de Ciências Sociais). É o autor do livro *A Nostalgia do fordismo: Modernização e crise na Teoria da sociedade salarial* (São Paulo: Xamã, 2003) e do livro *A política do precariado* (São Paulo: Boitempo, 2012); é, ainda, coautor dos livros *Por uma sociologia pública?* (Com Michael Burawoy, Alameda, 2009) e *Infoproletários* (Com Ricardo Antunes, Boitempo, 2009), entre outros.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line - Como o senhor avalia o mundo do trabalho atualmente, diante desse contexto em que vivemos no país?**

**Ruy Braga -** Precisamos entender que o que vivemos hoje em termos de crise política tem uma relação muito íntima com a crise econô-

mica. E a crise econômica, por sua vez, está ligada ao esgotamento do modelo de desenvolvimento brasileiro que se consolida a partir de 2013. É um modelo de desenvolvimento inserido na globalização capitalista, que se apoia sobre a reprodução das bases de produção do próprio trabalho barato.

Então, os motores da acumulação no último período foram ligados àqueles setores que se especializam em produzir postos de trabalho que pagam pouco, em grande medida sub-remunerados, e com pouca exigência de qualificações. Esse modelo de desenvolvimento se expande através de duas

frentes: por um lado ampliação extensiva das bases de acumulação, no caso notório dos setores de energia, mineração, agronegócios, entre outros, e, por outro lado, o setor de serviços, principalmente aqueles ligados à economia de serviços privados e aos bancos.

Além disso, é preciso levar em conta que é um modelo que se apoia no consumo. É uma ampliação do consumo de massa estimulada pelo crédito. Assim, temos um modelo que se estabelece nos anos 2000 e que, em grande parte, é um modelo apoiado na acumulação baseada na exploração da força de trabalho assalariado, com o aporte das estratégias sociais de acumulação que se vinculam ao que podemos chamar de “espoliação social”. A diferença é que a exploração econômica do trabalho assalariado incorpora o trabalhador na esfera da produção, do consumo, absorve o sobretrabalho, mas se estrutura fundamentalmente nos mecanismos econômicos da violência econômica, ou seja, da exploração nos locais de trabalho. Acessoriamente, tem-se a ampliação dessa acumulação, por exemplo, pela espoliação dos direitos sociais, cujo exemplo mais notório do mundo do trabalho no Brasil é o aumento da terceirização e do subemprego.

### **Da exploração com espoliação à espoliação com exploração**

Esse modelo, apoiado na exploração com espoliação, se esgota. As forças capitalistas e o Estado brasileiro, diante do fato de que esse modelo se esgota — e o indicador típico disso é o baixo crescimento econômico a partir da crise de 2008, até 2010 —, se ativeram a medidas contracíclicas que sustentaram o crescimento econômico. A partir de 2010 e 2011 ocorre uma desaceleração econômica seguida de crise e recessão. Diante desse fato, que tem a ver com o contexto internacional, com o colapso de alguns setores muito importantes da economia brasileira, como é o

caso do petróleo, do fim do ciclo de commodities, desarranjos internos, lutas de classe no país, se faz necessária uma transição e mudança desse modelo, tanto para forças capitalistas como para o Estado brasileiro.

E a mudança desse modelo aponta na direção de uma espécie de inversão em relação a qual estratégia de acumulação deve ser a dominante. Ou seja, se antes era exploração com espoliação, agora é espoliação com exploração. Os estados e as empresas exigem que os direitos dos trabalhadores sejam eliminados o máximo possível, que haja um aprofundamento da mercantilização de todos os serviços, em especial dos serviços públicos. Também é necessária uma mercantilização do dinheiro, ou seja, um aprofundamento dessa estratégia de aumento de juros e de transferência de recursos públicos para os bancos privados, da dívida pública como esse mecanismo de transferência de renda negativa. Então, há uma tentativa, até o momento, bastante bem-sucedida de operar uma transição geral das bases sociais do próprio modelo de desenvolvimento brasileiro. É um regime de acumulação que transita na direção da espoliação.

### **Os efeitos no mundo do trabalho**

Qual é o resultado disso para o mundo do trabalho? É desastroso. As classes trabalhadoras no Brasil estão diante de um desafio enorme que é resistir a essa onda de mercantilização, de financeirização, de ataque aos seus direitos que objetivam aprofundar as estratégias de espoliação. Do ponto de vista dos direitos, qual é o resumo do conjunto das iniciativas que serão implementadas — ou que se tentará implementar — nesse próximo período? Basicamente o que os empresários desejam é substituir ou eliminar a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

O que se pretende é, sobretudo, impor o princípio do negociado sobre o legislado. No caso brasileiro,

o que predomina é o legislado, ou seja, a CLT é a grande diretriz, o vértice de todo um conjunto complexo de regulação do trabalho, que se organiza em torno de uma ideia de certa proteção ao trabalhador. É uma proteção que se dá quer seja por direitos, como os previdenciários, quer seja através de direitos trabalhistas que são adquiridos, como décimo terceiro, seguro-desemprego, direitos trabalhistas diretamente ligados à CLT. E essa legislação se impõe sobre a casuística, sobre as negociações caso a caso.

Entretanto, o que os empresários querem é simplesmente eliminar essa legislação e fazer com que ocorra uma negociação caso a caso e que não haja limites para esse tipo de negociação. Evidentemente que isso é desastroso, porque o mundo do trabalho brasileiro não é organizado, é fundamentalmente desorganizado, a taxa de sindicalização do país deve continuar gravitando em torno de 26%. Ou seja, a imensa e esmagadora maioria da população não está sindicalizada e, ao mesmo tempo, não tem condições de estabelecer uma negociação vantajosa e capaz de garantir alguns benefícios. Por isso afirmo que será um desastre total, pois desmonta todo um sistema de proteção que foi estruturado em torno do trabalhador, da cidadania salarial. Essa é a primeira frente de ataque aos direitos do trabalhador.

### **Demais frentes de ataque ao trabalhador**

A segunda frente de ataque tem a ver com o aprofundamento da flexibilização do trabalho, das jornadas, dos contratos. É o aprofundamento de tudo aquilo que diz respeito à tentativa de explorar o trabalhador sem contrapartidas.

A terceira frente diz respeito ao desmonte da política de valorização do salário mínimo. Os empresários desejam que se tenha o mínimo da inflação repassada ao salário mínimo e seja eliminado o diferencial de produtividade e crescimento econômico — negocia-

ção que houve no governo Lula e segue no governo Dilma.

A quarta frente é o ataque à Previdência Social, com o aumento do tempo de contribuição e a diminuição dos benefícios. São essas as quatro principais frentes de ataque que o direito do trabalhador deve sofrer nesse próximo período.

**IHU On-Line - Gostaria que o senhor detalhasse a que riscos a CLT pode estar submetida diante desse contexto?**

**Ruy Braga** - Está tramitando na Câmara e no Senado o projeto de lei que universaliza a terceirização sem a distinção entre atividade-meio e atividade-fim. Tem, ainda, a PEC 18, a qual propõe redução da idade para o início da atividade laboral de 16 para 14 anos, o que é uma forma de espoliar o tempo do trabalhador, já que trabalhadores muito jovens podem ser explorados. Há a instituição do acordo extrajudicial de trabalho que permite a relação direta entre empregador e empregado, o Projeto de Lei - PL 427/2015. Ainda, há o impedimento do trabalhador demitido de reclamar na Justiça do Trabalho, que é o PL 948/2011, que está tramitando. Há, também, a suspensão do contrato de trabalho sem indenização ao trabalhador, a prevalência do negociado sobre o legislado, prevalência das convenções coletivas de trabalho sobre as instruções normativas que são impositivas e que incidem sobre as condições de consumo das forças de trabalho. E ainda tem a livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato.

E os riscos seguem: a regularização do trabalho intermitente, ou seja, novamente a expansão da possibilidade do trabalho intermitente e parcial; o estabelecimento do código de trabalho com amplo ataque aos direitos do trabalho com relação à terceirização; a redução da jornada de trabalho com a redução de salários; a vedação ultratividade das convenções ou acordos coletivos; a criação de consórcio de empregadores, coo-

perativas, uma série de formas de flexibilizar o contrato de trabalho e a relação entre empregado e empregador; a regulamentação da Emenda Constitucional 81 de 2014, sobre o trabalho escravo, flexibilizando o conceito de trabalho escravo; a extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa.

Enfim, poderia ficar aqui multiplicando os exemplos simplesmente para dizer que estamos diante de uma agenda fundamentalmente regressiva para o mundo do trabalho no Brasil, cujo principal sentido é justamente atacar os direitos dos trabalhadores, seja do ponto de vista dos direitos trabalhistas, seja do ponto de vista da proteção social, dos direitos previdenciários e sociais. Temos um ataque em todas as frentes. É a mercantilização do trabalho, dos direitos, de tudo aquilo que tem a ver como a reprodução do modo de vida do trabalhador e a entrega dessa massa de trabalhadores brasileiros que hoje está sob a proteção da CLT para as forças de mercado. É isso que está em "Uma Ponte para o Futuro"<sup>1</sup>, que mimetiza o projeto sob o nome Bill Clinton<sup>2</sup>, de 1992, que Michel Temer<sup>3</sup>, esse presidente ilegítimo,

**1 Uma Ponte para o Futuro:** documento lançado pelo PMDB em outubro de 2015, uma espécie de programa de governo. Para o partido, as medidas contidas no documento são as melhores propostas para tirar o país da crise. Com a iminência do impeachment de Dilma Rousseff e da possibilidade de Michel Temer, vice-presidente da República e presidente nacional do PMDB, assumir a Presidência, "Uma Ponte para o Futuro" é tido como norte para um eventual governo peemedebista. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou na seção Notícias do Dia, no seu sítio, diversas análises acerca dessas propostas. Entre elas "Ponte para o futuro": uma análise das consequências das 30 propostas do documento do PMDB", disponível em <http://bit.ly/1NzY1rn>. (Nota da **IHU On-Line**)

**2 William "Bill" Jefferson Clinton** (1946): nascido William Jefferson Blythe III e mais conhecido como Bill Clinton, é um político dos Estados Unidos que foi o 42º presidente do país, por dois mandatos, entre 1993 e 2001. Antes de servir como presidente, Clinton foi governador do estado do Arkansas por dois mandatos. Tomou posse aos 46 anos, ele foi o terceiro presidente mais jovem na data em que tomou posse. Ele tomou posse no final da Guerra Fria e foi o primeiro presidente da geração baby boomer. (Nota **IHU On-Line**)

**3 Michel Miguel Elias Temer Lulia** (1940): político e advogado brasileiro, ex-

quer impor ao país. É tristemente um amplo e generalizado ataque à classe trabalhadora brasileira do ponto de vista dos seus direitos.

**IHU On-Line - Diante desse contexto, de que modo define hoje a categoria do precariado? Ela sofreu mudanças nos últimos 10 anos? Houve variação no número de pessoas que acabam sendo incluídas nessa categoria?**

**Ruy Braga** - O precariado é a classe trabalhadora formada por aqueles grupos mais submetidos à exploração. São os setores sub-remunerados, inseridos em condições precárias de trabalho, que não conseguem ter acesso aos seus direitos trabalhistas e que se encontram permanentemente entre dois polos: de um lado, o aprofundamento da exploração do trabalho e, de outro, a possibilidade e iminência de ser excluído do mercado de trabalho, seja por meio do subemprego, da informalidade ou do desemprego mesmo.

Assim, nessas condições de ataque aos direitos, o precariado tende a aumentar muito. O precariado é um setor, uma face, que necessariamente se amplia em contextos de crises. O exemplo típico talvez seja o PL 4330, sobre a terceirização. Se em 2015 havia no mercado de trabalho brasileiro cerca de 48 milhões de carteiras de trabalho assinadas, desses, 12 milhões eram de trabalhadores terceirizados. Eles são o típico precariado no Brasil hoje, pois têm jornadas mais longas, salários mais baixos, são submetidos a altas taxas de rotatividade e mais expostos a condições degradantes de trabalho, aumento de acidentes de trabalho, assim por diante. Com essa universalização do trabalho terceirizado, o horizonte é de que, em três ou quatro anos, teremos 30 milhões de trabalhadores terceirizados. É a ampliação desses setores da classe

presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e atual vice-presidente do Brasil no governo da presidente Dilma Rousseff. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)



de trabalhadores que deixarão de ser, como no caso dos terceirizados, a minoria da força de trabalho, para passar a ser a maioria da força de trabalho, com todos esses efeitos na qualidade de vida do trabalhador.

Talvez seja interessante destacar o fato de que o sistema político brasileiro tenha necessitado e se utilizado do golpe de estado para implantar essa agenda contra o trabalho no Brasil. Então, é um jogo muito pesado e tende a se aprofundar do ponto de vista das lutas sociais. Estamos diante de um período que será muito turbulento na história brasileira, levando-se em conta tanto a amplitude desses ataques quanto a posição de resistência a isso.

**IHU On-Line - Nesse contexto, como avalia a atuação política dos trabalhadores? Essa atuação é contaminada pelo cenário de crise e medo do desemprego?**

**Ruy Braga** - O precariado tem, historicamente e até mesmo internacionalmente, enormes dificuldades de se organizar em torno de pautas exclusivamente trabalhistas, até porque está muito distante dos sindicatos. E os sindicatos têm dificuldade de organizar esses setores, que são mais fragmentados, os contratos são mais curtos, a taxa de rotatividade é elevada e há dificuldade até de contribuição sindical, além de muitos outros empecilhos para auto-organização coletiva desses trabalhadores. O exemplo mais típico disso talvez seja o trabalho doméstico.

No entanto, é possível observar como eles se organizam nas comunidades, nos bairros populares e mais pobres. No caso brasileiro, talvez o exemplo mais claro do tipo de organização política que o setor mais precarizado do mundo do trabalho tenha alcançado nesse último período seja a formação dos movimentos de luta por moradia, pois é uma questão chave no horizonte desses trabalhadores. Aliás, a dependência do aluguel é outra forma de espoliação dos trabalhadores que não têm como pagar por

moradia melhor e são expulsos para viverem em locais mais longínquos, com praticamente nenhum tipo de serviço.

Assim, esses trabalhadores têm se organizado em frentes ou movimentos de ocupação de terras urbanas e luta pela moradia. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST<sup>4</sup> é o exemplo mais típico deste tipo de auto-organização de trabalhadores urbanos em condições muito precárias. No Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - Cenedic, da Universidade de São Paulo - USP, temos contato com trabalhadores que moram em periferias muito distantes das cidades e que são obrigados a ocupar prédios no centro da cidade, uma vez que trabalham no centro e não têm condições de pagar pela passagem ou simplesmente não têm tempo de ir e voltar para casa — às vezes gastam quatro ou cinco horas por dia para chegar ao trabalho. Nesses casos, a associação com o MTST é um exemplo de como se organizam do ponto de vista coletivo.

### Experiências de formação de frentes

Existem, sim, apesar de todas as dificuldades de estabelecer pontes entre os diferentes setores mais organizados e menos organizados, experiências bem-sucedidas de formação de frentes entre sindicatos e trabalhadores urbanos. A Frente Povo sem Medo, hoje, é um exemplo disso no Brasil, da mesma maneira que a CSP ConLutas<sup>5</sup> tentou fazer há alguns anos. Hoje existem setores de luta pela moradia também dentro dessa central sindi-

**4 Movimento dos Trabalhadores Sem Teto:** movimento social, político e popular organizado em 1997 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para atuar nas grandes cidades com o objetivo de lutar pela reforma urbana, por um modelo de cidade mais justa e pelo direito à moradia. (Nota da **IHU On-Line**)

**5 CSP Conlutas – Central Sindical e Popular** (ou simplesmente, CSP Conlutas): é uma organização sindical brasileira que se propõe a construir uma alternativa de luta à Central Única dos Trabalhadores, à União Nacional dos Estudantes e ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. (Nota da **IHU On-Line**)

cal que são exemplo mais ou menos bem-sucedidos de estabelecimentos de novas coalizações desses trabalhadores, com resultados que são interessantes do ponto de vista do avanço dessas lutas sociais.

**IHU On-Line - Qual sua avaliação sobre a organização sindical nos 13 anos de governo do PT? E agora, no contexto do processo de impeachment?**

**Ruy Braga** - O movimento sindical se burocratizou nos últimos 13 anos e se fundiu ao aparelho de Estado, assumiu posições nos conselhos administrativos de fundos de pensão, assumiu posições dentro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, dentro das principais empresas públicas do país, em especial a Petrobras. Temos uma ampla burocratização dessa cúpula sindical. No entanto, o sindicalismo brasileiro é mais complexo, pois temos as bases sociais, os sindicalismos de base, uma pressão muito forte do trabalhador sobre seus próprios sindicatos, tendo em vista que, nos últimos 13 anos, a despeito de ter havido uma formalização do mercado de trabalho, tivemos um aprofundamento das condições precárias do trabalho. O aumento da taxa de rotatividade, da taxa de acidentes de trabalho, da terceirização, isso tudo faz com que as bases se tornem inquietas e insatisfeitas, colocando muita pressão sobre as direções dos sindicatos. É uma situação bastante complexa.

A partir do impeachment, essa situação tende a se precipitar e se alterar de forma bastante radical. Isso porque os antigos sindicalistas e burocratas sindicais que foram absorvidos pelo aparelho de Estado tendem a se afastar desse aparelho, e as posições que são extremamente políticas vão ser subtraídas desse setor. Ao mesmo tempo, os setores sindicais vão ser forçosamente levados à oposição do governo de Michel Temer, um governo ilegítimo, pelo fato de que ele vai aprofundar o ataque aos trabalhadores que já havia começado no primeiro governo Dilma e se apro-

fundou nesse segundo mandato. Assim, tem-se aí um cenário em que volta a se colocar na ordem do dia a questão de greves políticas. Porque, até agora, temos greves econômicas, um ciclo de greves baseado na questão salarial e agora começam a se cogitar as greves políticas. E, no momento em que se tem de fato ainda um impulso grevista significativo, isso pode ter efeito de pressão sobre o governo de forma bastante consistente e importante.

**IHU On-Line - Como está a relação entre os sindicatos e os trabalhadores, sobretudo o precariado? É próxima ou há cisões?**

**Ruy Braga** - Se analisarmos o ciclo de greves no Brasil a partir de 2008, perceberemos que há um movimento que avança dos setores mais organizados e protegidos, com uma pauta mais organizada e ofensiva, para os setores menos organizados, menos protegidos e com pautas mais defensivas. Isso tanto na esfera pública como na privada. Então, na esfera privada se iniciou, em 2008, 2009 e 2010, com aqueles sindicatos mais tradicionais, como dos petroleiros, metalúrgicos, bancários, setores ligados ao capital

privado ou aos setores mais monopolistas da economia brasileira, até aqueles setores que são menos organizados ou menos ativos, com sindicatos mais frágeis, que normalmente se organizam em torno do setor de serviços, como os comerciários, operadores de telemarketing, trabalhadores do varejo e, finalmente, os trabalhadores do setor de transporte público, que tiveram realmente uma participação muito forte em 2013 e 2014, assim como o pessoal da limpeza, como os garis.

Na esfera pública, temos o mesmo movimento. Há greves que comecem com professores universitários, dentro da própria burocracia de Estado, greves longas nos setores mais qualificados na burocracia de Estado, greves de técnicos do Banco Central, técnicos da Previdência; ou seja, parte desses setores mais organizados e poderosos do governo federal e passa para os servidores do âmbito municipal. Existe uma onda pronunciada de greve entre os trabalhadores municipais, porque ganham menos e são mais frágeis do ponto de vista da negociação, visto que as prefeituras são, normalmente, muito caóticas em termos administrativos.

E, assim, a pauta vai de uma demanda mais ofensiva, de ganhos salariais, para uma pauta mais defensiva, de defesa dos direitos que não estão sendo respeitados. Essa tendência deve se aprofundar e o sindicalismo brasileiro vai, sem dúvida nenhuma, ser pressionado por essa tendência. Cada vez mais trabalhadores em condições precárias estão pressionando sindicatos frágeis para que eles possam efetivamente atender certas demandas que são muito mais defensivas. Essa, me parece, é a tendência dos próximos anos.

**IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?**

**Ruy Braga** - É importante frisar a necessidade de fazer frente e resistir a esse novo ciclo de ataque aos diretos e às condições de trabalho e bloquear essa tentativa de ampliar a espoliação dos trabalhadores. Caso contrário, teremos um resultado desastroso para o país, para a classe trabalhadora, e teremos muita dificuldade para reverter essa situação caótica, antidemocrática que o golpe de Estado impôs ao país. ■

## LEIA MAIS...

- *A condição de insegurança é a regra do mundo do trabalho, hoje.* Entrevista com Ruy Braga, publicada na revista **IHU On-Line**, número 416, de 29-04-2013, disponível em <http://bit.ly/1SATxEy>.
- *“A terceirização é a grande expressão da tragédia do trabalho no Brasil”.* Entrevista com Ruy Braga, publicada nas **Notícias do Dia**, de 07-04-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/21fjfnv>.
- *A política do precariado no mundo do trabalho.* Entrevista especial com Ruy Braga, publicada nas **Notícias do Dia**, de 27-04-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1MZxgDr>.
- *A insatisfação política repercutiu nas urnas e o segundo turno será disputado voto a voto.* Entrevista especial com Ruy Braga, publicada nas **Notícias do Dia**, de 12-10-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1SPHCbh>.
- *O desmantelamento do estado de bem-estar social é o DNA do capitalismo.* Entrevista especial com Ruy Braga, publicada nas **Notícias do Dia**, de 28-09-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1YTIDxv>.

# Envenenamento pelo capitalismo

Para Elsa Bevian, o capital impõe uma lógica de produção nas empresas que contamina o trabalhador, levando essa perspectiva para outros espaços da vida, até seu adoecimento

Por Leslie Chaves | Edição João Vitor Santos

**É** nas relações do mundo do trabalho, hoje, que a professora da Fundação Universidade Regional de Blumenau Elsa Bevian revela mais uma face corrosiva do capitalismo. Insuflada pelo espírito de produzir mais e mais, gastando cada vez menos e otimizando o que puder, as empresas imprimem uma lógica de vida que altera até mesmo o jeito de ser do trabalhador. “A saúde do corpo e da mente dos trabalhadores está sendo gravemente afetada pelo capitalismo em que vivemos. Este adoecimento é consequência da competição e concorrência mundial exacerbadas”, analisa Elsa. O trabalhador, por sua vez, internaliza essa matriz e passa a querer produzir mais, ser melhor, ganhar mais e com isso ter poder e consumir mais. “Para a sociedade atual, em termos gerais, o que mais caracteriza o ser humano é a sua produtividade, a sua capacidade de consumo”, completa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Elsa detalha essa desumanização do trabalhador. “No trabalho, muitas vezes, os trabalhadores não podem ser eles mesmos,

humanos. Precisam ser entes despersonalizados, coisas, objetos, seres sem emoção e razão. Assim, representam um personagem, que é diferente do ‘eu’”. Para ele, é justamente essa lógica capitalista que desumaniza e, como consequência, traz as doenças ao empregado.

**Elsa Cristine Bevian** é doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Durante o doutorado, passou pela Universidade Rovira i Virgili, Tarragona, e pelo Instituto de Pesquisas Sociais (Institut für Sozialforschung), em Frankfurt. É, ainda, mestra em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali. Possui graduação em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB e é professora titular do Departamento de Direito da FURB. Na área jurídica, atua no Direito do Trabalho, Direitos Sociais e Direito Previdenciário, especialmente no controle social de políticas públicas, assessoria jurídica sindical e organizações populares de defesa da saúde do trabalhador e de economia solidária.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line - Quais as mudanças pelas quais passaram e passam o mundo do trabalho ao longo dos anos? Como podem afetar a qualidade de vida do trabalhador?**

**Elsa Bevian** - As relações no mundo do trabalho estão passando por profundas transformações, especialmente desde a década de 70, no século XX, com a globalização, e com a ocidentalização do modelo produtivo japonês. Também vivenciamos uma globalização ideológi-

ca, pós-queda do muro de Berlim e, por fim, uma globalização econômica com a interdependência econômica, tornando o capitalismo mais complexo e ampliando o desafio de redução de suas perversidades para as estruturas sociais (Sindicatos, Estados nacionais) e jurídicas (Direito do Trabalho e seus institutos tradicionais).

A tecnologia está substituindo trabalhadores e eliminando postos de trabalho em todos os ramos eco-

nômicos, em larga escala, no planeta. Mais exigências das empresas sobre os trabalhadores: explorar ao máximo, para diminuir o custo, reestruturação produtiva, sistema célula, onde o próprio trabalhador é o “lobo” do trabalhador; não há mais solidariedade, amizade, nem humanismo no ambiente de trabalho, só cobranças e exigências.

Estes fatos estão provocando um fenômeno crescente de adoecimento físico e mental dos tra-



## ***A política pública de saúde do trabalhador não tem força suficiente para minimizar os impactos da reestruturação produtiva***

balhadores. A saúde do corpo e da mente dos trabalhadores está sendo gravemente afetada pelo capitalismo em que vivemos. Este adoecimento é consequência da competição e concorrência mundial exacerbadas – todas as empresas querem produzir mais, lucrar mais, em menor tempo e com menor custo. O resultado é a pressão que as empresas exercem sobre os trabalhadores e as trabalhadoras para que produzam em ritmo alucinado, além dos seus limites físicos e mentais. Para conseguir tais objetivos, em muitos casos, as empresas se utilizam de métodos perversos como o assédio moral, atingindo a subjetividade dos trabalhadores. Este é um fenômeno local e global, acontece em cidades como Blumenau, Brasil, e em todos os continentes, inclusive em países que muitas vezes são considerados modelos de sociedade desenvolvida e justa, como, por exemplo, na Alemanha, nos Estados Unidos, no Reino Unido, na China e Coreia do Sul.

**IHU On-Line - Quais foram os avanços e retrocessos das políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a preocupação com essa área recebeu uma abordagem importante?**

**Elsa Bevia** - Importante destacar que o art. 200 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece a competência do Sistema Único de Saúde - SUS para, além de outras atribuições, no inciso II, as de executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do tra-

balhador, assim como no inciso VIII, a de colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Por sua vez, a Lei 8080/90, em seu art. 6º, § 3º define o conceito de saúde do trabalhador como sendo a “política pública com um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho”.

Infelizmente, a política pública de saúde do trabalhador não tem força suficiente para minimizar os impactos da reestruturação produtiva, evitando os acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. Entretanto, pode inserir a participação da sociedade civil organizada, incluindo os trabalhadores que figuram como integrantes do controle social. A questão é que qualquer atitude visando prevenir os acidentes de trabalho e minimizar o sofrimento dos trabalhadores é bem-vinda. Esta política inserindo o controle social favorece a desalienação de todos os atores sociais envolvidos.

**IHU On-Line - Qual é a importância do controle social da política pública de saúde do trabalhador e como ele se efetiva?**

**Elsa Bevia** - Controle social é a fiscalização que a sociedade

exerce sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos etc., para que tais atividades não se desviem das normas preestabelecidas e que lhe dizem respeito. O Controle Social é uma via privilegiada no acompanhamento e fiscalização da execução das políticas públicas.

No âmbito da seguridade social, de onde emanam as ações de saúde e previdência, o espaço de participação social está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 194, VII. Efetiva-se, ainda, através da participação da sociedade civil organizada no Conselho Gestor da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - Renast, integrante dos Conselhos Municipais e estaduais de Saúde.

**IHU On-Line - Em um de seus artigos<sup>1</sup>, a senhora aponta que os trabalhadores vivenciam situações contraditórias que são acentuadas pela pressão e assédio moral que muitos sofrem no ambiente laboral. Que situações contraditórias são essas? Quais são os efeitos para a saúde do trabalhador?**

**Elsa Bevia** - Notícias de todas as partes do planeta revelam a barbárie que acontece no mundo do trabalho: boa parcela dos trabalhadores está estressada, deprimida e adoecida, como consequência do elemento intrínseco a uma forma de vida atual, marcada pela primazia do econômico. Para a sociedade atual, em termos gerais, o que mais caracteriza o ser humano é a sua produtividade, a sua capacidade de consumo.

Os trabalhadores vivenciam situações contraditórias, segundo Mendes<sup>2</sup>, “quando entra em confronto o desejo do sujeito, expresso nas

<sup>1</sup> *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança*, artigo de Elsa Cristine Bevia, publicado na 233ª edição dos **Cadernos IHU ideias**, disponível em <http://bit.ly/1Tx7wox>. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> **Ana Magnólia Bezerra Mendes**: professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e



necessidades, aspirações e interesses e a realidade de trabalho, geralmente marcada pelo produtivismo, desempenho e excelência. Contradições como, por exemplo, “fazer mais *versus* fazer bem”; negligenciar a qualidade em nome da quantidade; trabalhar em equipe *versus* trabalhar sozinho; atender a normas em que não acredita *versus* perder o emprego; cooperar *versus* sobrecarregar-se; denunciar práticas das quais discorda *versus* silenciar.”<sup>3</sup>

Essas contradições, segundo Mendes, favorecem a rivalidade entre os colegas, a competição e o individualismo, principalmente influenciadas e incentivadas pelas estratégias de gestão utilizadas no mundo do trabalho. Estas estratégias “podem ser consideradas modos perversos de organização do trabalho, expressos em situações provocadoras de contradições, tais como a gestão pelo controle, medo, pressão, desconfiança, insegurança e pela sedução e promessa do “paraíso perdido”, usando a busca pelo prazer e pelo reconhecimento como armas para essa sedução; normas sem limites ou muito padronizadas; poder autocrático ou permissivo; comunicação sem visibilidade, paradoxal, restrita, discurso de transparência, ética e responsabilidade social, foco na produção, ideologia da excelência; metas inatingíveis, desqualificando o sentido psíquico e social do trabalho.”<sup>4</sup>

do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - PSTO do

Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília - UnB. Tem pós-doutorado no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Paris, doutorado em Psicologia pela UnB. É coordenadora do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho. (Nota da **IHU On-Line**)

3 MENDES, Ana Magnólia (Org.). *Trabalho & saúde – o sujeito entre a emancipação e servidão.*/ Ana Magnólia Mendes (Org.)./ Curitiba: Juruá, 2008, p.13. (Nota da entrevistada)

4 MENDES, Ana Magnólia (Org.). *Trabalho & saúde – o sujeito entre a emancipação e servidão.*/ Ana Magnólia Mendes (Org.)./ Curitiba: Juruá, 2008, p.13. (Nota da entrevistada)

## Produção via assédio

O assédio moral sofrido no trabalho vem sendo intensificado, em nome das metas, produção acelerada, reestruturação produtiva – sistema célula de produção, terceirizações, resultando disso inclusive

“

***A tecnologia está substituindo trabalhadores e eliminando postos de trabalho em todos os ramos econômicos, em larga escala, no planeta***

trabalhadores sequelados, em função de acidentes de trabalho típicos e atípicos, em decorrência das doenças ocupacionais, como Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT e Lesão por Esforços Repetitivos - LER. Isso sem falar na depressão, que tem levado centenas de trabalhadores ao suicídio.

**IHU On-Line - Há dados sobre o percentual de adoecimento de trabalhadores no país? Quais são as enfermidades mais frequentes? É possível saber especificamente quais são os elementos desencadeadores dessas doenças?**

**Elsa Bevia** - No trabalho, muitas vezes, os trabalhadores não podem ser eles mesmos, humanos. Precisam ser entes despersonalizados, coisas, objetos, seres sem emoção e razão. Assim, representam um personagem, que é diferente do “eu”. Esta desumanização do trabalho leva ao sofrimento patológico, através de doenças físicas e psíquicas, visíveis no sistema musculoesquelético, na pele, no sistema digestivo, e inúmeros outros.

A iniciativa e a criatividade são cerceadas pela maneira como é organizado e controlado o trabalho. Os gestos exigidos pelo trabalho são vazios de sentido e ocultam a possibilidade de mudar a situação. A gestão é desenhada de forma a evitar espaços de manifestação dos afetos e dos sentimentos, negando a função reguladora da subjetividade no ato de trabalhar. Os trabalhadores acabam mergulhando na solidão profunda do ser, ficando “ensimesmados”, como diz Giovanni Alves<sup>5</sup>, e adoecidos.

**IHU On-Line - Como avalia a legislação brasileira direcionada à segurança e prevenção de acidentes de trabalho, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT? Os empregadores têm cumprido a lei?**

**Elsa Bevia** - De modo geral os empregadores não têm cumprido a legislação de saúde e segurança. Os Programas de Prevenção de Riscos Ambientais não são elaborados considerando as características de cada ambiente, os Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO também são executados só “pró-forma”, pois os trabalhadores não têm sua saúde examinada minuciosamente e é muito raro ver um médico do trabalho fazer recomendações de mu-

5 **Giovanni Alves**: professor da UNESP-Marília, livre-docente em teoria sociológica, pesquisador do CNPq com bolsa-produtividade desenvolvendo projeto de pesquisa intitulado “A derrelição de Ícaro - Sonhos, expectativas e aspirações de jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil (2003-2013). É um dos líderes do Grupo de Pesquisa “Estudos da Globalização”-GPEG, inscrito do diretório de grupos de pesquisa do CNPq; e da RET - Rede de Estudos do Trabalho. Coordena os seguintes projetos de extensão universitária: Projeto de Extensão Tela Crítica, voltado para a produção de material pedagógico de conteúdo sociológico que visa discutir temas da sociedade global através da análise crítica de filmes do cinema mundial; Projeto CineTrabalho/Praxis Vídeo, voltado para a produção de vídeos que tratam das experiências vividas e experiências percebidas do mundo do trabalho e o Projeto OST (Observatório Social do Trabalho) que visa criar um acervo virtual que trate das experiências narrativas de precarização do trabalho no Brasil. É autor de vários livros e artigos na área de trabalho, sindicalismo e reestruturação produtiva. (Nota da **IHU On-Line**)

dança de ambiente de trabalho ou diminuição do ritmo de trabalho.

Os membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA nem sempre recebem treinamento para exercerem sua função, e assim por diante. Muitos não monitoram nem mesmo o uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

**IHU On-Line - Quanto aos trabalhadores, qual é o papel das CIPAs na promoção da segurança e prevenção de acidentes no ambiente de trabalho?**

**Elsa Bevian** - O objetivo da CIPA é a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Devem ser constituídas e mantidas em regular funcionamento nas empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como em outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

A CIPA será composta por representantes do empregador (indicados) e dos empregados (eleitos em escrutínio secreto), sendo composta de titulares e suplentes. A quantidade de representantes é definida pelo grau de risco de sua atividade, sendo este definido pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e pelo número de funcionários da empresa.

A CIPA possui as seguintes atribuições:

- Identificar os riscos do processo de trabalho e elaborar Mapa de Riscos;
- Elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho;
- Participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção;

- Realizar periodicamente verificações nos ambientes e condições de trabalho, para identificar situações que venham a trazer risco à segurança e à saúde dos trabalhadores;
- Realizar, a cada reunião, avaliação do cumprimento das metas fixadas;
- Divulgar aos trabalhadores informações relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- Colaborar no desenvolvimento e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO<sup>6</sup> e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA<sup>7</sup>;
- Participar em conjunto com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, da análise das causas das doenças e acidentes do trabalho e propor medidas de solução;
- Requerer ao SESMT, quando houver, ou ao empregador, a paralisação de máquina ou setor onde considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores;
- Divulgar e promover o cumprimento das Normas Regulamentadoras - NRs<sup>8</sup> e cláusulas de

**6 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO:** é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais normas regulamentadoras. É regulamentado pela norma regulamentadora nº 07 do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores. (Nota da **IHU On-Line**)

**7 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA:** tem como objetivo estabelecer ações que garantam a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores, identificando os riscos existentes em seu ambiente de trabalho. Foi criado em 29 de Dezembro de 1994, através da NR 9, pela Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho. (Nota da **IHU On-Line**)

**8 Normas Regulamentadoras,** também conhecidas como NRs: regulamentam e fornecem orientações sobre procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e medicina do trabalho. Essas normas são citadas

acordos e convenções coletivas relativas à segurança e saúde no trabalho;

- Requisitar ao empregador e analisar as informações sobre questões que tenham interferido na segurança e saúde dos trabalhadores;
- Requisitar à empresa as cópias da Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT<sup>9</sup> emitidas;
- Promover, anualmente em conjunto com o SESMT, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT;
- Participar, anualmente, em conjunto com a empresa, de Campanhas da AIDS;
- Cabe ao empregador proporcionar aos membros da CIPA os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente para a realização das tarefas constantes do plano de trabalho.

**IHU On-Line - De que modo o cenário de precarização do trabalho, acentuado pela crise econômica, por medidas governamentais de flexibilização das relações laborais e pelos altos índices de desemprego, pode provocar o aparecimento das chamadas “doenças ocupacionais” nos trabalhadores?**

**Elsa Bevian** - A terceirização é o fenômeno pelo qual uma empresa transfere suas atividades a outras empresas independentes e especializadas na realização dessas atividades. Os pressupostos que deram origem à terceirização foram a globalização e um mercado altamente competitivo para as empresas, sociedade da informação com evolução tecnológica, reestruturação produtiva, com mudança do sistema de produção fordista para o sistema japonês toyotista.

no Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. (Nota da **IHU On-Line**)

**9 Comunicação de Acidentes de Trabalho – CAT:** é um documento usado para comunicar o acidente ou doença de trabalho ao INSS. Hoje em dia é emitida Online. Após a emissão, vai imediatamente constar no banco de dados do INSS. (Nota da **IHU On-Line**)

Qual o objetivo de terceirizar os serviços? Sempre, o principal objetivo é diminuir os custos. No sistema capitalista, a empresa é responsável pelo risco do negócio e, em contrapartida, fica com os lucros (a mais-valia). O trabalhador fica com o seu salário, que é mísero, e a possibilidade de ser demitido, descartado, assim como uma embalagem, que após ser consumido seu conteúdo, é jogado no lixo! A grande massa de trabalhadores não recebe dois salários mínimos de salário. O pior é que muitos acham isto normal.

Adoecimentos, graves acidentes com mortes e mutilações, salários baixíssimos, jornadas intensas e extenuantes, trabalho análogo ao de escravo, direitos imateriais intensamente violados, invisibilidade social, esfacelamento sindical e degradação geral das condições de trabalho, simbolizam tragicamente o que significa de fato a crueldade da terceirização.

Para Marx<sup>10</sup>, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza,

<sup>10</sup> **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, conce-

um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Mas o capitalista quer produzir mercadorias, produtos, que lhe proporcionem mais-valia. A mais-valia é o valor que um trabalhador produz no seu dia

## “ A saúde do corpo e da mente dos trabalhadores está sendo gra- vemente afetada pelo capitalismo em que vivemos

de trabalho, superior ao valor que ele recebe em forma de salário. Se ele recebe por um dia de trabalho a quantia de dinheiro D, e em função do seu trabalho produz mercadorias equivalentes a uma quantia de dinheiro D + V, esse V é a mais-valia, que é apropriada pelo capitalista. A apropriação da mais-valia permite ao capitalista aumentar seu capital inicial, acumulando riqueza. Esta acumulação de riqueza

é feita por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

zas tem consequências importantes para toda a sociedade, como o desequilíbrio social, o desemprego e a fome.

### IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

**Elsa Bevia** - Diante da realidade, o que fazer? Por mais que possa parecer distante entender o ser humano e a realidade do mundo atual, podemos finalizar repetindo a pergunta: o que está acontecendo conosco neste tempo em que parece sobrar para nós unicamente a adaptação ao mundo como ele é, e onde apenas parece restar a possibilidade de nos inserirmos numa corrida cujas regras e cujo trajeto já estão estabelecidos? Podemos ainda encontrar motivos para agir? Penso que sim, se aceitarmos novas tarefas possíveis e desejáveis, com alguma ousadia teórica e com uma dose de coragem prática. Se quanto mais domino o que está fora de mim, mais me domino, então esta pode ser uma estratégia para o ser humano, ou seja, nós nos tornamos “potência de ser e de não-ser”.

A economia solidária é uma alternativa, na tentativa de sobreviver de forma menos isolada, exercitando a cooperação, autonomia, independência, educação e participação democrática. É importante o desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores, e isto só é possível pela educação solidária dos mesmos, é um processo. Trata-se de um modelo diferente para contrapor o que vivenciamos. ■

## LEIA MAIS...

- *Capitalismo biocognitivo: máquina desumanizadora do trabalhador*. Entrevista com Elsa Bevia, publicada na revista **IHU On-Line**, número 477, de 16-11-2015, disponível em <http://bit.ly/1NUf0pN>.
- *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança*, artigo de Elsa Cristine Bevia, publicado na 233ª edição dos **Cadernos IHU Ideias**, disponível em <http://bit.ly/1Tx7w0x>.

# O trabalho e suas dimensões estruturadora e opressora: faces da mesma moeda

Para Marcelo Afonso Ribeiro, o trabalho confere sentido à vida, mas ao mesmo tempo também pode gerar sofrimento psicológico se o lucro for seu objetivo único

Por Leslie Chaves

O mundo do trabalho é composto por múltiplos aspectos que vão além das questões somente econômicas e do fazer técnico de cada área. Em verdade, tais elementos não podem ser dissociados dos contextos social e psicológico das relações laborais em um esforço de interpretação dos sentidos e práticas geradas pela experiência do trabalho. Para o psicólogo e professor doutor em Psicologia Social e do Trabalho Marcelo Afonso Ribeiro, a reflexão das relações laborais é importante porque, a despeito de “todas as mudanças geradas ao longo das últimas décadas e consolidadas neste início de século XXI, a atividade de trabalho segue sendo um dos estruturadores sociais agora concorrendo com o consumo”, explica.

Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, o professor aponta que, apesar de hoje o ato de consumir tenha assumido um papel relevante na estruturação da sociedade, “o trabalho segue sendo a única atividade capaz de gerar sentido à vida das pessoas pela sua capacidade

de de transformação dessas pessoas e dos contextos gerados por ela mesma, o que o consumo não parece conseguir alcançar”. Entretanto, quando a perspectiva humana do trabalho é relegada e o objetivo principal da atividade laboral passa a ser exclusivamente o acúmulo financeiro, os danos psicossociais ao trabalhador e, consequentemente, à sociedade são evidentes.

**Marcelo Afonso Ribeiro** é graduado em Psicologia, mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, doutor em Psicologia Social e do Trabalho e tem Livre Docência em Psicologia do Trabalho e das Organizações, todos os títulos pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é docente e pesquisador do Instituto de Psicologia da USP, onde é coordenador do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho - CPAT. Também é professor visitante na Universidad Del Valle, na Colômbia, na Université de Savoie e no Conservatoire des Arts et Métiers, ambos localizados na França.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line - Em que consiste o campo da Psicologia Social do Trabalho? De que modo essa área trabalha as relações e conflitos dos trabalhadores com e no mundo do trabalho?**

**Marcelo Afonso Ribeiro -** A Psicologia Social do Trabalho é um campo da psicologia que tem seu foco não numa concepção abstrata

ou uniformizada de trabalho, mas antes nas pessoas que realizam atividades de trabalho e de suas relações com estas atividades através da compreensão e atuação com os trabalhadores nas suas vivências cotidianas de trabalho. Não é uma psicologia que pensa sobre e atua sobre os trabalhadores e os contextos de trabalho, mas sim uma psicologia construída com os

trabalhadores visando entender e intervir sobre seus cotidianos de trabalho. Neste sentido preconiza uma indissociabilidade entre pesquisa e intervenção, pois não há teorias e instrumentos predeterminados a serem aplicados em dado contexto, mas sim princípios, diretrizes e estratégias que norteiam a coconstrução dos saberes e fazeres necessários e contextualizados, em





## *O lazer e a possibilidade do tempo livre sempre foram relegados a um segundo plano numa sociedade capitalista pautada pela produtividade*

conjunto com todos os agentes envolvidos na situação.

Propõe a análise e intervenção no mundo do trabalho como um todo, se constituindo numa psicologia do trabalho e das organizações do trabalho, não somente numa psicologia do emprego e das empresas, como aponta Leny Sato<sup>1</sup>, pois considera todas as relações de trabalho possíveis, sejam elas formais, informais, não reguladas, remuneradas ou não remuneradas. Estuda, assim, desde o emprego tradicional numa empresa ou instituição pública até o trabalho de um camelô ou de uma dona de casa. Tem como princípio geral a ideia de que toda ação da psicologia é uma ação política e deve ser coconstruída em relação visando mudanças psicossociais, ou seja, não há mudança pessoal possível sem mudanças estruturais.

### **Visão integral**

Por exemplo, no caso do desemprego, o auxílio individualizado à pessoa em situação de desemprego é importante, mas insuficiente, se não for acompanhado de mudanças contextuais, como políticas públicas de geração de emprego, trabalho e renda. Ou, então, no caso do assédio moral em uma empresa, não adianta somente cuidar da pessoa assediada e punir o assediador, esta é uma ação importante, se for acompanhada de mudanças

<sup>1</sup> Sato, L. Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea (pp. 41-53). (Brasília: CFP, 2010). (Nota do entrevistado)

na lógica da organização do trabalho e das relações de trabalho e de poder nesta empresa.

Por último, entende que conflito não é algo a ser eliminado através de estratégias psicológicas, mas algo a ser compreendido como decorrente das contradições e tensões dos contextos e relações de trabalho, principalmente pelas assimetrias de poder e sobrecarga de trabalho, e ser enfrentado através de negociação e diálogo entre as partes envolvidas, estas as únicas capazes de gerar conhecimentos e estratégias para lidar com estes conflitos. Em suma, conflito não é uma questão pessoal, mas sim relacional, o que inclui não somente os envolvidos no conflito, mas toda a estrutura e a dinâmica da organização e do contexto de trabalho.

A Psicologia Social do Trabalho, então, é um projeto de auxílio na compreensão do fazer humano no cotidiano de trabalho e de melhoria das condições e organização do trabalho, bem como construção de alternativas organizativas de trabalho, sempre numa ação de coconstrução com todos os envolvidos na situação, na qual pesquisa e intervenção são indissociáveis para criação de estratégias de enfrentamento das tensões, contradições e conflitos do cotidiano de trabalhadores em contextos de trabalho.

**IHU On-Line - Qual o papel do mundo do trabalho enquanto estruturador da vida de cada indivíduo e da sociedade?**

**Marcelo Afonso Ribeiro - O trabalho, principalmente a partir**

do século XX, se configurou como central para a existência humana, organizando a sociedade, as relações sociais e a vida cotidiana das pessoas. Apesar de todas as mudanças geradas ao longo das últimas décadas e consolidadas neste início de século XXI, a atividade de trabalho segue sendo um dos estruturadores sociais agora concorrendo com o consumo, ou seja, para alguns autores a atividade de trabalho seria a única capaz de conferir sentido e lugar social às pessoas por conta de suas características, entretanto outros autores colocam que o trabalho tem dividido o papel de organizador social com o consumo, principalmente entre os mais jovens. Desta forma, tradicionalmente, o consumo seria consequência do trabalho, mas, agora, o trabalho poderia ser apenas um meio para o consumo, restando uma dúvida sobre qual ação (trabalho ou consumo) teria potência para dar sentido à vida das pessoas. Além disso, o lazer e a possibilidade do tempo livre sempre foram relegados a um segundo plano numa sociedade capitalista pautada pela produtividade.

Penso que o trabalho segue sendo a única atividade capaz de gerar sentido à vida das pessoas pela sua capacidade de transformação dessas pessoas e dos contextos gerados por ela mesma, o que o consumo não parece conseguir alcançar. Faz-se necessário marcar que concebo trabalho aqui em sua visão ampliada, ou seja, trabalho não é sinônimo de emprego, nem de trabalho formal, nem de trabalho remunerado, inclui todas estas expressões do trabalho, mas soma-se a elas o trabalho não remunerado, o trabalho informal, o trabalho voluntário, o trabalho doméstico, entre outras modalidades de trabalho.

Trabalhar ainda é a ação primordial que estrutura a sociedade, tanto de forma direta (quando a própria pessoa trabalha, incluindo, aqui, todas as formas descritas de trabalho), quanto de forma indireta (quando a pessoa está se

preparando para o trabalho através de uma formação ou se encontra aposentada ou apoia o trabalho de membro da família).

**IHU On-Line - De que modo são tratadas as dimensões psicossociais do trabalho nas discussões sobre os diferentes aspectos que envolvem o mundo do trabalho? Os fatores psicossociais recebem a atenção necessária nesse campo?**

**Marcelo Afonso Ribeiro** - Primeiramente, seria importante definir "psicossocial", pois há várias formas de compreender este conceito. Podemos pensar no "psico-social", partindo da pessoa ou da dimensão psicológica como base explicativa e concebendo pessoa e sociedade como coisas separadas. Igualmente, podemos pensar no "sócio-psicológico", partindo da sociedade ou da dimensão social como base explicativa e concebendo, também, pessoa e sociedade como coisas separadas. E podemos, finalmente, pensar o "psicossocial" como uma impossibilidade de separar pessoa e sociedade, sendo necessário pensar sempre na relação entre as dimensões psicológicas e sociais para compreender, por exemplo, as atividades de trabalho e os conflitos nos contextos de trabalho.

Em geral, os fatores psicológicos e sociais são tomados de forma separada privilegiando um dos aspectos da relação. No caso do desemprego, em geral, se pensam ações para auxiliar pessoas em situação de desemprego a lidar com o sofrimento gerado por esta situação ou a conseguir um novo emprego, atribuindo à própria pessoa a culpa por sua situação de desemprego, ou então se planejam ações de qualificação genéricas e nacionais, que não levam em conta a singularidade dos contextos de trabalho. Uma ação foca no pessoal e a outra ação no geral, sem integrá-las, muitas vezes. Penso que não há como conceber ações singulares, mas não acho que ações genéricas consigam atingir seus objetivos.

## **Pensar o geral e considerar o específico**

Gosto da ideia da concepção de diretrizes gerais, de preferência construídas em diálogo com os agentes envolvidos, que devem gerar ações contextualizadas através da elaboração de estratégias pertinentes ao contexto no qual serão realizadas com base nas diretrizes gerais, principalmente num país tão enorme como o Brasil. Será que podemos falar em mercado de trabalho brasileiro ou mesmo trabalhador brasileiro no singular? Ou teríamos que pensar em mercados de trabalho brasileiros ou mesmo trabalhadores brasileiros no plural? Gosto mais da segunda opção, pois tem mais potencial de compreender e atender as demandas

“

***Cerca de 30% dos trabalhadores brasileiros não têm um emprego, mas trabalharam a vida toda, principalmente na informalidade***

dos contextos e dos trabalhadores. Em suma, pensar no psicossocial é pensar que nenhuma análise ou intervenção pode reduzir pessoas e contextos a apenas uma de suas dimensões (psicológica ou social), sob pena de não conseguir nem compreender, nem auxiliar trabalhadores e contextos e cotidianos de trabalho.

**IHU On-Line - Há estimativas de que até o final de 2016 haja 12 milhões de desempregados no Brasil. De que modo esse dado pode impactar a saúde psicológica do trabalhador, tanto dos que**

**estão trabalhando quanto dos que estão sem emprego?**

**Marcelo Afonso Ribeiro** - Partindo do pressuposto de que o trabalho é central para a vida humana, estar sem trabalho é estar sem um componente central para a vida e afeta a vida de todos psicossocialmente. É importante marcar que estar desempregado no Brasil não significa, necessariamente, estar sem trabalho, e lembrar que, historicamente, em torno de 30% dos trabalhadores brasileiros não têm um emprego, mas trabalharam a vida toda, principalmente na informalidade, que é parte integrante do mundo do trabalho no Brasil. Assim, temos que distinguir o que é estar desempregado, ou seja, estar sem emprego, estar sem trabalho e estar sem renda, e analisar a pluridimensionalidade da questão em termos psicológicos, sociais e materiais, de forma psicossocial e sem separação possível.

## **Múltiplas dimensões do trabalho e do desemprego**

Para alguns estar sem emprego, mas com renda instável, é estar desempregado, enquanto para outros, ter uma renda, seja ela qual for, não lhe deixa na condição de desempregado. Somente a análise das múltiplas possibilidades de vínculo e realização do trabalho permitiria a compreensão dos impactos psicossociais da situação de desemprego ou não-trabalho, no caso de pessoas que não têm emprego, e da situação daqueles que trabalham informalmente, mas que estão sem geração de renda no momento. Em suma, qualquer leitura genérica da questão dos impactos psicossociais da situação de desemprego ou não-trabalho, irá analisar bem parte das pessoas nesta condição e irá criar análises equivocadas de outra parte.

Muitas vezes, compreensões genéricas do desemprego aplicadas indiscriminadamente para todos podem causar igualmente sofrimento, às vezes não necessário.

Por exemplo, dizer que todo trabalhador que está desempregado é desqualificado, sem conhecer a situação singular de cada um, é, muitas vezes, gerar um sofrimento desnecessário quando a questão da desqualificação não é o principal motivo da situação de desemprego. É importante salientar que desqualificação, no discurso do mercado de trabalho, tem sido tomada como uma máxima inquestionável (“O trabalhador brasileiro é desqualificado”), mas que, muitas vezes, em função da redução dos postos de trabalho e da superexigência de qualificação, o trabalhador não seria, em si, desqualificado, mas sim teria falta de qualificação necessária exigida por dado contexto de trabalho em dado momento, que, muitas vezes, é excessiva e exagerada. Neste exemplo, não seria o trabalhador desqualificado, mas o contexto superqualificado.

**IHU On-Line - De que modo o cenário de precarização do trabalho, acentuado pela crise econômica, por medidas governamentais, como o PL 4330, entre outras, e pelos altos índices de desemprego, pode afetar a saúde psicológica do trabalhador?**

**Marcelo Afonso Ribeiro** - Penso ser importante diferenciar ideologicamente precarização de flexibilização, pois são palavras distintas para explicar o mesmo fenômeno atual do mundo do trabalho. De um lado, o mercado fala em flexibilização do trabalho, como única maneira para o capitalismo seguir se desenvolvendo pela ruptura da rigidez anteriormente fixada pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT no Brasil (entenda-se rigidez como excesso de direitos aos trabalhadores). De outro lado, os

trabalhadores e sindicatos falam em precarização, pois a flexibilização dos vínculos de trabalho, por exemplo, a terceirização, tornaria as condições de trabalho piores para os trabalhadores em nome do desenvolvimento do capital, como aponto em livro<sup>2</sup> de minha autoria.

“

***Estimular a competição como regra de convivência seria um fator de precarização imaterial do trabalho***

Feita esta pontuação, toda e qualquer situação que torne a vida dos trabalhadores mais instável, com menos direitos e mais insegura, em termos psicossociais, impactará em suas condições psicológicas, seja pela terceirização, seja pelo desemprego. Na questão da terceirização, especificamente, estão em jogo lógicas de configuração social distintas, numa disputa entre socialdemocracia, neoliberalismo e socialismo, com uma larga vantagem atual do neoliberalismo e o foco na meritocracia e no esforço individual para o sucesso, sem a preocupação com as condições de desigualdade que sempre viveu o Brasil ao longo de sua história. A

<sup>2</sup> Ribeiro, M. A. Psicologia e gestão de pessoas: reflexões críticas e temas afins (ética, competência e carreira). (São Paulo: Vetor, 2009). (Nota do entrevistado)

equação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social parece de difícil solução, principalmente em momentos de crise, mas vale lembrar que, atualmente, desenvolvimento econômico não tem significado melhorias de condição aos trabalhadores, como é o exemplo da terceirização, que é claramente prejudicial aos trabalhadores.

**IHU On-Line - De que modo as pressões psicológicas por resultados e sobre a autoestima dos trabalhadores também podem se configurar como fatores de precarização imaterial do trabalho?**

**Marcelo Afonso Ribeiro** - O estabelecimento de metas e a busca de status no trabalho, *a priori*, não configuram pressões psicossociais impossíveis de se aguentar. O problema é estipular metas irrealizáveis e padrões de sucesso e de ascensão genéricos e restritos a um grupo seletivo de trabalhadores que a maioria não irá alcançar nunca na vida, em nome de uma pretensa produtividade necessária para a empresa se manter e manter os empregos que ela disponibiliza. Além disso, estimular a competição como regra de convivência seria um fator de precarização imaterial do trabalho. A nossa sociedade precisa parar para repensar suas prioridades: será que aumentar a produção a todo custo, inclusive da saúde dos trabalhadores e da destruição do meio ambiente, seria o melhor caminho? Este é o caminho que temos adotado há muito tempo e, mais intensamente, nos últimos 40 anos, e que parece não gerar bons frutos nem para a saúde e o sentido do trabalho para as pessoas, nem para o meio ambiente em que vivemos e é necessário para a manutenção da vida. ■

## LEIA MAIS...

— *Você está demitido! Os impactos psicológicos do desemprego.* Entrevista especial com Marcelo Afonso Ribeiro publicada na revista IHU On-Line, nº 291, de 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/1VVAOcm>.



Implicações ético-políticas do cristianismo  
na filosofia de M. Foucault e G. Agamben.  
Governamentalidade, economia política,  
messianismo e democracia de massas



16 de março a 22 de junho de 2016

Ministrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz – UNISINOS

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)



**IHU** ON-LINE



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em  
Revista**

# Agenda de Eventos

Confira os próximos eventos promovidos pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU



## **I Ciclo de Estudos. Modos de existência e a contemporaneidade em debate. Reflexões transdisciplinares à luz de diferentes obras**

Carga horária: 27h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU (Campus de São Leopoldo da UNISINOS)

Confira a programação completa e mais detalhes em <http://bit.ly/1VVeJvl>.

## **I Ciclo de Estudos. Modos de existência e a contemporaneidade em debate. Reflexões transdisciplinares à luz de diferentes obras**

Atividade: Apresentação da obra. A Construção Política do Brasil. Sociedade, Economia e Estado desde a Independência (BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. São Paulo: Editora 34, 2014)

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU (Campus de São Leopoldo da UNISINOS)

Ministrante: Prof. MS Gilberto Antonio Faggion - UNISINOS

Saiba mais em: <http://bit.ly/24n2cSu>



## **Economia brasileira: onde estamos e para onde vamos? Um debate com os intérpretes do Brasil**

Atividade: O Brasil e novo desenvolvimentismo na obra de Bresser-Pereira, intitulada A Construção Política do Brasil. Sociedade, Economia e Estado desde a Independência (São Paulo: Editora 34, 2014)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU (Campus de São Leopoldo da UNISINOS)

Conferencista: Prof. Dr. Luiz Carlos Bresser-Pereira - Fundação Getulio Vargas - FGV - SP

Saiba mais em: <http://bit.ly/1YVWcwc>



### **I Ciclo de Estudos. Modos de existência e a contemporaneidade em debate. Reflexões transdisciplinares à luz de diferentes obras**

Atividade: Conferência e debate sobre a obra com o autor. A Construção Política do Brasil. Sociedade, Economia e Estado desde a Independência

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU (Campus de São Leopoldo da UNISINOS)

Conferencista: Prof. Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira - Fundação Getulio Vargas - FGV - SP

Saiba mais em: <http://bit.ly/2474B79>

### **Oficina – Realidades e Base de Dados do DATASUS**

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU (Campus de São Leopoldo da UNISINOS)

Ministrante: Prof. Dra. Veralice Maria Gonçalves - Ministério da Saúde - RS

Saiba mais em: <http://bit.ly/1STsg5y>



### **3º Ciclo de Estudos Metrôpoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governamento da vida e o comum**

Atividade: Uma ontologia do comum e do fazer-multidão: da comunidade ao ser singular-plural metropolitano

Horário: 14h30min às 17h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU (Campus de São Leopoldo da UNISINOS)

Conferencista: Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Saiba mais: <http://bit.ly/1T7ZPuE>

**Programação de Eventos**

**IHU-2016**

Disponível em  
[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

#Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos

# O complexo Oriente Médio: um breve histórico para os dias atuais

Por Carla Holand Mello

“**D**estaca-se também o papel histórico da ingerência externa das grandes potências ocidentais nestes países, fruto do imperialismo europeu dos séculos XIX e XX e de seu interesse econômico posterior - sobretudo energético em razão do petróleo e do gás e da chamada “geopolítica do petróleo” - conjuntamente com os Estados Unidos”, analisa Carla Holand Mello.

Carla A. R. Holand Mello possui graduação e mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e atualmente é doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela mesma instituição. É professora no curso de Relações Internacionais da Unisinos, tendo atuado também no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Eis o artigo.

O Oriente Médio é conhecido por ser uma região de alto grau de instabilidade política historicamente. Contudo, pouco se conhece sobre as matrizes civilizacionais, políticas e econômicas desta região, o que desperta, no mínimo, grande curiosidade e uma porção de dúvidas na opinião pública em geral. Os países árabes - monarquias e repúblicas - e demais países locais que não se enquadram nesta matriz étnica, a saber, Irã, Israel e Turquia, pertencem a um grupo que se convencionou chamar na literatura estrangeira de Oriente Médio e Norte da África - OMNA ou, conforme a sigla em inglês, MENA - *Middle East and North Africa*.

Pode-se observar que há uma trajetória histórica presente nos Estados da região, os quais contam com problemas estruturais internos, tanto de caráter político quanto econômico. Estes fatores, por sua vez, acabam por impactar sua estabilidade doméstica e, de igual forma, a regional. Destaca-se também o papel histórico da ingerência externa das grandes potências ocidentais nestes países, fruto do imperialismo europeu dos séculos XIX e XX e de seu interesse econômico posterior - sobretudo energético em razão do petróleo e do gás e da chamada “geopolítica do petróleo” - conjuntamente com os Estados Unidos. A própria configuração do Oriente Médio como o conhecemos atualmente se deve ao desmembramento do Império Otomano, sendo suas províncias basicamente reconfiguradas na forma de territórios quase autônomos e distribuídas

sob mandato da Liga das Nações entre as potências europeias ocidentais ganhadoras da I Guerra Mundial, a saber, Inglaterra e França. Afora este sistema de mandatos, outros territórios da região foram incorporados por britânicos, franceses e também italianos sob forma de colônias, protetorados, tratados e, em um único caso, condomínio (o Sudão Egípcio-Inglês).

Há semelhanças e ao mesmo tempo diferenças entre os países pertencentes ao Oriente Médio. Basicamente existem quatro matrizes culturais principais na região: a árabe - representando a grande maioria dos Estados -, a persa, a turca e a hebraica/judaica. Pode-se destacar também o impacto da religião e de seus desdobramentos na matriz de valores dos indivíduos, o que acaba por influenciar questões de cunho político e social. Há três religiões monoteístas principais: o Islã, o Judaísmo e o Cristianismo - estas duas últimas presentes em menor escala, mas com peso político importante, tanto pela presença do Estado judaico de Israel na região desde 1948, quanto pelas minorias cristãs presentes em quase todos os Estados há séculos, as quais inspiraram inclusive pequenos movimentos nacionalistas ainda à época do Império Otomano, como os armênios na Anatólia e os cristãos maronitas no Monte Líbano.

Contudo, sem dúvida é o Islã que acaba por se sobressair na arena política do Oriente Médio, tanto pelo contingente populacional que professa esta religião,





## *No pós-Guerra Fria, a integração árabe perdeu ímpeto por dificuldades enfrentadas pelos próprios países e atuação mais intensa estadunidense na região*

quanto principalmente pelos grupos fundamentalistas que historicamente se formaram com base em diferentes escolas islâmicas de interpretação do Corão, que por sua vez impactaram a formação de grupos e partidos políticos, como a Irmandade Muçulmana no Egito, no início do século XX, e outros grupos posteriores, como o Hamas, o Hezbollah, a Al Qaeda e o mais atual Estado Islâmico.

Ainda em termos históricos, o Oriente Médio é uma região de grande interação intrafronteiriça entre os Estados que o constituem. A região foi composta em sua maioria de Estados instáveis, firmados em fracas bases democráticas desde sua descolonização. Entretanto, com movimentos como o pan-arabismo e o pan-islamismo, houve a possibilidade de integrar estes Estados politicamente dentro de suas fronteiras, bem como houve o surgimento de uma diplomacia no que diz respeito às particularidades regionais.

No pós-Guerra Fria, porém, a integração árabe perdeu seu ímpeto por dificuldades enfrentadas pelos próprios países árabes e pela atuação mais intensa estadunidense na região. Forças sistêmicas internacionais, representadas pela supremacia militar norte-americana no Mundo Árabe, foram determinantes para a ausência de integração política intra-árabe naquele momento. Além disso, pode-se destacar que problemas como o conflito israelo-palestina persistiram e a modernização com base em participação social e crescimento econômico não foi desencadeada, além do desenvolvimento do fundamentalismo islâmico.

O que poderia ter sido um período de avanços e organização estatal, tornou-se, a partir dos anos 1990, uma lenta marcha rumo ao que ficou conhecido como Primavera Árabe, a qual, na realidade, tem se mostrado,

desde então, mais um período de agonia e desestruturação do sistema de Estados no Oriente Médio, do que um movimento de avanços rumo ao desenvolvimento econômico e de instituições políticas com maior apelo social e participativo.

Houve um ensaio na década de 1990 para a instabilidade regional que ocorreu nos anos 2000. Grande parte dos países optou pela liberalização das economias e pela participação na globalização econômica. Ademais, ocorreram desafios econômicos internos e demandas sociais que impactaram os regimes então vigentes - como maior participação política - e a frustração final com a tentativa de uma integração árabe que já perdurava por cinco décadas.

Em outras palavras, o Oriente Médio vem se deparando há décadas com problemas estruturais sérios e que assolam não só países da região, mas outros que possuem histórico de autonomia recente no sistema internacional (ex-colônias) e, ao mesmo tempo, dependência ou subordinação política e econômica.

Há também fatores internos referentes a estes Estados que devem ser mencionados, como o nível de patrimonialismo nas relações governo - burocracias - empresários, corrupção, transparência eleitoral e nível de *accountability* dos regimes, para citar alguns. Não há como interpretar a dinâmica regional sem o fator de ingerência externa presente historicamente, porém a composição governamental e demais estamentos sociais domésticos, bem como níveis de atividade econômica devem ser observados, sem esquecer questões intrarregionais que vêm impactando e transbordando as fronteiras dos Estados, como a influência política do fundamentalismo islâmico e de atores não-estatais de alcance regional e global. Assim, sem dúvida, este é um complexo Oriente Médio. ■

### Expediente

Coordenador do curso: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

# ME TRÓ POLES

**3º CICLO DE ESTUDOS**

POLÍTICAS PÚBLICAS E  
TECNOLOGIAS DE  
GOVERNO

TERRITÓRIOS,  
GOVERNAMENTO DA VIDA  
E O COMUM

**UNISINOS – SÃO LEOPOLDO  
| RS**

**30 DE MARÇO A  
08 DE JUNHO DE 2016**

**INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES – [IHU.UNISINOS.BR](http://IHU.UNISINOS.BR)**

**PROMOÇÃO**



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

 **UNISINOS**  
Somos infinitas possibilidades

## PUBLICAÇÕES

# O poder pastoral, as artes de governo e o Estado moderno

“Estamos mergulhados numa era de governamentalização das condutas humanas nos diversos espaços públicos, corporativos e até privados. Esta racionalidade administrativa da vida humana é um dos escopos da denominada biopolítica”. A reflexão é do Prof. Dr. **Castor Bartolomé Ruiz** no artigo que escreveu com exclusividade para o Instituto Humanitas Unisinos - IHU e que será publicado no **Cadernos IHU Ideias**. O texto tece nexos entre o poder pastoral, as artes de governo e o surgimento do Estado Moderno. Para isso, usa como referencial teórico fundamental as ideias do filósofo francês **Michel Foucault**.

O texto surge como materialização dos debates surgidos nas aulas do curso **Implicações ético-políticas do cristianismo na filosofia de M. Foucault e G. Agamben. Governamentalidade, economia política, messianismo e democracia de massas**, ministrado por **Ruiz** numa parceria entre o IHU e o Programa de Pós-Graduação em Filosofia da **Unisinos**. A programação completa dessa atividade pode ser conferida em <http://bit.ly/1SzkVSc>.

Considerando os escritos de **Foucault**, “a origem do Estado moderno está associada aos processos de constituição das técnicas de governo, que a partir do século XVI vemos aparecer de forma abundante por toda Europa. O Estado, muito antes da suposta origem contratualista ou individualista, foi sendo construído nos processos de governamentalização que, de forma discreta, iniciaram-se no século XV e desde então não cessaram de tecer uma densa trama de burocracias, instituições, técnicas e dispositivos governamentais, até se constituir na coluna vertebral do Estado moderno”, argumenta **Ruiz**.

Acerca da relevância da pesquisa sobre o poder pastoral, o pesquisador da **Unisinos** destaca que esta se apresenta ao expor as diferenças entre as noções de soberania e governo. “Governar não é a mesma coisa que reinar. Ao reinar comanda-se de forma impositiva e prescreve-se a lei de modo obrigatório. Governar não é ser soberano, nem ser um feitor, um juiz, um patrão, um presidente, etc. O governo dirige-se à condução dos comportamentos. Governar é guiar a conduta dos outros, com seu consentimento. No governo há uma aceitação, implícita ou explícita, das diretrizes orientadoras da conduta. Governar não é impor, mas propor”.

**Ruiz** examina, também, a economia política moderna como um discurso que construiu uma categoria nova, a população, como um objeto a ser governado:

“A economia não era deliberativa, mas administradora das vontades. A *oikonomia* gerenciava as vontades das pessoas pertencentes a uma determinada *oikos*. No lado oposto da *oikonomia*, a política era um espaço em que as vontades deliberam livremente o que fazer, enquanto a economia realizava o governo das vontades. A distinção tradicional entre economia e política corresponde à diferenciação entre o ato de reinar e o de governar”.

O pensador alerta, igualmente, para a distinção essencial entre o poder político da soberania e o poder pastoral do governo: “Soberania e governo são duas modalidades de exercício do poder presentes na nossa contemporaneidade, mas que remetem a práticas históricas diferenciadas. A soberania opera no marco jurídico-político dos princípios formais do exercício do poder e de sua legitimação. O governo implementa técnicas específicas de administração de condutas das populações e das pessoas”.

Há que se notar, ainda, a diferença fundamental entre poder pastor e o modelo democrático de governo. “O princípio da soberania democrática é a isonomia entre iguais. Diferentemente do princípio democrático, o poder pastoral legitima-se porque alguns estão em condição de desigualdade real e necessitam de cuidado. A isonomia democrática exige o exercício da autonomia dos sujeitos como técnica essencial ao autogoverno”, assinala.

**Ruiz** reflete que “o princípio da democracia é a deliberação consciente das maiorias. Nas sociedades contemporâneas, a deliberação das maiorias cada vez mais é confundida com a denominada opinião pública. A tal de opinião pública passou a substituir o modelo de deliberação coletiva, próprio das democracias. Pareceria que a opinião pública é uma técnica própria do poder democrático. Mas a opinião pública, cada vez mais, está mediada pelo poder dos meios de comunicação de massa. É uma opinião abstrata produzida através de técnicas de persuasão oriundas, em grande parte, dos grandes meios de comunicação de massas. Estabelece-se um estreito vínculo entre a sociedade de massas e a opinião pública e, por sua vez, entre opinião pública e técnica democrática”.

A versão integral do artigo do Prof. Dr. **Castor Bartolomé Ruiz** será disponibilizada através do **Cadernos IHU Ideias** impresso, a ser distribuído no campus **Unisinos**, e na página do IHU clicando em <http://www.ihu.unisinos.br/publicacoes>.

## PUBLICAÇÕES

# Por Onde Navegam? Estudo sobre jovens e adolescentes do Ensino Médio de São Leopoldo e Novo Hamburgo

Cadernos IHU, em sua 52ª edição, publica a pesquisa de Hilário Henrique Dick, doutor em Literatura Brasileira, estudioso da História da Juventude e coordenador do Observatório Juvenil do Vale - Unisinos; José Silon Ferreira, graduado e mestre em Ciências Sociais pela Unisinos e integrante do grupo de pesquisa do Observatório Juvenil do Vale; e Luis Alexandre Cerveira, graduado em História, mestre em História latino-americana e doutor em História pela Unisinos/Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - UNICEN (Argentina)/Universidad Sevilla (Espanha).

A pergunta formulada para a pesquisa refere-se à vivência dos valores (sociais, afetivos, políticos, culturais, econômicos e religiosos) da juventude e da adolescência do Ensino Médio em dois municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo e Novo Hamburgo.

O artigo completo em PDF está disponível em <http://bit.ly/1VNOorLo>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8213.





## PUBLICAÇÕES

# Brasil: A dialética da dissimulação

Cadernos IHU ideias, em sua 239ª edição, publica o artigo de Fábio Konder Comparato, professor Emérito da Universidade de São Paulo. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo, Comparato é doutor em Direito pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Ainda é Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra, especialista em Filosofia do Direito, Direitos Humanos e Direito Político.

No texto, Comparato se diz inspirado pelo professor Alfredo Bosi, que focalizou o caráter intrinsecamente contraditório do processo colonizador do Brasil. Ele destaca a “visão metodológica, para ressaltar neste artigo outra oposição entre aparência e realidade, formando uma unidade dialética: o caráter fundamentalmente dissimulado dos nossos grupos sociais dominantes, com fundas repercussões na vida social”. Fábio Comparato ainda destaca que “para ilustrar esse propósito e, concomitantemente, prestar homenagem a um dos melhores comentadores da literatura brasileira, recorro neste texto a citações de obras de alguns de nossos maiores literatos, notadamente Machado de Assis”.

O artigo completo em formato PDF está disponível em <http://bit.ly/1N3wi9e>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8213.





# Instagram

# \_ihu



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

## PUBLICAÇÕES

# Morte como descanso eterno



Cadernos Teologia Pública, em sua 108ª edição, traz o artigo A morte como descanso eterno, de Luís Inacio João Stadelmann, doutor em Línguas e Literatura Semíticas e professor na Faculdade Católica de Santa Catarina - Facasc.

O tema da morte é assunto de grande preocupação de todos os seres humanos porque marca o fim da vida terrena e o trânsito para a vida eterna. No antigo Egito, foi a tradição religiosa que projetou sua crença no deus do sol que haveria de exercer seu patrocínio sobre a alma do falecido faraó durante sua viagem no além. Os antigos gregos buscavam na "religião dos mistérios" a meta da felicidade para as almas vagueando nas trevas como sombras para encontrar a fonte da luz. Finalmente, o tema dos sufrágios pelos falecidos faz parte da oração eclesial desde o início do Cristianismo.

O artigo completo no formato PDF está disponível em <http://bit.ly/1STjN2k>.

Esta e outras edições dos Cadernos Teologia Pública podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Informações pelo telefone (51) 3590 8467.



## Eventos



### A Construção Política do Brasil. Sociedade, Economia e Estado desde a Independência

Apresentação da obra pelo  
Prof. MS Gilberto Antonio Faggion – UNISINOS

05 de maio | 17h30min  
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES – [IHU.UNISINOS.BR](http://IHU.UNISINOS.BR)



### A Construção Política do Brasil. Sociedade, Economia e Estado desde a Independência

Conferência e debate sobre a obra com o autor  
Prof. Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira – Fundação Getulio Vargas – FGV – SP

09 de maio | 19h30min  
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

## Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



12 DE MAIO  
(quinta-feira)

Sala Ignacio Ellacuría  
e Companheiros – IHU

## ME TRÓ POLES

3º CICLO DE ESTUDOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E  
TECNOLOGIAS DE  
GOVERNO

TERRITÓRIOS,  
GOVERNAMENTO DA VIDA  
E O COMUM



[twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)



[medium.com/@\\_ihu](https://medium.com/@_ihu)



[youtube.com/ihucomunica](https://youtube.com/ihucomunica)



[bit.ly/ihuon](https://bit.ly/ihuon)